UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

NOEMI OLIVEIRA MARTINHO

A DIMENSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO

Marília - SP
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

NOEMI OLIVEIRA MARTINHO

A DIMENSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientadora: Profª. Drª. Mariângela S. Lopes Fujita.

Financiamento: FAPESP.

Marília - SP
2010

Martinho, Noemi Oliveira.
M385a A dimensão teórica e metodológica da Catalogação de Assunto / Noemi Oliveira Martinho. – Marília, 2010.
189 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.
Orientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita.

1. Catalogação de Assunto. 2. Subject cataloging. 3. Cutter. I. Autor. II. Título.

CDD 025.47

NOEMI OLIVEIRA MARTINHO

A DIMENSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA DA CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Mariângela Spotti Lopes Fujita (orientadora)
Titular do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - UNESP

_____

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes
Doutor do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - UNESP

_____

Profª Drª Mariângela Pisoni Zanaga
Professora Titular da Faculdade de Biblioteconomia
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP

Universidade Estadual Paulista - UNESP
Marília, 24 de setembro de 2010.

Para os mais preciosos tesouros da minha vida "papai, mamãe, irmãs, sobrinhos, cunhados e esposo", porque quando se ama não existe redundância o que me permite reafirmar meu amor por eles, anjos presentes não só em jornadas heróicas, mas em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

***"Emanuel**, meu amado companheiro, por me conceber o mais doce presente, total amor, apoio e incentivo.*
Minha singular e amada família Martinho.
Minha querida família Guedes.
Estimados amigos Vera, Joana, Kico, Joel, Lú, Lega, Tuim, Elias, Bete, Neguinho, Marcelo, Cleverson, Raquel, Luciane, Fabinho e Marco Aurélio.
Estimados amigos de Marília Marta, Hevelyn, Iuri, Juninho, Letícia, Fernando, Cíntia, André, Luci, D.Maria, Marcos, Márcio, Susana e Irisneide.
Grupo de pesquisa Paula, Franciele, Vera, Milena, Cris, Daniela, Mariana, Camila, Lucas Luciana e Felipe.
Professores do PPGCI.
Professores João Batista, Fernando Modesto, Mariângela Zanaga e José Augusto.
Sujeitos participantes da pesquisa.
Pesquisador Francis Miksa.
Servidores técnicos administrativos da secretária de pós-graduação.
Setor de periódicos da Biblioteca Mário de Andrade.
UNESP.
FAPESP.
*Especial agradecimento a amiga e Professora **Mariângela Fujita**, por tudo que me ensinou. Pela amizade, confiança, "compreensão" e "paciência" transmitidas. Meu sincero carinho, reconhecimento e eterna gratidão".*

O meu mais sincero agradecimento a você que esteve comigo nessa árdua jornada, sem seu amor, apoio, carinho e paciência a finalização dessa etapa não seria possível.

"E o que dizer dos encantos da pesquisa bibliográfica, em que o corpo não sente cansaço, porque a tensão do espírito o sustenta; do afã com que se corre atrás de uma informação preciosa ou de um documento ignorado, - labor em que se não sente o passar das horas; dos veios preciosos que se descobrem em caminho a cada passo, indenizando a pequena mágua dum insucesso; o que dizer, afinal, do achado, feliz, dos tesauros que se buscavam, ou da decifração de um enigma que até então se julgará insolúvel? Que momentos de prazer indivizível não proporciona, que vitórias sem sombra, que alegrias serenas, que doce consolação do tempo consumido (enfim acabado, passado sempre presente)!"

(Ramiz Galvão)

RESUMO

A Catalogação de Assunto (*Subject Cataloging*) é um dos processos de representação temática da informação e foi desenvolvida nos Estados Unidos a partir da consolidação da Biblioteconomia estadunidense e dos processos biblioteconômicos que evidenciaram a necessidade de maior desenvolvimento dos catálogos, pois estes se afirmaram como instrumento indispensável às bibliotecas e suas comunidades usuárias. No entanto, a despeito de o Brasil ter sido fortemente influenciado pela Biblioteconomia estadunidense, há pouca literatura nacional a seu respeito e assim, pouca discussão dos aspectos históricos, conceituais e metodológicos da Catalogação de Assunto. Assim, abordamos esses aspectos por meio de estudo teórico e também da obra de Charles A. Cutter, nome fundamental para a evolução da Catalogação, e dos princípios propostos em sua obra *Rules for a Dictionary Catalog*. Dessa maneira, tivemos por objetivo auxiliar na compreensão desses fundamentos acerca da Catalogação de Assunto e conceder subsídios teóricos que pudessem contribuir para a diminuição da carência desse tema em língua portuguesa. A partir disso, realizamos o percurso histórico da Catalogação de Assunto partindo de seu contexto mais amplo, que é a Catalogação como um todo, e o desenvolvimento da própria biblioteconomia estadunidense. Em seguida, discutimos o conceito de "assunto", dada a sua importância e constante presença no vocabulário da área e na própria expressão Catalogação de Assunto. Utilizamos o método do Protocolo Verbal em Grupo, para buscar a visão de acadêmicos e profissionais acerca das discussões aqui levantadas e dessa forma, obter dados sobre o conhecimento dessas questões nessas duas esferas de atuação, a partir do que confirmamos que embora tais tópicos tenham tido pouco espaço entre a literatura brasileira, e assim, é necessário que esta abordagem seja realizada visando buscar a compreensão desse universo conceitual. Concluímos que de fato ocorre uma carência de literatura em língua portuguesa, principalmente relacionados especificamente à Cutter, que norteie a fundamentação de pilares epistemológicos para a Catalogação de Assunto, além da ausência de delimitações conceituais. Percebe-se também o viés pragmático da linha e a tentativa de cientificar a prática transparecendo um anseio geral de conhecer e fundamentar as bases teóricas desse processo.

Palavras-chave: Catalogação de Assunto. Charles Ammi Cutter. Organização da Informação.

ABSTRACT

The Subject Cataloging is a process of thematic representation of the information and was developed in the United States from the consolidation of the american librarianship and of the librarian processes that evidenced the need for further development of catalogs, as they asserted themselves as an instrument indispensable to libraries and their user communities. However, despite Brazil having been heavily influenced by American Library, there is little national literature about and so little discussion of historical, conceptual and methodological aspects of Subject Cataloging. Thus, we addressed these aspects through theoretical study and also the work of Charles A. Cutter, fundamental name to the evolution of Cataloging, and the principles proposed in his Rules for a Dictionary Catalog. Thus, we had by objective was to assist in understanding these fundamentals about Subject Cataloging and provide theoretical support that could contribute to reducing the lack of this theme in Portuguese. From this, we outline the history of the Subject Cataloging departing from its broader context, which is Cataloging as a whole, and the development of American librarianship. Next, we discuss the concept of "subject", given its importance and constant presence in the vocabulary of area and in the expression Subject Cataloging. We used the method of Think-aloud protocol, to seek the view of academics and professionals about the discussions raised here and thereby obtain data on the knowledge of these issues in these two spheres of activity, from which we confirm that although these topics have been little space between the Brazilian literature, and so, it is necessary that this approach is carried out to seek of the understanding of this conceptual universe. We conclude so far that actually there is a dearth of literature in Portuguese, to guide the epistemological foundation pillars for the Subject Cataloging, besides the lack of conceptual boundaries. One can also see the bias pragmatic line and attempting to scientificize the practice because there many works relating to the products of cataloging, demonstrating a general wish to meet and support the theoretical basis of this process.

KEYWORDS: Subject cataloging. Charles Ammi Cutter. Organization of Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Tipos de catálogos, esquematizado por Cutter. 59

FIGURA 02: Retrato de Charles Ammi Cutter 105

FIGURA 03: Segundo andar da Biblioteca do Boston Athenaeum 114

FIGURA 04: Sumário das regras para assunto da 1ª edição 129

FIGURA 05: Sumário das regras para assunto da 2ª e 3ª edições 130

FIGURA 06: Sumário das regras para assunto da 4ª edição 131

QUADRO 01: Relação entre os objetivos e os capítulos desta pesquisa 31

QUADRO 02: Visão geral das edições 126

QUADRO 03: Definição de assunto na 1 ed. 128

QUADRO 04: Definição de assunto na 4 ed. 128

QUADRO 05: Quantidade de regras nas edições 129

QUADRO 06: Sistematização das cocnepções da Catalogação de Assunto e Indexação..... 160

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR	**- Anglo-American Cataloguing Rules**
ABNT	**- Associação Brasileira de Normas Técnicas**
ALA	**- American Library Association**
ANCIB	**- Associação Nacional em Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação**
ANZI	**- American National Standards Institute**
CDD	**- Classificação Decimal de Dewey**
CDU	**- Classificação Decimal Universal**
CI	**- Ciência da Informação**
CNRS	**- Centre d'Analyse Documentaire pour l'archéologie**
CRG	**- Classification Research Group**
IFLA	**- International Federation of Library Associations**
ISKO	**- International Society for Knowledge Organization**
ISO	**- International Organization for Standardization**
LC	**- Library of Congress**
OCLC	**- On-line Computer Library Center**
ORC	**- Organização e Representação do Conhecimento**
OPAC	**- On-line Public Acess Catalog**
PRECIS	**- Preserv context indexing system**
PVG	**-Protocolo Verbal em Grupo**
PVI	**-Protocolo Verbal Individual**
SYNTOL	**- Syntagmatic Oriented Language**
TTI	**- Tratamento Temático da Informação**
UNISIST	**- Universal System for Information in Science and Technology**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO NA PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA 33
2.1 A Catalogação 39
2.2 A Catalogação de Assunto 53
2.2.1 O Conceito 61
2.2.2 O Processo 67
2.3 Os sistemas: cabeçalhos de assuntos, princípios subjacentes 73
2.4 A criação de um código internacional 83
2.5 Síntese dos resultados 86
3 O CONCEITO DE 'ASSUNTO' (*SUBJECT)* 89
3.1 Definições gerais de assunto 91
3.2 Discussões especializadas para o "assunto" 92
3.3 A questão do "*aboutness*" 98
3.4 Síntese dos resultados 101
4 CUTTER E A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO 104
4.1 Síntese biográfica de Charles Ammi Cutter 105
4.2 Síntese bibliográfica de Charles Ammi Cutter 114
4.3 A "Tabela Cutter" para notação de autor 115
4.4 A Classificação expansiva 117
4.5 As Regras para o catálogo-dicionário 118
4.5.1 Os objetivos do catálogo 122
4.5.2 As edições das *Rules* 123
4.5.3 Visão geral das edições 126
4.5.4 Estrutura geral das Rules for a Dictionary Catalog 126
4.5.5 A determinação dos assuntos nas Regras de Cutter 127
4.5.6 Síntese dos resultados 136
5 A PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL 139
5.1 Procedimentos metodológicos 143
5.1.1 Revisão de literatura 143
5.1.2 Aplicação da técnica introspectiva do protocolo verbal 144
5.2 Análise das transcrições 150
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 155
6.1 Quanto à revisão de literatura 155
6.2 Quanto aplicação do protocolo verbal 156
7 CONSIDERAÇÕES 166
REFERÊNCIAS 175
APÊNDICE A – Texto-base utilizado na aplicação do protocolo verbal em grupo 187

INTRODUÇÃO

Inserido na área de pesquisa em Ciência da Informação com abordagem na linha de Produção e Organização da Informação, a temática desse estudo tem como foco a Catalogação de Assunto, a partir da sistematização de seus aspectos históricos e conceituais.

Para sua contextualização julgamos pertinente abordar o cenário no qual está inserida a Catalogação de Assunto enquanto processo mediador da informação, partindo no primeiro momento da fundamentação teórica da área maior que é a Organização da Informação (ORC[1]) e a ulterior sub-área de Tratamento Temático da Informação (TTI).

Os estudos relativos à Organização da Informação são tradicionalmente tratados na literatura como Organização do Conhecimento. Isso resgata a história da classificação do conhecimento a partir das teorias elaboradas pelos filósofos Aristóteles, Bacon e Porfírio, que serviram de base para os estudos posteriores de classificação do conhecimento. Todavia parece que no âmbito das ciências da documentação o termo que melhor incorpore sua proposta seja Organização da Informação. Embora não seja consensual entre os teóricos da área, haja vista as discussões que permeiam em diferentes ramos do saber.

Contudo, as questões relativas ao significado de informação e conhecimento são recentes, resgata a década de 1940 quando a informação passou a ser um conceito inserido na ciência natural discutindo seu significado (QVORTRUP, 1993 *apud* COSTA; KRUCKEN; ABREU, [s.d]), pois em muitos casos suas conceituações ocupam o mesmo universo, tidas como sinônimos de um mesmo fenômeno. Já que elas se relacionam diretamente e são criadas a partir da interação social, resultando na dificuldade em distingui-las entre si.

Bräscher e Café (2008) em estudo recente também observaram a falta de clareza quanto a delimitação desses conceitos. Para as autoras, à Organização da Informação se configura no processo que envolve a descrição física e temática dos documentos informacionais, sendo que o conjunto desse processo de descrição se denomina a representação da informação, enquanto a Organização do Conhecimento tem por objetivo construir modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade.

---

[1] Neste trabalho utilizaremos a sigla ORC (organização e representação do conhecimento) para designar a Organização da Informação. A discussão em torno do conceito e das tendências nessa área são abordados no trabalho publicado por FUJITA (2008) na revista Tendências da pesquisa brasileira em Ciencia da Informação, v.1, n.1.

Entendemos que o conhecimento se configura num processo cognitivo, que depende da informação como matéria-prima para sua construção, ou seja, o conhecimento se adquire mediante reflexão do pensamento, sendo uma certeza subjetiva ou conclusiva da existência de um fato ou do estudo, não sendo ele transmitido (DAHLBERG, 1993).

Nessa visão consideramos que a Organização do Conhecimento e Organização da Informação não são conceitos sinônimos, pois se entende que não é possível mensurar o conhecimento muito menos organizá-lo em registro, já a informação é passível de registro, "devendo ser ordenada, estruturada e contida de alguma forma [...] sendo ela representada e transmitida por algum tipo de canal" (MCGARRY, 1999, p. 11). Por isso, nesse trabalho adotamos o termo Organização da Informação para explicar os fluxos informacionais, que se relacionam originalmente com as atividades de classificar e representar a informação por meio de registros (BUFREM, 2004).

A Organização da Informação tem por objetivo o estudo de todas as etapas do helicóide informacional (GUIMARÃES, 2009), no qual considera a informação registrada como insumo básico para construção do conhecimento e do desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, o profissional da informação assume grande responsabilidade, pois não compete apenas organizar, ele assume o papel de mediar essa informação para a sociedade, ou seja, o usuário é inserido dentro do contexto do ciclo informacional.

Na concepção do Grupo Temático 2 de pesquisa da Associação Nacional em Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) a Organização da Informação é responsável pelo estudo de teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em unidades informacionais tais como os arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação e congêneres. No qual também envolvem os estudos referentes aos processos, produtos e instrumentos da representação da informação, bem como o uso das tecnologias e as políticas de organização para disseminação e preservação da memória.

Embora sua definição abranja um conhecimento muito mais amplo, grosso modo, a Organização do Conhecimento significa a Organização da Informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, registros de textos completo e a internet (HJORLAND, 2003).

Para Anderson (1996) a ORC é entendida como o processo de descrição de documentos, seu conteúdo, características e propósitos, tendo por objetivo permitir o acesso e à organização dessas descrições.

Para os autores[2] Esteban Navarro e Garcia Marco (1995, p. 152):

> [...] é a disciplina (área do conhecimento inserida na Ciência da Informação) que se dedica ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas do planejamento, construção, gestão, uso, evolução de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com o propósito de garantir sua conservação em informação registrada capaz de gerar um novo conhecimento, se caracterizando como uma ciência tridimensional, já que se ocupa dos princípios, métodos e instrumentos postos em ação para a gestão do conhecimento a partir de uma tripla perspectiva: sua representação, sua organização e sua comunicação documental.

Organizar é uma característica básica dos seres humanos, por isso esse processo sempre acompanhou o homem em sua evolução. Historicamente, a Organização da Informação iniciou suas atividades na Idade Antiga, mas ganhou destaque e relevância devido também à demanda gerada pelas “explosões informacionais” ocorridas em dois diferentes momentos na história.

Primeiro com a invenção da imprensa, que revolucionou o modo de produzir, armazenar e disseminar a informação e segundo com a revolução científica, que desencadeou a publicação dos primeiros periódicos alavancando o progresso científico e tecnológico ocorrido num elevado ritmo a partir dos séculos XIX e XX, cuja base se desencadeou a partir de acontecimentos históricos como a Reforma, Revolução Francesa e a expansão das universidades – que impulsionaram nitidamente o crescimento das bibliotecas.

Esses aspectos contribuíram para mudança de paradigma da biblioteca, que evoluíram de meros depósitos de livros para se transformarem em unidades de disseminação da informação. Este novo paradigma da biblioteca agregado à avassaladora produção de informações ocasionou a necessidade de se buscar alternativas viáveis de organização com vistas à sua rápida e precisa recuperação. Ou seja, não bastava apenas inventariar a informação ou reproduzir o documento, mas sim representá-lo com o propósito de criar estruturas eficazes para sua busca e recuperação pelos usuários. Isto impulsionou os estudos da Organização da Informação, pois a sociedade sentiu a necessidade de criação e aperfeiçoamento de novas técnicas e metodologias que dessem

[2] Os autores utilizam a expressão organização e representação do conhecimento.

conta de organizar essa expansão de informações. Tendo em vista, a função atuante da informação como elemento chave para o progresso da sociedade.

Embora Hjorland (2003) afirme que seja difícil esboçar o progresso teórico científico na área de ORC, porque a seu ver diferentes linhas de pensamento parecem coexistir, resultando na fragmentação e falta de melhor fundamentação teórica sobre a área. Para Smiraglia (2002) a fundamentação teórica da ORC ocorreu a partir do percurso pragmático (com base na observação dos fenômenos de entidades de conhecimento), o epistemológico do racionalismo (construção de ferramentas de recuperação baseado em princípios fundamentados), o empirismo (derivada da observação com base nos resultados empíricos de investigação).

A ORC como é praticada pela Biblioteconomia e a Ciência da Informação foi em grande parte desenvolvida a partir da construção de ferramentas para o armazenamento e recuperação da informação. Exemplo dos catálogos e índices que permitem o tratamento e a recuperação da informação registrada.

Outros fatores subsidiaram sua estrutura e desenvolvimento teórico e metodológico. Neles se insere a origem pragmática da área a partir dos trabalhos de Panizzi (Europa), Jewett, Cutter, Dewey e Ranganathan (Estados Unidos). Cada um ao seu modo desenvolveu ferramentas: catálogos e classificações a partir de princípios pragmáticos em busca da consistência, no qual podemos observar já naquela época estruturas de sistemas de recuperação (SMIRAGLIA, 2002).

Smiraglia (2002) observa que o trabalho desenvolvido por estes grandes nomes da Biblioteconomia o princípio de conveniência do usuário sempre esteve em primeiro plano. A construção de suas ferramentas não tinha por base simplesmente inventariar a coleção ou facilitar o serviço do bibliotecário. Para o autor esses trabalhos influenciaram o crescimento do pragmatismo e racionalismo na construção de ferramentas de ORC, o que perdurou até meados do século XX quando se lançou as bases científicas da pesquisa para melhor compreensão empírica da construção dessas ferramentas e desenvolvimento da teoria formal da ORC.

Panizzi não foi o primeiro a desenvolver catálogos, mas foi o primeiro a reconhecer a importância de distinguir as obras para sua recuperação e utilização. Para ele o catálogo não poderia se limitar apenas a enumerar os itens, ele tinha que permitir ao leitor identificar e escolher se determinada obra lhe seria útil ou não (SMIRAGLIA, 2002). O trabalho de Panizzi exerceu grande influência na Biblioteconomia inglesa e norte-americana (MEY e SILVEIRA, 2009) e é considerado o pai da moderna teoria da catalogação (GARRIDO ARRILA, 1996).

Os trabalhos de Jewett marcaram a introdução da influência estadunidense para a catalogação. Embora seu trabalho se baseie na obra de Panizzi, ele apresentou discordâncias e soluções diferentes, muitas atualmente em vigência. Segundo Hickey (1976) Jewett foi o precursor da catalogação cooperativa centralizada.

Cutter ao desenvolver suas regras para o catálogo dicionário tinha como premissa facilitar o acesso dos usuários ao acervo, a partir do agrupamento alfabético das entradas (autor, título e assunto) do catálogo. Ele também estabeleceu níveis diferentes de catalogação e idealizou princípios para o estabelecimento das entradas de assunto. Sua obra exerceu grande influência no desenvolvimento das bibliotecas públicas como entidades educacionais, já que originalmente foi publicada pela secretaria de Educação, obtendo grande aceitação e utilização por parte dos bibliotecários destas instituições e se constituem como a base da catalogação americana.

Dewey exerceu grande influência na Biblioteconomia norte-americana a partir do desenvolvimento de ferramentas pragmáticas para organização do acervo. O mais famoso dele é o código de classificação decimal que permitiu o agrupamento de obras semelhantes, a partir da representação de assunto. Vale destacar que Dewey também atuou politicamente no desenvolvimento da profissão, ensino e criação das associações de classes e na propagação do catálogo por cartões. Seu sistema influenciou Otlet e La Fontaine no desenvolvimento da classificação decimal universal.

Os sistemas de classificação destacam-se, pois muito contribuíram diretamente para Organização da Informação sendo considerados a base da organização bibliográfica (SHERA, 1950 *apud* SMIRAGLIA, 2002). Ranganathan é "considerado nos círculos internacionais como o introdutor do método científico na Biblioteconomia e ciência da informação" (NAVES, 2006, p.40), que forneceu inúmeros subsídios para área. A autora ainda menciona que ele:

> Introduziu fundamentos científicos na Biblioteconomia pela aplicação de uma abordagem newtoniana. [...] adotou a abordagem aristotélica no pensamento analítico-sintético no plano das idéias e como Aristóteles, estudou características e categorias ontológicas. Se Aristóteles defendeu que a linguagem refletia no mundo real para Ranganathan a Biblioteconomia, com ênfase no plano das idéias refletia também o mundo real. Concordava com Aristóteles ao dizer que o significado das palavras depende do contexto tendo observado a diferença entre conotação e denotação de isolados sozinhos, de suas ramificações num assunto específico.

A concepção do sistema facetado de Ranganathan também ocupa lugar de destaque na história da organização, pois forneceu subsídios para muitos outros estudos sobre indexação e classificação. Straioto e Guimarães (2004, p.2) mencionam que "[...] muitos pesquisadores,

influenciados por Ranganathan, desenvolveram sua teoria por sentirem que o documento deveria ser pensado não somente sob o seu aspecto físico, mas também sob o aspecto do conteúdo".

Outro marco na história da Organização da Informação foi a criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), criada em 1989 em Frankfurt na Alemanha por Dahlberg e outros pesquisadores oriundos de distintas áreas do saber. Tinham por objetivo estudar os diferentes métodos e abordagens na Organização do Conhecimento. A ISKO se configura no maior fórum científico da área de Organização da Informação. Tendo por missão desenvolver estudos teóricos e conceituais na Organização do Conhecimento, tais como bancos de dados, bibliotecas, dicionários e a internet, cujas metas são: a) incentivar a pesquisa, desenvolver e aplicar os métodos de Organização do Conhecimento; b) incentivar a comunicação e troca de experiência entre os cientistas da área e c) desenvolver, construir e aperfeiçoar sistemas de classificação, tesauros e terminologias.

Tradicionalmente a Organização da Informação está intrinsecamente ligada a área curricular de tratamento temático da informação. Para Barité (2001, p.38) a Organização da Informação tem por objetivo fornecer subsídios teóricos e retroalimentares para o tratamento temático da informação.

> De modo menos específico, mas não menos importante para a gestão e uso social da informação, com intuito de fornecer aportes metodológicos e conceituais adequados as diversas práticas e atividades sociais vinculadas ao acesso do conhecimento. Operando como instrumento de tratamento da informação, gestão e uso. Sendo este abarcador e integrador dos fenômenos e das aplicações vinculadas, a disposição e o acesso, a difusão do conhecimento socializado, sendo esse seu objeto principal.

Foi a partir da década de 1970 com a publicação da obra de Foskett "*The subject approach to information*" que o termo TTI ganhou maior destaque na área (GUIMARÃES, 2008) e se configura no processo de gerar subprodutos do documento ou representações documentais, que atuarão como instrumentos de busca, com o propósito de facilitar a consulta e disseminação do documento primário (PINTO MOLINA, 1993). Esses subprodutos ou documentos secundários são representações condensadas extraídas do texto, cujos objetivos são o de "estabelecer uma ponte entre o usuário e o documento, fornecer subsídios ao processo de disseminação da informação e gerar produtos bibliográficos", (GUIMARÃES, 2003, p.104), os quais contribuem

para avaliação do usuário quanto a relevância que o documento integral possa ter para suprir suas necessidades informacionais.

Como destacado, a área de TTI se evidenciou a partir do século XIX, pois nos primórdios das atividades documentais o foco se fundamentava na conservação e armazenamento da produção intelectual dos itens bibliográficos, cuja possível recuperação física se dava através da organização e representação do registro básico de informações a partir do uso de inventários.

A necessidade pragmática de desenvolver ferramentas e instrumentos práticos de organização e recuperação da informação e a busca pela fundamentação da área enquanto Ciência proporcionou a busca de métodos de organização e representação a partir dos aspectos intrínsecos dos itens bibliográficos, ou seja, do seu conteúdo informacional. Tendo em vista, que até então a representação da informação ocorria quase que exclusivamente pelos aspectos descritivos/físicos, como comprovam, em exemplo bastante pungente as bibliotecas medievais que organizavam seus acervos a partir do tamanho dos livros. Prática que ocorreu sistematicamente por bastante tempo. Obviamente, este método já nascera insuficiente, porém foi a solução adotada conforme o contexto em que se realizou, se tornando insustentável com o crescimento dos acervos e a diversificação das esferas de conhecimento e portanto, impossível de ser aplicado para as bibliotecas tais quais conhecemos e com os objetivos contemporâneos.

Com o desenvolvimento das formas de organização dos acervos e o aumento exponencial da produção, surgem então os processos de representação documental, com a subseqüente necessidade e busca pela fundamentação teórica e metodológica. O que acentuou o cuidado em estabelecer bases científicas para área, com o propósito de não apenas se preocupar com a mera execução e reprodução da técnica, mas de buscar respaldos metodológicos e científicos para tal afazer (GUIMARÃES, 2007).

Segundo Guimarães (2008) a área de TTI se desenvolveu a partir de três momentos. No primeiro momento com uma abordagem sedimentada na subjetividade das atividades realizadas. O segundo momento com o desenvolvimento de técnicas que pudessem nortear suas atividades. O terceiro momento com o avanço das pesquisas científicas que vão dicotomizar o processo de TTI a partir de linhas teóricas de estudos.

Neste contexto Guimarães (2007; 2009) destaca que a área de TTI se consolidou a partir de três vertentes de pensamento. A Análise Documental (*analyse documentaire*) de origem

francesa, a Indexação (*indexing*) de origem britânica e a Catalogação de Assunto (*subject cataloging*[3]) de forte predominância norte-americana.

Com o propósito de contextualizar nossa pesquisa julgamos pertinente abordar de modo sucinto as vertentes *Analyse Documentaire* e de *indexing*, para melhor entendimento e sistematização do nosso objeto de estudo que é a Catalogação de Assunto.

Posto isso, a concepção da vertente ***Indexing*** compreende os processos de Indexação e Análise documental (AD)[4] como processos idênticos, no qual incluem a análise de assunto como fase inicial da Indexação.

Conforme observa Guimarães (2007) a corrente de *indexing* compreende que "os índices, enquanto produtos do tratamento temático da informação decorrem da utilização de linguagens de indexação, notadamente os tesauros". Por isso, observa-se nessa vertente a preocupação de natureza mais teórica relativa às construções dessas linguagens documentais e mais especificamente na construção dos tesauros.

Certamente isso decorreu porque até meados da década de 1960 os tesauros eram construídos somente com arranjos alfabéticos, o que impossibilitava representar o documento mediante relações entre os termos. Essas limitações na estrutura do tesauro culminaram no uso de princípios de classificação para sua elaboração, o que gerou a construção de vários tesauros contribuindo para evolução teórica desses instrumentos e produtos. (CAMPOS; GOMES, 2006).

Nesse contexto, os estudos teóricos ganharam destaque com a Criação do CRG - *Classification Research Group*, cujas pesquisas eram centradas na classificação facetada de Ranganathan.

---

[3] Conforme consta no *Dictionary for Library and information science*, de Joan M. Reitz, de 2004 p.122 a grafia *subject catalo**ging*** corresponde a língua vernácula norte-americana, enquanto a grafia subject catalo**guing** a língua vernácula britânica. Por isso, neste trabalho adotamos a grafia ***subject cataloging***, por se tratar de um estudo referente a Catalogação de Assunto de concepção norte-americana.

[4] Relativo a análise documental verifica-se na literatura diferentes concepções de pensamento referentes ao seu processo, entre as quais se destaca as linhas francesa e espanhola. Sendo que conforme observa Guimarães (2000) a corrente francesa - adota a expressão Análise Documental e a considera apenas como o tratamento de conteúdo, ou seja, refere-se apenas ao tratamento temático da informação, no qual se insere a operação de indexação, fruto da fase de representação, excluindo o tratamento descritivo do processo de AD. Diferentemente, a linha espanhola que considera a Análise Documental dividida em dois níveis: a) análise da forma e b) análise do conteúdo, isto é, a primeira responsável pela representação descritiva, física ou bibliográfica do documento, com intuito de gerar registros para sua identificação e seu acesso mediante descrição (Catalogação Descritiva) da obra, autor, local de publicação, ano, editora, entre outros dados que descrevem a obra. A segunda, responsável pela representação temática por meio de instrumentos, relativos ao conteúdo que é dito ou tratado no documento, que engloba as etapas de resumir, classificar, indexar e Catalogação de Assunto, com o objetivo de gerar produtos tais como resumos, cabeçalhos e índices de assunto, com vistas ao acesso temático (GUIMARÃES, 2003). Esses dois níveis de análise documental podem ser tratados como correntes integrada (ou integradora) e restringida (RUIZ PÉREZ, 1992). A primeira contempla os níveis de análise de forma e conteúdo com níveis integradores da representação. A segunda restringe a análise documental apenas ao nível de representação de conteúdo.

A criação do CRG influenciou inúmeros estudiosos da área, que passaram a se dedicar a questões conceituais e teóricas relativas à Organização da Informação e do conhecimento. Tendo em vista os processos pelos quais a informação poderia ser representada. Fornecendo subsídios para construção de uma base epistemológica na área de Organização da Informação, pois antes disso não existia a preocupação com a teoria.

> As bases classificatórias do tesauro foram expostas por Jean Aitchison, a partir de sua experiência no desenvolvimento do *Thesaurofacet*, dedicado à engenharia elétrica. A partir da teoria da classificação de Ranganathan ela constrói o esquema de classificação, com orientação para a organização de uma sintaxe (uso da notação para construir a classificação de um documento) tendo um índice alfabético, sob forma de tesauro, decorrente do próprio sistema de classificação. (CAMPOS; GOMES, 2006, p. 353).

Nessa mesma linha Farradane (1977), idealizou um sistema de indexação que adotava nove operadores relacionais, para indicar as relações entre termos em etapas de discriminação no tempo e no espaço; seu sistema se baseou nos conceitos sobre o processo de aprendizagem, a partir de estudo da psicologia infantil, nos quais os conceitos podem ser reunidos por meio de operadores a fim de formar conjunto de descritores, o problema que ocorre é que muitas vezes a generalidade dos operadores dificulta saber qual o correto para ser escolhido.

As autoras ainda enfatizam que a concepção das categorias presente na abordagem analítico-sintética de Ranganathan também influenciaram os sistemas pré-coordenados, pois tinham a concepção baseada numa sintaxe mais apropriada a organização e recuperação da informação.

Destacamos também as contribuições de Coates (1960) durante o desenvolvimento dos princípios da indexação alfabética de assunto para o catálogo de assunto da *British Techonology Index* e o *Precis - Preserv Context Indexing System*, construído para o índice impresso da *British National Bibliography*.

Outros estudiosos que contribuíram para a concepção da linha *Indexing* foram Foskett, Lancaster, Campos, Van Slype, Farrow, Metcalfe, Aitchinson, entre outros.

Os estudo relativos a linha *indexing* se configuram de fundamental importância para a história da representação da informação, pois introduziram questões referentes a necessidade de estudar e fundamentar as teorias dos processos, principalmente na construção dos instrumentos utilizados na representação como as linguagens documentais. Preocupação que ainda hoje ocupa

espaço na esfera acadêmica, haja vista o número crescente de pesquisas em andamento, ainda mais se levarmos em conta os novos suportes de informação decorrentes dos avanços eletrônicos, bem como a dinamicidade lexical e a criação de novos conhecimentos.

Por sua vez a vertente ***Analyse Documentaire*** tem como preconizador Jean-Claude Gardin, cujo foco centra-se no processo de tratamento temático em si com abordagem pautada na interdisciplinaridade com as áreas de Lingüística, Lógica, Inteligência artificial, ente outras, para identificação e seleção de conceitos para representação e geração de produtos.

Silva e Fujita (2004, p.150) mencionam que "para os teóricos franceses a análise documentária[5] refere-se somente ao tratamento de conteúdo do documento, não adotando a divisão em forma e conteúdo, ou descrição física e temática do documento".

Especificamente a *analyse documentaire*, se destaca numa cadeia documental clássica, no qual insere as atividades de elaboração de resumos e a indexação de documentos. Para Cunha e Kobashi (1991, p.42) a Análise Documentária consiste num:

> [...] conjunto de teorias e procedimentos que vão da análise de textos à sua representação. [...] quer com base em instrumentos e regras (de indexação, tesauros, controle de vocabulários, etc.) quer de forma empírica, sem uma sistematização rigorosa. Ambos os procedimentos, porém, acham-se intrinsecamente ligados a rotinas de "bom senso".

Portanto, a AD refere-se ao conjunto de operações de transição entre um documento primário e um documento secundário (a representação do documento), que englobam a elaboração de resumos ou de indexação (CHAUMIER, 1986).

O resgate histórico dessa linha remonta ao ano de 1957, época que Gardin (arqueólogo) assumiu a direção do *Centre d'Analyse Documentaire pour l'archéologie* (CNRS), quando mais tarde no ano de 1966 apresentou o seu primeiro trabalho "a idéia do que viria a ser conhecido como Linguagem Documentária" (VOGEL, 2007, p.3).

> O termo inicialmente usado por ele foi Léxico Documentário, que o autor define como "uma lista de termos, organizados ou não, que servem à indexação documentária", ou ainda, como um inventário das correspondências entre os termos dessas listas e as palavras ou frases em linguagem natural que eles representam (GARDIN, 1966, p.175 *apud* VOGEL, 2007, p.3).

[5] Nessa seção respeitou-se a concepção do termo "análise documentária" adotada pelo grupo TEMMA responsável pela difusão da corrente no Brasil em detrimento do termo "análise documental" forma adotada pela autora.

Gardin e demais pesquisadores trabalharam na construção do SYNTOL (*Syntagmatic Oriented Language*) que permitiria a indexação sintática com o auxílio do computador. Na construção desse sistema Gardin recorreu a aportes teóricos de outras áreas. Seu estudo suscitou questões referentes aos problemas epistemológicos sobre a representação da informação, comunicação e língua.

Vogel (2007, p.3) menciona que Gardin foi pioneiro ao reconhecer que "a atividade de representação documentária se desenvolve no universo da linguagem", sendo ele referência nas pesquisas sobre representação. A utilização de aportes teóricos da Lingüística na organização das linguagens documentais configura-se como um marco para área de representação. (LARA, 1999).

Os estudos de Jean-Claude Gardin podem ser caracterizados também como precursores da documentação na França ao lado dos estudos de Suzanne Briet (ORTEGA, 2007), pois não apenas suscitaram reflexões teóricas, mas também contribuíram para construção de ferramentas para área.

> Devem ser a ele creditadas a própria denominação do campo que hoje se conhece por Análise Documentária, a criação das bases fundantes de uma teoria específica sobre os processos bibliográficos e a terminologia adotada pela Ciência da Informação de orientação francesa (KOBASHI, 1996, p.3).

Guimarães (2007) relata que a corrente francesa *Analyse Documentaire* se difundiu no Brasil através da criação do grupo TEMMA na Escola de Comunicação e Artes da Universidade São Paulo a partir da década de 1980. Fundado pela Profª. Johanna W. Smit, cuja tese de doutorado realizado na França foi orientada por Gardin. Inaugurando uma linha de pesquisa no país, com os pesquisadores Anna Maria Marques Cintra, João Batista Ernesto de Moraes, Johanna Smit, José Augusto Chaves Guimarães, Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Marilda Lopes Ginez de Lara, Nair Kobashi, entre outros.

O grupo TEMMA mediante suas pesquisas busca consolidar a *Analyse Documentaire* como objeto de estudo. Guimarães (2003) destaca que a busca de metodologias e um caráter teórico e interdisciplinar na área, proporcionaram juntamente com os trabalhos de Jean-Claude Gardin, à *Analyse Documentaire* um status de área de investigação.

A linha teórica *Analyse Documentaire* busca desenvolver uma operação sedimentada através de uma atividade interdisciplinar, recorrendo ao aparato teórico de outras áreas do

conhecimento. Nesse sentido vale destacar que a Lingüística está inserida como um dos pilares dessa interdisciplinaridade, pois:

> [...] observa-se a aproximação entre a Análise Documentária e a Lingüística Aplicada, fato justificado inicialmente pelas semelhanças existentes entre os processos bibliográficos e a tradução automática, ressalvadas, evidentemente, as especificidades de cada uma delas. Destaca-se, nessa vertente, o arqueólogo francês Jean-Claude Gardin. (GARDIN, J. C., 1991 *apud* KOBASHI, 1996, p. 2)

A esse respeito Guimarães (2003, p.3, 5) chama a atenção sobre a contribuição da Lógica para Análise documental:

> [...] cumpre ressaltar que a incorporação de determinados recortes da Lógica como subsídio ao processo de AD, visa em última instância, a melhor explicitar os parâmetros que integram o fazer do documentalista no momento da identificação e seleção dos conceitos do documento [...] para que o aluno possa ter clareza quanto aos procedimentos envolvidos no processo de análise evitando assim, que este fique ao perigoso sabor do tradicional “bom senso”.

Percebe-se que os estudos recorrentes a *Analyse Documentaire* contribuíram de modo enriquecedor para o fortalecimento da área de tratamento temático no Brasil. Uma vez, que tem por intuito minimizar lacunas existentes nesse processo, mediante a utilização de aportes teóricos oriundos de outras áreas, que até então não eram contemplados pelas teorias da própria Biblioteconomia.

A vertente ***subject cataloging*** de modo resumido se baseia numa abordagem pragmática da área de tratamento temático, cuja base reside no catálogo enquanto produto do tratamento temático da informação em bibliotecas.

Sua origem predominantemente norte-americana foi preconizada a partir de dois marcos: a) dos princípios estabelecidos por Cutter para a catalogação alfabética e b) pela influência e tradição das listas de cabeçalhos de assunto construídas pela *Library of Congress* estadunidense.

Vale destacar neste contexto que o tratamento temático tem o papel de fornecer ao usuário a possibilidade de conhecer o conteúdo de um documento antes mesmo de seu acesso físico (ou digital) e a partir disso, decidir se tal material é ou não necessário ou pertinente ainda durante a sua busca, contribuindo para minimização de tempo e recursos humanos e financeiros despendidos durante esse processo de filtragem. Observa-se que ocorre na verdade, um

“atravessamento” no processo de acesso e aquisição da informação, ou seja, o trabalho de representação documental constitui uma “mediação” entre o conteúdo produzido e o seu acesso pelo usuário.

A abordagem histórica da Catalogação de Assunto resgata a origem dos catálogos (produtos da catalogação), que ocupam destaque na história da documentação. E se caracterizam como pioneiros neste processo de mediação da informação. Todavia vale ressaltar que sua origem não tinha por propósito servir ao usuário na recuperação da informação, eles eram instrumentos utilizados pelos e para bibliotecários na organização dos acervos (FRÓIS, [s.d]).

Foi a partir da mudança de paradigma da biblioteca e consequentemente das novas formas de construção que eles passaram a servir ao usuário e permitir a disseminação do conteúdo físico e temático do acervo das unidades de informação, sendo até hoje utilizados, salvo os devidos aperfeiçoamentos e adaptações. Por isso o processo de Catalogação de Assunto está intrinsecamente fundamentado ao conceito de Catalogação, que por sua vez inclui a Catalogação Descritiva, ou seja, a catalogação se divide em dois eixos: representação formal e representação temática. Todavia para Chan (1994) há um terceiro eixo no processo de catalogação que seria *authority work*[6].

A primeira fase do processo de catalogação é responsável pela identificação e descrição das informações contidas no item documentário. Sendo essas duas etapas intimamente relacionadas e dependentes entre si. A identificação consiste na busca de elementos convencionais contidos no item, estabelecidos a partir de um conjunto de regras. Após identificação desses elementos, ocorre a descrição deles a partir de padrões previamente estabelecidos (WYNAR, 1976).

A segunda fase é o processo de Catalogação de Assunto que tem por objetivo central designar os pontos de acesso[7] de assunto de um documento, de modo a representar tematicamente a proposta intelectual da obra. Os conjuntos desses pontos de acesso denominados de cabeçalhos de assunto se constituirão nas listas de cabeçalhos de assunto utilizados pelos catálogos para representar e recuperar os itens bibliográficos. Para Chan (1994), Wynar (1976) e Tauber (1953)

---

[6] Esta terceira fase na concepção de Chan, *authority work* é o processo de decidir qual forma um nome, título, série, ou assunto será usado como cabeçalho autorizado em um catálogo de biblioteca ou arquivo de registros bibliográficos, incluindo o estabelecimento de referências apropriadas ao cabeçalho, e seu relacionamento a outros cabeçalhos no arquivo de autoridade. Cujo objetivo é manter o vocabulário controlado na construção dos catálogos.

[7] Para melhor entendimento vale ressaltar que pontos de acesso são campos que permitem a recuperação de um registro bibliográfico, seriam termos ou expressões que o usuário pode utilizar para encontrar um documento. (MEY. 1995; SANTOS e RIBEIRO, 2003).

se insere nesta etapa a atribuição do número (notação) de classe do sistema de classificação adotado pela biblioteca, permitindo seu arranjo no acervo e adequação no catálogo da biblioteca.

O propósito da Catalogação de Assunto é permitir ao usuário a recuperação do item a partir da identificação do conteúdo dos documentos de acordo com seus aspectos particulares, e assim estabelecer relações com outros documentos e recuperá-los em conjunto. A esse respeito Piggott (1988 *apud* MEY, 1995, p.69) descreve:

> O catalogador deve estabelecer o assunto específico de um livro dentro de seu contexto, levando em consideração a finalidade para qual foi escrito, o ponto de vista do autor, as limitações de tempo e espaço em que o assunto foi estudado e o público leitor a que se dirige. Muita dessa informação pode ser levantada da página de rosto, sumário, estilo e conteúdo das ilustrações, nome da série na qual o livro foi publicado, possivelmente em conjunto com os nomes de outros volumes na série, talvez um prefácio manifeste explicitamente a finalidade do autor e o público leitor que ele tinha em mente. Obviamente, o título de uma obra é de primeira importância na designação de seu conteúdo. [...] É trabalho do catalogador interpretar ou amplificar a proposição do autor, encontrar o símbolo de classificação ou cabeçalho de assunto que colocará a obra junto a outras do mesmo assunto e, assim, usada em conjunto com a descrição bibliográfica, [a representação temática] permitirá ao leitor decidir se o livro preenche, ou não, as suas necessidades.

A Catalogação de Assunto também é caracterizada como uma disciplina ou o conjunto delas responsável pela representação temática do acervo, nos catálogos de assunto e de dicionário da unidade de informação (FIUZA, 1973). O catálogo de assunto ou ideográfico reúne as entradas dos cabeçalhos de assunto das obras existentes na biblioteca segundo o conteúdo de cada uma delas, já o catálogo dicionário apresenta uma ordem única e seqüencial de entrada de autor, título e assunto. E eles (assim como os demais tipos de catálogos) atuam como instrumentos de comunicação destinados a mostrar ao usuário não apenas os recursos documentais que a unidade de informação possui, como também que recursos relacionados existentes que servirão para suprir a necessidade informacional do usuário (FERRAZ, 1991).

Até meados do século XIX não havia sistematização e padronização no processo de elaboração dos cabeçalhos de assunto nos catálogos, com o intuito de dinamizar o processo, até mesmo porque não era recorrente. A atividade era norteada aleatoriamente e pelo uso do bom senso. A própria área de TTI ainda na metade do século XIX fora tratada pela literatura (CAMPOS, 1987; GUIMARÃES, 2003; MEY, 1987) como arte ou fruto de um talento especial ao representar a informação contida no documento. Cunha (1990, p.59) destaca que “[...] até

recentemente, os métodos desta análise foram considerados como operações empíricas de bom senso, pelas quais se atribuía a um texto/documento qualquer, uma ou várias palavras-chave, destinadas a facilitar a recuperação do documento”

Tais aspectos evidenciam deste modo, uma ampla diversidade de critérios, de origem aleatória e subjetiva, ausentes de parâmetros, que conferissem cientificidade e clareza dos procedimentos utilizados durante a determinação de assunto (GUIMARÃES, 2003). Contudo atualmente percebe-se que esse processo envolve e possui um elevado grau de complexidade, pois fatores como a subjetividade e tendenciosidade – momento que o profissional interpõe seus próprios valores, preconceitos e idéias, podem interferir diretamente no tratamento da informação.

A literatura sobre o desenvolvimento histórico dos catálogos (STROUT, 1956; GATES, 1968; DIAS, 1967; BAKEWELL, 1974; FIUZA, 1987; FERRAZ, 1991; GARRIDO ARRILLA, 1996 e MEY E SILVEIRA, 2009) destaca algumas tentativas de sistematização, porém em âmbito local sem grande impacto.

Todavia, nesse mesmo século[8], Cutter idealiza as regras para um catálogo dicionário, preconizando assim a sistematização de regras para o estabelecimento de entrada de cabeçalhos, obra que se tornou num clássico da catalogação e da área de representação. Os princípios estabelecidos por Cutter nortearam grandemente a construção de outros instrumentos da representação e ainda hoje após mais de um século muitos desses princípios continuam atuais.

Essas regras preconizadas por Cutter marcaram toda uma prática norte-americana no processo de representação da informação, o que desencadeou a linha de pensamento mais pragmática a respeito do tratamento temático da informação *subject cataloging* (GUIMARÃES, 2007). Pois surgiu a partir da necessidade de se buscar e criar soluções em resposta aos problemas enfrentados no cotidiano das bibliotecas, teorizando suas praxes.

Assim, somadas ao prestígio da Biblioteca do Congresso Americano – devido a difusão de suas listas de cabeçalhos de assunto – as regras de Cutter propagaram e influenciaram toda uma praxe de representação, o que foi transmitido às instituições que adotaram esse sistema de tratamento temático.

Com o propósito de construir um caráter mais metodológico para área, questões relativas aos processos de representação documental tem sido objeto de estudos de pesquisadores, pois

[8] Merece destaque os trabalhos de Panizzi e Jewett para a sistematização da catalogação. Todavia seus estudos não abordavam a Catalogação de Assunto.

conforme afirma Guimarães (2007, p.14) “observa-se que a área vem percorrendo uma trajetória que reúne a dimensão pragmática dos instrumentos à busca por uma base epistemológica que a explique e sustente”, pois compreender melhor o papel da organização e representação da informação representa sem dúvida, uma necessidade social em termos de qualidade na prestação desses serviços para sociedade.

Em confluência a este resgate bibliográfico o ensejo deste estudo se originou pelo meu próprio desconhecimento e negligência (enquanto aluna do curso de Biblioteconomia) sobre o processo e conceito de Catalogação de Assunto. Meu primeiro contato com o tema ocorreu tardiamente apenas no terceiro ano de graduação, quando tive a oportunidade de desenvolver a minha segunda pesquisa em iniciação científica (CNPq-Pibic) intitulada “Análise da presença e articulação da concepção teórica do *subject cataloging* na literatura científica da ISKO”, integrada ao projeto maior: “A dimensão teórica do tratamento temático da informação no universo científico da ISKO”, coordenada pelo Professor José Augusto Chaves Guimarães.

Ao me deparar com o tema proposto Catalogação de Assunto, comecei a me indagar sobre seu campo de atuação e o porquê da sua ausência nas grades curriculares? Meu conhecimento sobre representação temática estava restrito as disciplinas de indexação e classificação bibliográfica. Nos primeiros estudos realizados percebi uma instigante e modesta literatura em âmbito nacional que pudesse esclarecer meus anseios acadêmicos. Ao término da minha pesquisa de IC me deparei com o intrigante confronto de conceitos existentes entre os processos de Catalogação de Assunto, indexação e classificação bibliográfica e percebi o vasto campo que podia percorrer ao escolher este tema de estudo.

Posto isso, nossa preocupação recai sobre esse processo de representação e acesso temático que é a Catalogação de Assunto (*subject cataloging*), que apresenta uma carência de literatura teórica e histórica, bem como de estudos referentes a esse processo em língua portuguesa. Portanto, a nossa problemática de pesquisa é a imprecisão quanto a definição e conceituação do processo de Catalogação de Assunto, que permitam melhor especificá-lo e conceituá-lo frente aos demais processos inerentes ao tratamento temático da informação.

Diante o exposto, propomo-nos analisar por meio de um estudo teórico a Catalogação de Assunto, a partir de aspectos históricos, conceituais e metodológicos e verificar de que forma os princípios preconizados por Cutter influenciaram os processos de representação da informação.

Nessa perspectiva o objetivo geral deste estudo é auxiliar na compreensão dos fundamentos conceituais da Catalogação de Assunto, concedendo subsídios teóricos, que contribuam para minimização da carência de literatura. Disso decorrem os seguintes objetivos específicos:

- **Objetivo 1**: Analisar a Catalogação de Assunto para colaborar com a sedimentação de um referencial teórico em língua portuguesa;
- **Objetivo 2**: Analisar a questão do conceito assunto.
- **Objetivo 3**: Verificar a influência dos princípios de Cutter no campo da representação temática da informação, a partir das *Rules for a dictionary catalog* e sua relação com atuação profissional enquanto aspectos mediadores da informação.

A proposta desse estudo justifica-se, pois a Catalogação de Assunto desempenha importante papel na representação da informação, atuando como processo mediador entre o acervo e o usuário. Esta ausência de parâmetros pode influenciar diretamente na representação de assunto, ponto em que observa-se a complexidade do problema, tendo em vista, que irá afetar determinantemente a possibilidade de acesso à informação em um sistema, através da subjetividade do profissional catalogador em relação a descrição do conteúdo.

A Catalogação de Assunto destaca-se na história da Organização da Informação, ainda que de modo tímido, pois foi a partir do estabelecimento de princípios preconizados por Cutter para sua elaboração que se consolidou a base teórica para os demais processos de representação na América do Norte.

No Brasil embora tenha recebido influência direta dessa concepção teórica há modesta literatura quanto aos aspectos conceituais e históricos deste processo. Por isso, a necessidade de construção de uma base teórica sólida que norteie a definição e construção do processo de Catalogação de Assunto.

Conhecer melhor as bases epistemológicas da Catalogação de Assunto contribui fundamentalmente para melhor sistematização e racionalização dos procedimentos metodológicos utilizados durante o processo de representação de assunto. Minimizando o uso do bom senso na execução desse processo, o que permite a cientifização na obtenção de resultados claros e objetivos.

Para alcançar os objetivos almejados da pesquisa a metodologia utilizada foi composta por duas partes. A primeira consistiu na revisão de literatura por meio de um estudo bibliográfico em torno da Catalogação de Assunto na concepção do Tratamento Temático da Informação, construindo panorama geral da área.

A partir desse referencial foi possível extrair categorias de análise que foram utilizadas no segundo momento da pesquisa durante a coleta de dados com a técnica introspectiva do "pensar alto" ou protocolo verbal. Nessa coleta optou-se por utilizar o protocolo verbal em grupo, pois essa modalidade se adapta melhor ao objetivo da pesquisa, que teve por propósito verificar a percepção e visão dos sujeitos participantes sobre aspectos relevantes decorrentes da Catalogação de Assunto.

Com isso almejamos contribuir com referencial teórico das principais características da Catalogação de Assunto, incluindo sua fundamentação conceitual, histórica e sistematizar o modo como os princípios de Cutter influenciaram no desenvolvimento da área.

Diante do exposto sistematizamos no *Quadro 1* o problema, a proposição, o objetivo geral e específicos e os capítulos relativos a eles, com intuito de explicitar a integração e coerência da estruturação do trabalho.

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	
Estrutura	***Delimitação***
Problema:	A imprecisão quanto a definição e conceituação do processo de Catalogação de Assunto, que possam melhor especificá-lo e conceituá-lo frente aos demais processos inerentes ao Tratamento Temático da Informação.
Proposição:	Analisar por meio de um estudo teórico a Catalogação de Assunto, a partir de aspectos históricos, conceituais e metodológicos e verificar de que forma os princípios preconizados por Cutter influenciaram os processos de representação da informação.
Objetivo geral:	Auxiliar na compreensão dos fundamentos conceituais da Catalogação de Assunto, concedendo subsídios teóricos, que contribuam para minimização da carência de literatura.
Capítulo 2:	**Título:** A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO NA PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA
	Objetivo específico 1: Analisar a Catalogação de Assunto para colaborar com a sedimentação de um referencial teórico em língua portuguesa

Capítulo 3:	**Título:** O CONCEITO DE ASSUNTO.
	Objetivo específico 2: Analisar a questão do conceito assunto.
Capítulo 4:	**Título:** CUTTER E A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO.
	Objetivo específico 3: Verificar a influência dos princípios de Cutter no campo da representação temática da informação, a partir das *Rules for a dictionary catalog* e sua relação com atuação profissional enquanto aspectos mediadores da informação.
Capítulo 5:	**Título:** A PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL.
	Objetivo específico 1: Analisar a Catalogação de Assunto para colaborar com a sedimentação de um referencial teórico em língua portuguesa; **Objetivo específico 3:** Verificar a influência dos princípios de Cutter no campo da representação temática da informação, a partir das *Rules for a dictionary catalog* e sua relação com atuação profissional enquanto aspectos mediadores da informação.
Capítulo 6:	**Título:** DISCUSSÃO DOS RESULTADOS
Capítulo 7:	**Título:** CONSIDERAÇÕES FINAIS.

QUADRO 01: Relação entre os objetivos e os capítulos desta pesquisa.
FONTE: Autora.

A estrutura deste trabalho está composta por sete capítulos, incluindo esta introdução, elaborados da seguinte forma:

No segundo capítulo apresentamos o nosso objeto principal a Catalogação de Assunto a partir da perspectiva norte-americana, cuja discussão se fundamenta a partir da exposição de seus dados históricos e metodológicos, que permitiu construir a partir da revisão da literatura internacional um panorama geral do seu processo.

No terceiro capítulo, nossa abordagem recai sobre a questão de um dos vocábulos mais exaustivamente usados na área de tratamento temático da informação, “o assunto”. A importância do conceito de assunto tem sido relativamente pouco explorada pela área, mas tem permeado o seu desenvolvimento principalmente desde a obra de Cutter, que apresentou definições para o conceito em suas regras para o catálogo-dicionário. A noção de assunto, tem sido muitas vezes confundida ou mesmo considerada como o conceito de *aboutness*, o qual também discutimos brevemente levando em consideração a estreita relação que os dois termos receberam.

No quarto capítulo discutimos o papel de Cutter no desenvolvimento da Catalogação de Assunto a partir da sua biografia e atuação de Cutter no cenário biblioteconômico, bem como a publicação de sua obra. Já que ele é considerado o principal precursor, introduzindo questões

relativas a sistematização de princípios para estabelecimento das entradas por assunto, princípio de conveniência do usuário, caracterizando o papel mediador da representação da informação. Por isso, a vida e obra de Cutter se caracterizam como principal marco histórico para área de Catalogação de Assunto.

No quinto capítulo apresentamos a percepção acadêmica e profissional sobre a Catalogação de Assunto a partir da aplicação do protocolo verbal em grupo aplicado nas esferas acadêmica e profissional. Que teve por propósito verificar a percepção (a) dos professores acadêmicos (responsáveis pelo desenvolvimento intelectual teórico-prático da área e pela formação dos profissionais) (b) bibliotecários catalogadores (que atuam nas linhas de frente nas atividades de representação), com questões relativas a Catalogação de Assunto.

No sexto capítulo apresentamos os resultados obtidos da nossa pesquisa a partir da revisão de literatura e da aplicação do protocolo verbal em grupo. Por fim no sétimo capítulo tecemos nossas considerações sobre o estudo, destacando aspectos desse trabalho e apontando outros caminhos que podem ser investigados.

Además, almejamos que esta pesquisa possa auxiliar o leitor na compreensão dos fundamentos históricos e conceituais da Catalogação de Assunto, tanto em âmbito acadêmico quanto profissional. E assim, possivelmente contribuir com a ampliação e aprofundamento do universo do ensino da representação temática, no qual se insere a Catalogação de Assunto e colaborar também com a atualização de profissionais que estejam interessados com o desenvolvimento teórico da área e nela busquem base para suas práticas.

2 A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO NA PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA

Neste capítulo apresentamos e discutimos especificamente os fundamentos teóricos da Catalogação de Assunto a partir da perspectiva norte-americana foco principal deste estudo. Tendo por premissa (GUIMARÃES, 2007; FOSKETT, 1973) que foi nesta região que a Catalogação de Assunto encontrou maior impulso para seu desenvolvimento e aplicação. Por isso, este capítulo pauta-se no *objetivo específico 1* que tem por base analisar a Catalogação de Assunto de modo a colaborar com a sedimentação de um referencial teórico em língua portuguesa.

Para entender o papel da catalogação nos Estados Unidos é preciso antes de tudo, introduzir o cenário americano que principiou o desenvolvimento de uma forte tradição bibliotecária a partir das aberturas das primeiras bibliotecas.

As circunstâncias históricas e filosóficas que contribuíram para a criação da nação estadunidense independente, enquanto colônias britânicas, resgata a revolução política em meados do século XVIII. No qual tratava-se de um período filosófico do Romantismo, quando pensadores como Locke, Rousseau e Voltaire introduziram ideais sobre os direitos do homem, com base na liberdade, igualdade e fraternidade para todos (ASHEIM, 1980).

Para o autor, os revolucionários americanos tinham forte convicção nesses preceitos, tanto que a constituição da nação se inicia com a confiante afirmação: “Consideramos as seguintes verdades como auto-evidentes, a saber, que todos os homens são criaturas iguais, dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade[9]”.

A Constituição estadunidense concedia o direito de todos terem amplas condições de alcançar seus sonhos. Não se definia em simples promessa de um estado perfeito, bem planejado ou administrado por uma elite que determinava aquilo que era ou não melhor para o individuo, mas concedia o direito de cada cidadão definir a sua felicidade e por si próprio tentar alcançá-la. “A busca da felicidade é tudo o que a Constituição ousa garantir, não o seu alcance; esta responsabilidade está no indivíduo, não no Estado” (ASHEIM, 1980).

[9] Trecho inicial da Declaração da Independência dos Estados Unidos da America, no Congresso, 4 de julho de 1776: “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal; that they are endowed by the Creator with certain unalienable rights; that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness”.

Esse ideal foi transmitido às demais gerações e foi aplicado em todas as áreas sociais. A educação era vista como a única forma de garantir a prevalência destes ideais democráticos para nação. Eis que surge o movimento em prol das bibliotecas, que eram vistas como instituições educacionais.

O desenvolvimento das bibliotecas nos Estados Unidos surge a partir do século XVIII, não apenas em virtude da difusão da implantação das faculdades e das sociedades científicas, mas também de um movimento popular (RAYWARD, 1976). Caracterizado pelo desenvolvimento das bibliotecas públicas e universitárias.

A biblioteca pública teve seu marco norteador a partir da Companhia de Bibliotecas de Benjamin Franklin, que copiou dos ingleses um esquema através do qual um grupo de sujeitos contribuíria financeiramente para um fundo central para compra de livros, também chamado de bibliotecas sociais. Os livros adquiridos a partir deste fundo seriam compartilhados entre todos, ao invés de cada sujeito comprar o seu individualmente, seria a somatória de recursos para o bem estar comum. (ASHEIM, 1980).

As bibliotecas públicas estadunidenses surgiam, mas sem o erro básico das européias: caracterizadas pela separação de bibliotecas para o povo e bibliotecas para a elite. “Elas não eram doadas por uma classe como uma esmola a outra classe menos favorecida”, mas surgiam a partir do próprio povo que tinham necessidade de se instruir e adquirir cultura acreditando que assim poderiam ascender socialmente, “persuadidos de que estavam adquirindo um instrumento indispensável para luta pela vida” (MORAES, 1943).

Embora seus acervos e instalações fossem modestos elas se configuravam como objeto essencial na educação e aos poucos foram sendo criadas em diferentes estados e colônias (BATES,1958).

Até esse século poucas eram as bibliotecas públicas fomentadas pelo governo, do qual recebiam tímido apoio. Em contrapartida nesta mesma época surgem as bibliotecas comerciais de uso predominante da população elitizada.

Outro importante fator que contribuiu para sua consolidação foi o movimento em defesa das bibliotecas públicas criado a partir da abertura da biblioteca pública de Boston, que se expandiu para outros estados. A biblioteca pública ganha preceitos de bem social e maior incentivo do Estado.

Para Harris (1975) o movimento em defesa das bibliotecas públicas não fora uma ação essencialmente filantrópica e democrática por parte do Estado. Para ele se tratava de uma ação pautada no medo velado das consequências da imigração camponesa irlandesa, tangidas pela fome e miséria.

A biblioteca pública passa a ser usada e incentivada como permeio complementar a educação vigente, insumo básico de conhecimento para uma classe populacional necessitada desta fonte de subsistência. Tinha-se em mente que o simples livre acesso fazia das bibliotecas entidades benéficas para auxiliar o cidadão na busca pelo seu desenvolvimento moral, civil e intelectual contribuindo para o respeito do sistema social vigente e prevenindo desvios contra a ordem pública (RAYWARD, 1976).

Numa concepção menos romântica, a biblioteca neste contexto se configurava como instrumento de controle social dominado pelas autoridades elitizadas, que tinha por objetivo permitir que o cidadão comum tivesse pleno acesso a literatura de qualidade para garantir seu progressivo crescimento moral e sua efetiva socialização, evitando deste modo sua marginalização e subversão advindas da ignorância e do ódio gerados pela sociedade que sofria com cotidianas mudanças da época.

Dividindo a mesma concepção, Wiegand (2000) afirma que as bibliotecas públicas estadunidenses eram agentes do controle social exercido por membros das classes superiores, que procuravam influenciar o comportamento das massas que as frequentavam.

Todavia é justo reafirmar que nos Estados Unidos as iniciativas de abertura das primeiras bibliotecas partiram do povo, sem necessidade de leis. Ainda hoje observa que as iniciativas particulares são preciosas e contribuem para a manutenção das bibliotecas. A própria organização do país, como república democrática, concede esta liberdade de ação e iniciativa particulares (Moraes, 1943), de uma biblioteca mantida pelo povo e para o povo.

Enquanto os Estados Unidos consolidava uma identidade própria das bibliotecas públicas se afastando do modelo europeu, por outro lado, buscava exemplos na Europa de como estruturar suas bibliotecas universitárias, conscientes da carência de bibliotecas adequadas para servir de apoio à pesquisa acadêmica e à ciência.

Nesse cenário, o modelo alemão de universidade (reconhecida como o mais avançado centro de ensino superior daquele século) influenciou consideravelmente a estruturação dos currículos acadêmicos e a própria disposição física e parâmetros do ensino. Consequentemente as

bibliotecas universitárias seguiram o mesmo padrão de estruturação e organização das universidades.

Segundo Sharma (1977) as bibliotecas britânicas foram influenciadas pelas alemãs e igualmente os Estados Unidos também recebeu influência das bibliotecas universitárias alemãs. Bliss considera que antes de 1870 a condição da biblioteca universitária estadunidense não era satisfatória. Apenas *Harvard*, *Yale*, *Dartmouth* e *Williams* tinham edifícios separados dedicados exclusivamente à biblioteca.

Rayward (1976) relata que Longfellow em carta enviada de Göttingen - Alemanha para seu pai, ressalta que os Estados Unidos careciam de universidades ao estilo alemão e não o do modelo das faculdades existentes, pois eram marcantes as insuficiências das bibliotecas estadunidenses. Segundo relato da carta, as bibliotecas deveriam ser abertas ao público, de livre acesso, com bibliotecários assalariados presentes diariamente na biblioteca, estruturadas, organizadas e equipadas, que permitissem total apoio acadêmico e à pesquisa.

Nesta época três notáveis homens ajudaram a mediar a experiência bibliotecária da Europa e dos Estados Unidos: Valltemare, Henry Stevens e Charles Coffin Jewett.

Valltemare contribuiu a partir da proposta de um esquema de intercâmbio mundial de publicações, na década de 1840. Henry Stevens também teve notável contribuição no trânsito de livros europeus para os acervos das bibliotecas estadunidenses, contribuindo ativamente para sua expansão.

Stevens não só ajudava na aquisição de materiais, mas também transmitia conhecimentos profissionais. Foi ele o responsável pela “declaração sobre a atividade bibliotecária nos Estados Unidos, perante a comissão parlamentar, que 1849 estudava a legislação bibliotecária na Grã-Bretanha” (p.10). Stevens adquiriu vasta experiência profissional enquanto trabalhou no Museu Britânico e no *Smithsonian Institution* e tinha conhecimento sobre os problemas bibliotecários, principalmente com questões relativas à bibliografia e catalogação de obras raras.

Por sua vez, Jewett enquanto bibliotecário da *Brown University* visitou a Europa para aquisição de livros e aproveitou a oportunidade para aprofundar seus conhecimentos ao estudo da Biblioteconomia européia estabelecendo amizade com Panizzi e conhecendo de perto suas famosas 91 regras. Como continua a relatar Rayward (1976) Jewett foi um dos pioneiros em “estabelecer equilíbrio bibliotecário entre a Europa e os Estados Unidos, levado a efeito pela Universidade de Chigago, na década de 1890”.

Enquanto secretário assistente do *Smithsonian Institution*, publicou as regras de catalogação. Obra certamente influenciada pelas regras de Panizzi e que serviram de base para sua construção (CHAN, 1994), adaptando-as a prática estadunidense (FIUZA, 1987).

As regras de Jewett tinham por proposta facilitar a construção de um catálogo nacional unificado pelo método de esteriotipia de título, pois acreditava que a biblioteca do *Smithsonian Institution* era uma grande biblioteca nacional. Jewett também merece destaque pela proposta de catalogação centralizada e cooperativa, no qual geralmente é citado como precursor (HICKEY, 1976).

Embora suas regras não tenham servido de base para construção dos códigos posteriores a ele, elas se transformaram num dos canais que introduziram as práticas bibliotecárias estrangeiras nos Estados Unidos (RAYWARD, 1976). Em contraponto, Shera afirma que o legado de Jewett influenciou muitas das práticas da moderna catalogação estadunidense.

Ao nosso ver, o desenvolvimento da biblioteca pública e da universitária foram incisivos para consolidação de uma prática bibliotecária nos Estados Unidos. Pois como afirma Butler (1971) a biblioteca estadunidense carrega consigo forças sociais peculiares pelas quais foi criada.

A partir do século XIX, mais precisamente no ano de 1876 tem início a maturidade da Biblioteconomia nos Estados Unidos a partir de importantes acontecimentos que marcaram a Organização da Informação com a publicação da "*Rules for a printed dictionary catalogue*" (*Rules*) desenvolvida por Charles Ammi Cutter e a "*Dewey Decimal Classification*" (CDD) desenvolvida por Mevil Dewey.

Nesse mesmo ano surge a primeira organização formal da classe bibliotecária: a *American Library Association* (ALA) e a publicação do periódico *Library Journal*, a primeira revista profissional. O primeiro número foi escrito por Cutter que defendia a necessidade das bibliotecas terem um catálogo em vez de lista bibliográfica. Esse artigo de Cutter foi o primeiro a detalhar o custo da catalogação.

Ainda sobre o ponto de vista da Organização da Informação pode-se elencar ainda dois outros fatores que contribuíram para a prática da moderna catalogação: (a) a abolição do catálogo em livros[10] pela utilização maciça do catálogo em fichas, (b) e o envolvimento da *Library of Congress* (LC) ao assumir a responsabilidade de um programa de atividade bibliográfica de âmbito nacional, entre os quais a comercialização de fichas (HICKEY, 1976).

---

[10] A utilização dos catálogos em forma de livro se tornara inviável devido ao alto custo de produção e pela constante necessidade de atualização, a inserção das folhas soltas não permitia o arranjo lógico alfabético (CORBETT, 1978).

Esses acontecimentos marcaram o princípio de uma nova era, a da moderna Biblioteconomia e da catalogação. Coincidiram também para minimização de procura por exemplos no exterior. “O padrão de relação com exterior foi gradualmente modificando-se, até chegar a atual forma de cooperação internacional, [...] mediadas pela ALA e pela LC” (RAYWARD, 1976).

Para o autor, as conferências profissionais anuais realizadas pelos ingleses e estadunidenses tornaram-se um fórum de intercâmbio informacional e de congraçamento profissional. E já era possível notar inúmeras distinções na Biblioteconomia entre os dois países. Enquanto a ALA apresentava um viés de natureza exclusivamente prática e técnica. A *British Library Association* (BLA) tinha um viés mais histórico teórico das bibliotecas e bibliografia.

> As conferências estadunidenses interessam-se mais pelos métodos de administração bibliotecária, propriamente dita, do que pelos museus bibliográficos ou outras curiosidades, propriamente ditas da Biblioteconomia. A associação de Biblioteconomia do Reino Unido fundamenta-se nos moldes das sociedades antiquarias e científicas [...] (TEDDER, 1882 *apud* RAYWARD, 1976).

A abordagem pragmática da Biblioteconomia estadunidense tem seu início com o desenvolvimento da moderna catalogação, a partir da sua sistematização.

Em estudo realizado por Gallangher (1991) o pragmatismo estadunidense[11] no contexto da Biblioteconomia se caracteriza segundo Gorman com as elaborações de normas e depois pelo apelo dos bibliotecários pela criação de princípios. Hanson já o define com dependência sobre regras e procedimentos em vez de pesquisas. Para Osborn já é o legalismo e perfeccionismo da

---

[11] O Pragmatismo estadunidense ou americano como é usualmente conhecido, trata-se de um discurso filosófico que milita em torno do primado da razão prática sobre a razão teórica. Sendo seus principais defensores: Charles Saunders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) entre outros estadunidenses pragmáticos. Cada um desses três, dentro do seu próprio pensamento, tiveram contribuições distintas para o pragmatismo. Peirce ofereceu uma teoria da realidade, William James da verdade e da experiência religiosa, e John Dewey da moralidade, a psicologia e educação. O pragmatismo americano pode se caracterizar, a partir, de 4 atributos: preocupação fundamental para uma teoria do significado, foco nos métodos, análise crítica das condições e práticas tradicionais, interpretação das idéias em termos das suas consequências. É importante que o significado de pragmatismo americano não seja confundido com conotações do termo "pragmática", ou seja, que o que é prático, útil, ou "trabalha" é bom. Em relação a estes motivos pode-se afirmar que muitas práticas na existência da Biblioteconomia, como a impressão de fichas da LC foram esforços utilitários. A diferença, novamente é que o termo pejorativo é muito estreito em seu escopo. Centra-se na tarefa como se fosse um fim em si mesmo e portanto para seu próprio bem, olha apenas os resultados e as consequências a curto prazo. O pragmatismo americano sugere que para entender ou avaliar as práticas de catalogação é preciso ir além do âmbito departamental e perguntar as conseqüências de suas regras, práticas e linguagem como são para seus usuários ao utilizá-las para encontrar o que procura e para o funcionamento da biblioteca. "Pragmática" quando a avaliação é determinada apenas por aquilo que "funciona" em uma situação ou por "eficiência" na produção de um resultado, nem a situação nem o resultado é dada alguma consideração. Embora a emissão das fichas já era uma maneira eficiente e prática, para divulgar os registros de catalogação altamente detalhados é aquilo que o pragmatismo americano avaliaria como mal tendo conseqüências infelizes, funcionando como uma barreira ao usuário, desnecessariamente legalista e detalhado demasiadamente. (GALLENGHER, 1991).

catalogação com o pressuposto comum de acumular exemplos para ilustrar as regras e suas exceções, o que pressupõe uma teoria legalista. Segundo a autora a própria prática da LC e a preocupação obsessiva com a criação detalhada de registros de catalogação apresentaram pressupostos pragmáticos e uma teoria da catalogação.

Butler (1971) na década de 1930[12] reconhecendo o calcanhar de Áquiles da Biblioteconomia observou que o bibliotecário "está sozinho na simplicidade de seu pragmatismo, uma racionalização de cada processo técnico imediato, tomado isoladamente, parece satisfazer seu interesse intelectual". O bibliotecário vê apenas os detalhes da sua tarefa como o fim em si mesmo.

Entretanto num discurso lógico e profético ele afirmou que a ciência da Biblioteconomia, que de modo invisível efervescia, caminhava para construção de um corpo orgânico de conhecimentos científicos para explicar e fundamentar as complexas atividades dessa agência social. O bibliotecário do futuro teria a seu serviço informações precisas em campos onde agora só tinha hipóteses *ad hoc* formuladas a partir das condições peculiares de sua experiência pessoal.

O viés pragmático comumente atribuído à Biblioteconomia nos Estados Unidos e a partir do desenvolvimento da catalogação caracterizaram as bases teóricas fundantes da Organização da Informação. Preeminente é a importância da catalogação que se configura como o alicerce intelectual da Biblioteconomia (GORMAM, 2002). Para Guimarães (2009, p.106) na tradição estadunidense "o conceito de catalogação, assume uma dimensão mais abrangente, representando todo o processo de tratamento da informação". Embora tenha surgido a partir de uma prática rotineira nas bibliotecas, ela ganhou *status* de ciência e permitiu além do avanço processual técnico da informação, também o cunho teórico da área.

2.1 A Catalogação

Como salienta Hunter (1983) o estudo da história da catalogação é fascinante, pois transcorre todo o universo social, cultural, científico e intelectual da humanidade. É certo que não é tarefa fácil resgatar todos os pormenores do seu desenvolvimento, mas a catalogação tal qual

[12] A obra consultada foi a tradução brasileira de 1971, cujo original em inglês foi publicado em 1933.

conhecemos, só pode ser plenamente apreendida e entendida através da compreensão de suas origens históricas.

Por isso, muitos estudiosos tanto no Brasil quanto no exterior se dedicaram ao seu estudo, tais como Peixoto (1962), Dias (1967), Gates (1968), Vernerr (1968), Bakewell (1974), Dunkin (1977), Hunter (1983), Fiuza (1987), Ferraz (1991), Garrido Arrila (1996), Silva (2007), Mey e Silveira (2009) entre vários outros. Esta é uma literatura densa e muito ampla.

Essas obras a partir de diferentes perspectivas resgatam fatos e curiosidades que escreveram as páginas da história da catalogação. Todavia não é nosso propósito reescrever aquilo que tão bem já foi discutido e rediscutido pela literatura. Assim sendo nos convém apenas apresentar alguns aspectos - de modo sucinto, como os principais acontecimentos, revisitando os autores supracitados.

Antes de tudo é preciso entender o domínio conceitual da catalogação, que é o processo que engloba um conjunto de estratégias que se realizam sobre um recurso informacional, com o propósito de representá-lo a partir de suas características físicas e intelectuais, para estabelecer pontos de acesso para seu arranjo, identificação e recuperação no acervo.

Litton (1971) entende a catalogação como uma das várias tarefas complementares entre sí que proporciona o controle necessário para o uso e a consulta das coleções bibliográficas. Catalogar significa registrar ou descrever de modo ordenado e metódico um livro, manuscrito, artigo ou outro objeto do catálogo.

Para Peixoto (1962) trata-se do processo de descrição de um objeto a partir da análise minuciosa, com o propósito de estabelecer relações entre o objeto existente na biblioteca e a indicação daquilo que se extraiu (representação) para permitir achá-lo ou identificá-lo.

Também pode ser entendida como o processo técnico que compreende duas etapas: a descrição e a ordenação de um registro para a construção do catálogo. A primeira é a descritiva e responde a necessidade de identificar do ponto de vista intrínseco e extrínseco as informações do documento. A segunda é a classificatória que tem por propósito sistematizar o conjunto bibliográfico para dar unidade e coerência (BUONOCORE, 1976).

Outra definição sobre catalogação agora num contexto mais atual da área consiste em:

> O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY e SILVEIRA, 2009, p.7).

Tradicionalmente, o processo de catalogação compreende duas fases, a primeira, conhecida como Catalogação Descritiva, implica na identificação dos elementos físicos do documento; já a segunda fase definida como Catalogação de Assunto, corresponde a extração do conteúdo temático do documento, com intuito de atribuir o ponto de acesso por assunto e seu arranjo no acervo.

A este respeito Dias e Naves (2007) afirmam que no contexto profissional das bibliotecas tradicionais, a catalogação é o processo que engloba a representação dos aspectos descritivos da obra (Catalogação Descritiva) e dos aspectos de conteúdo (Catalogação de Assunto).

Tauber (1953) menciona que a Catalogação Descritiva contribui para identificação de um livro [recurso informacional] específico com o propósito de distingui-lo entre os demais. Enquanto a Catalogação de Assunto identifica sua tematicidade e a representa a partir da construção dos cabeçalhos de assunto, no qual é feito o arranjo classificatório da tematicidade para inclusão e adequação no catálogo e acervo da biblioteca.

Embora no decorrer do seu desenvolvimento tenha ocorrido uma dicotomia no processo de catalogação, sendo elas tratadas como etapas distintas, defendemos que não são excludentes, uma complementa a outra, e formam o processo de catalogação total. Ou seja, a catalogação permite a representação plena do recurso informacional a partir de aspectos físicos e temáticos.

Mann (1962, p. 18, *grifo nosso*) em obra clássica da área descreveu a finalidade da catalogação:

> Catalogar não é simplesmente copiar fôlhas-de-rosto. Os livros *[e demais recursos informacionais]* são adquiridos para fins definidos; o catalogador deverá não só registrar os nomes dos autores e os títulos dos livros, mas terá, também, que chamar a atenção sobre a finalidade dessas publicações, seu conteúdo e sua posição em relação a outras obras. Reunirá, portanto, os livros [que tratam dum mesmo assunto, arrumará as coleções de modo que os livros possam ser comparados [...] o catalogador analisa cada livro para determinar não só seu assunto principal, mas para descobrir os detalhes preciosos de informações que estariam ocultos entre suas páginas. Tanto os assuntos quanto os autores são pesquisados. [...] Se os livros não forem cuidadosa e cientificamente preparados para as estantes e para empréstimo a biblioteca não poderá exercer sua função. [...] *o catalogador* deve, portanto, conhecer não só o valor do conteúdo do livro, como suas características bibliográficas, que indicam um complemento possível ao valor do livro. [...] preparar as fichas do catálogo de modo tal que uma *representação* fiel dos detalhes bibliográficos do livro lhe seja conferida.

A catalogação enquanto operação de representação da informação, não é uma atividade recente na nossa história; uma vez que ela é tradicionalmente definida como o processo de elaborar catálogos, haja vista a etimologia da palavra. Por isso, sua atividade remonta à construção de catálogos como forma de representar e organizar o conhecimento armazenado pelas primeiras bibliotecas da Antiguidade, por isso o nome de catalogação. A esse respeito Dias (1967, p. 1) menciona:

> [...] que existem catálogos desde que existiram as primeiras bibliotecas. Até meados do século passado não eram propriamente catálogos, no sentido especializado da palavra, mas apenas 'listas' ou 'inventários', ou ainda simples 'relações' das obras existentes nas bibliotecas. Não havia ainda a preocupação nem a necessidade de racionalizar ou sistematizar a elaboração dos catálogos tais como hoje existem, com características uniformes e compatíveis com o rápido progresso da ciência biblioteconômica.

Como visto a catalogação permeou de uma forma ou outra, todas as etapas históricas da informação registrada, pois mesmo que só recentemente se tenha chegado a discussões e definições conceituais mais precisas, a necessidade por um processo com essas características acompanha o homem desde o início da formação de acervos documentais.

Pesquisar a história da catalogação requer pesquisa dos catálogos da biblioteca, mas isso atrela uma dificuldade pelo fato de que muitos inventários e catálogos raramente aparecem nas edições impressas. Muitos dos catalogadores medievais tinham por hábito inserir em seus catálogos um capítulo introdutório explicando o sistema para o leitor (RUSSEL, 1998).

O mais antigo registro de catálogo divulgado data três mil anos antes de Cristo e fora encontrado próximo a Fenícia. Esta forma de catálogo continha aproximadamente dezessete mil tábuas de argilas em escrita cuneiforme e eram representações de aproximadamente quatro mil documentos, no qual eram organizados e representados pelo conteúdo temático da obra (MEY e SILVEIRA, 2009).

Outros indícios de catálogos encontrados datam o ano de 2000 antes de Cristo localizados em Nippur e se constituíam em tabletes de argila. Neles constava uma lista de títulos de livros. Outros embriões de catálogos também foram encontrados em escavações hititas e datam de 1300 antes de Cristo. Eram tabletes de argila e neles havia o número do tablete, o título e muitas vezes o nome do escriba.

Cerca de 20 mil tabletes – datados do ano de 650 antes de Cristo semelhantes àqueles, também foram encontrados nas escavações da biblioteca do rei assírio, Assurbanipal, em Nínive.

Neles estavam gravados o número do tablete, o volume, as primeiras palavras do tablete seguinte, o nome do dono original, o nome do escriba, e um selo quando a obra era de propriedade real (MEY, 1995).

É preciso destacar que embora não se possa afirmar que esses tabletes fossem usados como catálogos, mas sim muito mais como listas de inventários, podemos dizer, que de algum modo eles eram utilizados para representar os recursos informacionais contidos na biblioteca.

A origem do catálogo é caracterizada como simples listagem de recursos informacionais contidos na biblioteca. Ele era utilizado como forma de inventariar e registrar os materiais da coleção.

Russel (1998) realizou um estudo sobre os catálogos medievais e suas formas de organização. Em sua pesquisa ela relata que o catálogo inventário foi o tipo mais simples de catálogo utilizado. Os inventários eram documentos funcionais projetados para que o bibliotecário tivesse conhecimento dos títulos que a biblioteca possuía e serviam para manter a organização física das obras.

Sobre as formas de organização a autora enumera diferentes maneiras adotadas ao longo da história: (1) organizados a partir do título, como *registrum librorum angliae* (1250-1296) que enumerava as obras por título (sem a descrição física) de 183 bibliotecas na Inglaterra. (2) Organizados a partir da divisão de armazenamento físico com usos diferentes, livros litúrgicos eram armazenados perto da capela.

(3) Organizados a partir do arranjo físico. Em *Durham* século XII eram limitados ao número de volume e tamanho. A integridade das informações descritivas eram “frívolas e frustrante” e de pouca utilidade para os historiadores. Trindade em Cambridge descrevia os livros como grandes e bonitos. No século XV descreviam o material do livro, tipo de encadernação e estado geral. Outra prática era a distinção entre cópias, duplicatas e original. (6) Existia também a organização por esquemas de conhecimento - obras religiosas, livros litúrgicos, teológicos, padres da igreja, escritores pagãos (pode-se dizer que esta forma de organização foi o embrião da catalogação por assunto e do catálogo sistemático).

Utilizados numa época em que a biblioteca atuava supostamente como mero depósito de livros. Cujo acesso era restrito a igreja e a monarquia. Após o acontecimento de grandes revoluções, como a Reforma, Revolução Francesa e a expansão das universidades, o acesso as bibliotecas passou a se expandir a demais grupos sociais. Do mesmo modo que contribuíram para

o crescimento das bibliotecas pela Europa. Isso desencadeia a mudança do papel da biblioteca de armazém de livros para provedor de informação. Em ocorrência dessa mudança Baptista (2006, p.2) afirma que:

> [...] o acesso a informação se torna mais importante que o tamanho das coleções de livros contidas nas bibliotecas, e isso se constitui a principal mudança de paradigma ocorrida no século passado, no que se refere a organização e disponibilização da informação. Tal mudança, advinda do entendimento de que a informação se converte em requisito indispensável à democratização do conhecimento e ao progresso das nações [...].

A partir desta mudança de paradigma da biblioteca, o catálogo que não tinha o propósito maior de atuar como instrumento de busca para o público, passa a ser caracterizado como objeto de recuperação de informação. E um importante instrumento para o serviço de referência (PIERCY,1965). Dessa forma, já não era mais possível definir o catálogo como simples lista organizada de documentos ou o conjunto de registros existentes no acervo.

O catálogo renasce como instrumento de comunicação, responsável por informar ao usuário a respeito dos recursos informacionais existentes na biblioteca. Ele passa a atuar como o veículo principal de comunicação para revelar e disseminar o conteúdo da coleção de uma biblioteca (SANTOS e RIBEIRO, 2003). A esse respeito Ferraz (1991, p.90) afirma que:

> A introdução do catálogo na história da humanidade passou a caracterizar a biblioteca não como mero depósito de livros. O catálogo então, *(seja impresso ou eletrônico),* representou, representa e representará o instrumento para localizar determinado item bibliográfico na biblioteca, com a função de agrupar informações para seus usuários [...] (grifo nosso).

O catálogo atua como fonte de informação sobre o que existe na biblioteca em relação a diferentes aspectos intrínsecos e extrínsecos dos recursos informacionais. Ele exerce a função de elo entre a informação e o usuário.

Para Lancaster (1977, *apud* FERRAZ, 1991, p.111) “o catálogo é a mais importante chave para a coleção da biblioteca e sua função maior é saber se a biblioteca possui um item bibliográfico específico cujo autor e/ou título são conhecidos [...] e se assim for, onde está localizado”.

Não resta dúvida sobre a importância do catálogo para a recuperação da informação e também como instrumento de mediação da informação para o usuário.

Demonstramos a seguir, uma síntese dos objetivos propostos para o catálogo. E ao longo do século: como pode ser observado na visão de Cutter (1891, p.8): os objetivos do catálogo são: (1) Permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual seja conhecido: (a) o autor, (b) o título, (c) o assunto; (2) Mostrar o que a biblioteca possui: (d) de um autor determinado, (e) de um assunto determinado, (f) de um tipo determinado de literatura; (3) Ajudar na escolha de um livro: (g) de acordo com sua edição (bibliograficamente), (h) de acordo com seu caráter (literário ou tópico).

Na concepção de Lubetzki (1953), sem dar ênfase a questão do assunto o catálogo tem por função: (1) Habilitar o usuário do catálogo a determinar prontamente se a biblioteca tem ou não o livro que ele precisa; (2) Revelar e relacionar as edições que tem a biblioteca de uma determinada obra e as obras que tem de um determinado autor.

Ranganathan também idealiza os objetivos do catálogo tendo por base as suas clássicas cinco leis da Biblioteconomia: "[...] o catálogo da biblioteca deveria ser projetado para: 1) revelar a cada leitor seu documento; 2) assegurar a cada documento o seu leitor; 3) poupar o tempo do leitor; 4) poupar tempo da equipe". Sendo o catálogo um instrumento em constante crescimento, mudança e adaptação, pois reflete diretamente a Biblioteca e seu acervo que não é imutável (RANGANATHAN, 1958 *apud* MEY, 1987, p.19).

Mann (1962, p. 134) elenca oito atribuições ao catálogo, mas alerta que a construção dos catálogos nem sempre é tão complexa e completa, pois está sujeito a variáveis orçamentárias, pessoal técnico, finalidade da biblioteca e necessidades dos usuários. Segundo ela o catálogo tem por função:

> (1) Registrar cada obra existente na biblioteca por autor, tradutor, editor, ilustrador, comentador, série ou sob qualquer outra pessoa, entidade coletiva ou nome pelo qual o leitor possa procurar o livro, até onde isto for conveniente em determinada biblioteca.
>
> (2) Dispor as entradas de autor de modo que todas as obras de um mesmo escritor sejam encontradas sob o mesmo nome, um processo que permite ao leitor encontrar uma obra determinada ou examinar toda a produção literária do autor existente na biblioteca.
>
> (3) Registrar cada obra que possui a biblioteca, e mesmo parte de uma obra, sob assuntos de que trata.
>
> (4) Dispor as entradas de modo que assuntos semelhantes fiquem juntos, assuntos correlatos estejam ligados.
>
> (5) Registrar títulos das obras quando for necessário.
>
> (6) Empregar remissivas cruzadas para guiar o leitor de uma para outra entrada do catálogo.

> (7) Fornecer uma descrição de cada livro dando o título, imprenta e coleção; também notas quando necessárias.
>
> (8) Relacionar os números de chamada pelos quais os livros poderão ser localizados ou obtidos.

Nessa mesma concepção, a IFLA (2009) numa abordagem mais condizente com o atual cenário tecnológico informacional definiu os objetivos e funções do catálogo a partir da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, sendo que o catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário:

> (1) Encontrar recursos informacionais numa coleção (real ou virtual) como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos ou relações dos recursos: (1.1) para localizar um determinado recurso, (1.2) para localizar conjuntos de recursos representando: todos os recursos pertencentes à mesma obra; todos os recursos pertencentes à mesma expressão; todos os recursos pertencentes à mesma manifestação; todas as obras e expressões de uma determinada pessoa, família ou coletividade; todos os recursos sobre um dado assunto; todos os recursos definidos por outros critérios (como língua, país de publicação, data de publicação, formato físico, etc.), normalmente como limitação secundária de um resultado de pesquisa.
>
> (2) Identificar um recurso informacional ou agente (quer dizer, confirmar que a entidade descrita num registro corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares).
>
> (3) Selecionar um recurso informacional que seja apropriado às necessidades do usuário (quer dizer, escolher um recurso que corresponda aos requisitos do usuário no respeitante ao conteúdo, formato físico, etc. ou rejeitar um recurso que seja desadequado às necessidades do usuário).
>
> (4) Adquirir ou obter acesso a um exemplar descrito (quer dizer, providenciar informação para permitir ao usuário adquirir um exemplar através de compra, empréstimo, etc. ou eletronicamente a um item através de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou aceder, adquirir ou obter dados informacionais ou de autoridade;
>
> (5) Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se movimentar, incluindo a apresentação de relações entre obras,

> expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, coletividades, conceitos, objetos, eventos e lugares).

Knowlton (2004) afirma que é primordial que o catalogador tenha ávido conhecimento sobre os objetivos do catálogo propostos, principalmente os que foram propostos por Cutter, pois a partir deles surgiu a necessidade do vocabulário controlado e esta qualidade do cabeçalho de assunto segundo Haykin (1951) fornece a base para a análise de assunto. Esses são os princípios pelo qual o catálogo funciona, e sem compreendê-los, um catalogador estará em desvantagem ao construí-lo.

Percebe-se que a idéia básica da catalogação é a representação de um determinado recurso informacional com o objetivo de permitir seu acesso. A medida que a coleção da biblioteca aumenta se torna mais necessário o uso da catalogação como processo de Organização da Informação, pois como já dito, ela permite identificar, localizar e recuperar os documentos.

Miller e Yontz (2007) descrevem as três virtudes de um bom catálogo: precisão, consistência e clareza. Consistência é o que separa um bom catálogo de um medíocre (Read, 2003). A coerência é assegurada mediante adesão de regras e normas e pelo controle de autoridade para sua criação.

Para as autoras, mesmo em pleno século XXI a catalogação ainda é vista como arte, tal qual a concepção de Ashworth (1955), que a qualificava como uma arte difícil e complicada. Embora já exista a concepção de entendê-la como a ciência que descreve e representa um recurso informacional, sendo cada descrição um registro, que em conjunto formarão o catálogo.

Mesmo com rápido avanço tecnológico e digital agregado a diversidade de recursos informacionais a serem organizados em diferentes ambientes pelo catalogador a finalidade do catálogo ainda não mudou, sua função e objetivos permanecem os mesmos. Sua intenção ainda é auxiliar os usuários nas suas necessidades informacionais (MILLER, 1990).

Isso resgata momentos importantes da evolução dos catálogos: a construção do catálogo em livro para o catálogo em fichas e o mais recente a implantação do catálogo automatizado.

O percurso histórico da catalogação nos Estados Unidos, como já mencionado anteriormente se desenvolveu a partir das inúmeras tentativas e propostas de se estabelecer regras e padrões para a construção dos catálogos. Como é possível compreender na fala de Ashworth (1955) na qual afirma que nos Estados Unidos, onde a catalogação como arte tem sido

intensamente perseguida, tem surgido a partir de uma revisão das funções do catálogo uma tentativa em substituir o empirismo prático por regras que permitam a consistência deste processo.

Para Russel (1998) a falta de padronização da catalogação foi impulsionada por necessidades utilitárias para resolver problemas de situação particulares. De fato a normalização era menos importante e menos desejável do que no século XX.

Comumente foi no século XIX[13] que se sentiu a necessidade de sistematizar e racionalizar os métodos de representação da informação, conferindo um caráter mais científico à prática da catalogação, com vista a compreensão do seu desenvolvimento, nessa época surgem os primeiros códigos de catalogação.

Na Inglaterra, em 1841, Anthony Panizzi e sua equipe idealizaram 91 regras de catalogação, cuja obra influenciou todos os demais códigos pelo mundo.

No mesmo século, em 1852, nos Estados Unidos, Jewett influenciado por Panizzi publica regras para catalogação, sendo considerado o primeiro código americano a criar normas para os cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas que ainda hoje são utilizados.

Na Inglaterra, em 1856, Andrea Crestodoro publica um ensaio "*The art of making catalogs*", no qual continha orientações para entradas por autor, ordenação numérica com índice para nomes e assuntos. Sua obra é frequentemente citada como o precursor da indexação de índices permutados.

Em 1876, Cutter era bibliotecário do *Boston Athenaeum* e publicou a primeira edição de suas "*Rules for a printed dictionary catalogue"*, obra que serviu de base para Catalogação de Assunto e o catálogo dicionário. Neste mesmo ano Dewey publica de modo anônimo a "*Dewey Decimal Classification"*, muito utilizado até os nossos dias para Catalogação de Assunto.

Outro grande marco para história da catalogação ocorreu em 1901 e contribuiu para mudança de perspectiva dos códigos foi a impressão e venda das fichas catalográficas pela LC.

---

[13] Quando se trata de história sempre é bom sermos cautelosos ao afirmar ou não categoricamente determinados acontecimentos, principalmente aqueles que fogem a nossa época e cujos relatos são esparsos. Na história da catalogação, tradicionalmente encontramos relatos de construção de regras, padrões e instruções para construção dos catálogos, datados anteriormente ao século XIX, como a "*Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les directoires ont Du ou doivent incessamment apposer lês scelles*", publicada em 1791 tidas como as primeiras regras de catalogação de caráter nacional, após a Revolução Francesa. Também é mister dizer que ulterior a estas datas, muitos bibliotecários cada um ao seu tempo, empenhados em fazer o melhor trabalho na organização de suas bibliotecas supostamente desenvolveram técnicas, métodos e padrões para construção dos seus catálogos. Todavia seus registros não chegaram até nós, mas ainda que incertos, não podemos ignorar ou descartar o passado dos primeiros catálogos. Portanto, conforme consenso entre os autores ao afirmar que foi no século XIX que se iniciou a busca pela sistematização da catalogação com a publicação dos códigos utilizamos esta data, embora com a possibilidade de ressalvas.

“Isso resultou em substancial padronização, não porque todos concordassem com a catalogação elaborada pela LC, mas porque as fichas vendidas, portanto utilizadas pelas bibliotecas, eram rigorosamente idênticas” (MEY e SILVEIRA, 2009, p.73).

Cutter (na 4ª edição das *Rules*) lamentou o falecimento da arte da catalogação, agora que a LC fornecia as fichas com as entradas de cabeçalhos de assunto (ASHWORTH,1955).

A partir desta prática, a ALA cria uma comissão para estudar as regras utilizadas pela LC na confecção de suas fichas. O resultado desse estudo em colaboração com a *British Library Association* deu origem a obra “*Cataloging rules: author and titles entries*” publicando a primeira versão em 1908.

A esse respeito, Miksa (2007) relata que no início do século XX quando os primeiros textos sobre a catalogação estadunidense foram publicados pela primeira vez, três mudanças tecnológicas já tinham se tornado razoavelmente bem estabelecidas: (1) a coleção de materiais impressos era ordenada sobre o arranjo classificado; (2) os catálogos eram em fichas em vez de livros; (3) as entradas das fichas no catálogo eram em ordem alfabética.

Contudo, o autor relata que ainda não tinham estabelecido qual o sistema de classificação a ser utilizado. Os dados que deveriam ser incluídos nas entradas das fichas dos catálogos e como tais dados deveriam ser organizados. Embora a questão com relação ao melhor sistema ainda hoje seja motivo de debate. Progresso considerável foi com relação aos dados constituintes das fichas dos catálogos, principalmente com o desenvolvimento em 1901 das fichas impressas desenvolvidas pela LC e a criação de códigos de regras para catálogos o que contribui para normalização de como tais dados deveriam ser representados, organizados e exibidos.

Para Miksa (2007) o posterior desenvolvimento da catalogação estadunidense em muitos aspectos girou em torno da LC e na confecção das fichas de catálogos.

No entanto, na década de 1930 a situação da catalogação nos Estados Unidos não era das mais confortáveis, pois haviam duas principais fontes de orientação para catalogação: o código de 1908 (o qual era limitado e já se encontrava em defasagem) e a prática (venda de fichas que aumentou rapidamente a universalidade da catalogação) da LC. Cada qual apresentando seus próprios problemas.

Uma comissão foi formada, coordenada por Charles Martel para revisar o código em consonância com a prática da LC, que mais se baseava em precedentes do que em princípios, dos quais só tinham total entendimento aqueles que lá trabalhavam.

A dificuldade mais evidente com a prática da LC foi que seu exercício resultou em um atraso enorme de materiais a serem catalogados, haja vista o crescente número de publicações. Assim, o catalogador de 1930 poderia apelar para um código derivado do século passado ou recorrer à prática da LC (tendo então que aguardar a confecção e distribuição das fichas).

Em 1940 constatou-se que a LC precisava de modernização e reorganização. A biblioteca tinha poucos fundos, profissionais e serviços insuficientes e os salários estavam defasados. Uma comissão foi criada pela própria LC para sua reorganização e elaboração de relatório de sugestões. A catalogação foi o primeiro ponto a ser discutido, e neste relatório foi apontado de modo crítico a prática realizada na LC, e a partir daí os pressupostos para a sua revisão.

Andrew Osborn (OSBORN, 1941), um dos bibliotecários da LC, fez parte da comissão e publicou um documento no qual denunciava o que chamou de catalogação “legalista”. Para Osborn, a catalogação era uma arte e deveriam haver somente algumas regras básicas. Os defeitos apontados por Osborn quanto a essa abordagem da catalogação foram três: (1) as regras tentam cobrir temas os quais deveriam deixar o julgamento indefinido, (2) o alto custo do debate e da criação de regras durarão para sempre, (3) a codificação tende a obscurecer razões e princípios. Elementos da prática de catalogação que são introduzidos por razões históricas, são perpetuados sem a compreensão de sua criação.

Dunkin (1977) chama a atenção para o segundo problema apontado por Osborn: o custo da catalogação. Para Dunkin, por trás do profeta que queria a simplificação para salvar os princípios básicos, estava o administrador que queria reduzir custos, uma difícil aliança.

Esse episódio ficou conhecido como a Crise de Osborn *(Osborn Crisis)*.

A partir dessa crise, quatro mudanças conceituais foram introduzidas: (1) a mudança conceitual de "catalogação bibliográfica" para catalogação "descritiva"; (2) a perspectiva de que as regras devem ser um conjunto de princípios gerais, em vez de uma coleção de princípios que sejam usados como precedentes. Essa observação introduz o legalismo como um termo “pejorativo” em nosso discurso; (3) substituição de um conceito absoluto (imutável) com a idéia de verdade (histórico / social) contextual em que se aplica a catalogação; (4) introdução de um novo conceito pragmático de avaliação com base sobre as consequências, e sua contribuição para o efeito, que rejeita o idealismo e a catalogação como um fim em si mesmo. (GALLAGHER, 1991).

Em 1945, com a publicação do clássico de Vannevar Bush, Tauber foi enfático ao afirmar que os bibliotecários da sua época em grande maioria eram inaptos e incompetentes, pois haviam sido treinado com métodos tradicionais tornando-se cegos para lidar com a crescente necessidade dos cientistas ao longo de novas perspectivas informacionais. (OSBORN, 1991)

Nos anos seguintes, 1946 e 1949, a ALA e a LC, realizaram novos estudos, buscando o aperfeiçoamento das regras e a determinação de um padrão que propiciasse a catalogação cooperativa e internacional.

Em 1949, foi publicado o *"ALA Cataloging Rules for Author and Title Entries"*, que no Brasil só foi lançado em 1969. Mey e Silveira (2009) afirmam que esse código foi adotado em quase todas as escolas brasileiras de Biblioteconomia, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino.

A segunda versão, o AACR2, foi publicado em 1978 e publicado no Brasil em 1983-85. A última edição brasileira, de 2004 é uma tradução da edição de 2002.

O uso do AACR foi grandemente incentivado pelo fato da LC e da *British National Bibliograhy* adotarem este padrão (Corbett, 1978).

Na década de 1960, iniciaram-se também os estudos para automação, observa-se que a comissão formada pela LC era composta exclusivamente por cientistas e havia um único bibliotecário consultor que não era bibliotecário de referência, nem catalogador ou classificador. Os resultados do estudo permitiram excelentes respostas científicas. As principais recomendações foram automação dos registros de catalogação, compilação de uma listagem principal que permitira a criação de um segundo registro que daria o resumo de qualquer obra, uma tabela de conteúdo, permitindo ao usuário determinar a pertinência da obra para sua pesquisa. A partir de 1990 todo o conteúdo da LC poderia ser introduzido no computador. O estudo ignorou completamente o usuário neste contexto de automação. Todavia o resultado principal do trabalho foi o estabelecimento do padrão MARC, inicialmente como uma unidade a parte do processamento técnico (OSBORN, 1991)

Em 1968, surge o MARC II, desenvolvido novamente pela cooperação entre a *British Library* e a LC. Cerca de 20 formatos MARC diferentes foram desenvolvidos ao longo dos anos 70. Mey e Silveira (2009) ressalvam que o MARC não é um tipo de catálogo nem um método de catalogação e sim um padrão para entrada e manipulação de informações bibliográficas em computador.

Outras propostas mais atuais seguindo a linha de desenvolvimento das ferramentas para representação dos recursos de informação, são os mais recentes FRBR e RDA.

O FRBR ***(Functional Requirements for Bibliographic Records)***: “que apresentam uma maneira de organizar a informação, possibilitando uma obtenção de resultados mais completos para as buscas dos usuários, além de oxigenar a discussão na área da representação descritiva” (MODESTO, 2006), é uma iniciativa patrocinada pela IFLA. O FRBR oferece uma nova abordagem sobre os recursos de informação que busca reestruturar os registros bibliográficos de forma a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, levando em conta a diversidade de: usuários, materiais, suportes físicos e papéis. (MORENO, ARELLANO, 2005).

Para Mey e Silveira (2009), os FRBR são um marco na catalogação contemporânea pelas suas características teóricas e fundamentação nas tarefas dos usuários.

Por sua vez o RDA ***(Resource Description and Access)***, foi desenvolvido a partir do que seria o AACR3, e se encontra inteiramente de acordo com os modelos conceituais (FRBR) e com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.(MEY, SILVEIRA, 2009).

Apesar das mudanças, Miller (1990) acredita que os catalogadores ainda precisam encarar as bibliotecas (física, digital ou virtual) como centros de serviço, sendo o foco do catalogador centrado naquilo que é melhor para o usuário. Embora muitas mudanças ainda estejam para ocorrer com a catalogação, os serviços de representação continuarão a ser feitos para pessoas que usam, as bibliotecas, e as decisões devem se respaldar naquilo que é melhor para garantir o fluxo contínuo de informação.

Todavia, o catalogador deve estar atento às mudanças que ocorrem e adaptar os catálogos às novas exigências informacionais, porque embora o catálogo ainda seja uma ferramenta essencial e valiosa da biblioteca, seu uso poderia estar obsoleto pela crescente disponibilidade de bases de dados indexadas que fornecem acesso de alta qualidade à informação. Os usuários tendem a preferir o uso de ferramentas que permitam seu fácil manuseio durante a pesquisa, se eles percebem que o acesso pela base de dados é mais dinâmico eles podem vir a desprezar o uso dos catálogos. (MILSTEAD, 1983).

A ausência de preparo adequado implica na falta de comprometimento com os princípios da catalogação, como interfaces de OPAC mal desenvolvidas, que permitem a busca apenas por palavra-chave, no estilo Google, omitindo a maioria dos benefícios do vocabulário controlado. A pesquisa por palavra-chave quando adequadamente definida, é uma ferramenta poderosa, todavia,

nem sempre é suficiente para agregar todos os possíveis resultados de uma busca. Como uma interface que permite diferentes tipos de busca, autor, título, série, assunto, ou acesso ao vocabulário controlado utilizado por aquele catálogo (KNOWLTON, 2004).

2.2 A Catalogação de Assunto

Presente na área de tratamento temático da informação a Catalogação de Assunto (*subject cataloging*) se desenvolveu com grande ênfase pela escola estadunidense de Biblioteconomia (GUIMARÃES, 2007), no qual a marcou caracteristicamente e também aos países que receberam influência direta pelo seu direcionamento de tratamento documental.

A Catalogação de Assunto se fundamenta a partir de dois dos objetivos propostos por Cutter: (1) permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual seja conhecido [...] o assunto e (2) mostrar o que a biblioteca possui: [...] de um assunto determinado. A partir da sistematização do catálogo de assunto.

A necessidade de estabelecer pontos de acesso por assunto para localização da obra se baseia nas necessidades do usuário, uma vez, que segundo Shera e Egan (1969), Teixeira (1979) Mey (1987) e Taylor (1995), esse é o tipo de busca mais utilizado. Por isso, sublinhamos a importância da catalogação em atribuir os pontos de acesso de assunto para construção dos catálogos de assunto, sejam eletrônicos ou manuais utilizados para busca e recuperação de informações.

O ponto de acesso é o campo do registro pelo qual a busca será realizada, sendo assim, um ponto de acesso de autor, possibilitará a busca pelo autor da obra. Os pontos de acesso estão divididos em *principais* e *secundários*, sendo os mais comuns: título, autor e assunto.

Essa forma de tratamento temático já ocorria anteriormente, mas foi Cutter que propôs a primeira tentativa de sistematização do processo, ao lançar a *Rules* (tratada no capítulo 4), no qual "[...] formulou diversas regras que contribuíram para a solução *de alguns* dos problemas *recorrentes* na época [...]" (FOSKETT, 1973, p.47, *grifo nosso*).

Vernerr (1968) acredita que a organização por assunto nas bibliotecas teve sua origem a partir do agrupamento dos livros nas prateiras e a construção dos índices alfabéticos para autores, nos quais as obras anônimas eram descritas a partir da palavra mais importante ou significativa

do título. Os pináculos de Callimachus são os primeiros exemplos conhecidos a partir de uma abordagem alfabética de assunto.

O catálogo do mosteiro beneditino de *Saint Requeir* na França, compilado em 831 depois de Cristo, era organizado por autor e também registrava o conteúdo dos volumes.

Na mesma concepção, Russel (1998) afirma que a organização alfabética de assunto, teve seu primórdio na Idade Média. Representou grande avanço dos catálogos medievais. Nessa época já existia a preocupação em organizar a informação por assunto. O catálogo de *Christchurch, Canterburys* em 1170 e da catedral de *Durhan* em 1162 foram organizados principalmente pelo assunto. Segundo Russel a mais sofisticada classificação por assunto dos séculos XIII e XIV.

No catálogo de *Glastonbury Abbay,* em 1247, os livros cujos autores não eram ilustres eram classificados e organizados a partir do assunto, já a entrada de autores famosos eram feitas pelo próprio nome, sem menção ao assunto.

Outros modelos de catálogos estavam sendo desenvolvidos para atender as necessidades de crescimento das coleções mistas. No século XIV o catálogo de *Christchurh Canterbury* fornecia notas de conteúdo para distinguir os volumes compostos.

No catálogo dos Frades Agostinianos em York em 1372, o catalogador atribuía letras do alfabeto para cada livro em cada disciplina. Quando necessário era combinada com símbolos. Outro exemplo é compilação do catálogo analítico da *Sorbonne's Magna Libraria*, com o propósito de mostrar ao leitor aquilo que continha nos livros. Tentou-se construir uma tabela com o conteúdo de todos os volumes encadernados da biblioteca e permitiu o uso de títulos para localização individual.

A lista do convento de St. Martin em Dover em 1389 registrava o conteúdo de cada volume.

Outros exemplos de catálogos de assunto são introduzidos por Vernerr (1968). No monastério de Melk na Áustria em 1483 teve três catálogos, por autores, categorias de assunto e obras anônimas que eram descritas pela palavra significativa.

No início do século XVI, bibliógrafos adotaram uma abordagem de catálogos alfabéticos de assunto. Conrad Gesner (1516-1565) idealizou um catálogo alfabético acompanhado de títulos abreviados, adicionando a *Partitiones* (1549) um catálogo alfabético de autores com descrição dos assuntos.

O inglês Andrew Mausell em 1595 construiu o primeiro dicionário tipo bibliografia representando a obra por autor, tradutor, assunto e título. Ele defendia que a indicação da entrada de nomes de autor fosse feita pelo sobrenome, e que a obra deveria ser localizada tanto por autor como pelo assunto.

Na Alemanha em 1611, Georg Draud elaborou uma espécie de bibliografia universal organizando o material em grandes grupos com mais subdivisões alfabéticas dentro dos grupos.

Martin Lipen's (1630-1692) já considerava a necessidade do arranjo alfabético por assunto. Thomas James em 1629 construiu catálogos a partir de palavras retiradas dos títulos das obras.

Thomas Hyde (1636-1703) idealizou o *catalogus impressorum librorum bibliothecae Bodlejanae* para a acadêmia Oxoniensi, no qual as obras anônimas foram agrupadas em grandes cabeçalhos de assunto.

O bibliófilo dinamarquês Frederic Rostgaard em 1697, preconizou o que seriam as primeiras normas para organização do catálogo, dizendo serem necessários os arranjos por semelhanças de assunto, sendo que autores que abordassem o mesmo assunto deveriam ser reunidos. Gabriel Naudé também defendia a idéia de que os catálogos fossem arranjados segundo o autor e o assunto do documento.

Leibniz criou para as Bibliotecas de Boineburg na Alemanha, um catálogo alfabético de assunto, os métodos utilizados por Leibniz em sua construção tiveram influência direta no catálogo de Baillet.

Cutter é creditado por ter escrito o primeiro código para organização dos catálogos alfabéticos de assunto. Entretanto, Adrien Baillet, bibliotecário francês do século XVII, pouco estudado, praticamente desconhecido pode ser considerado o pioneiro nesta área (VERNERR,1968).

Baillet tinha preocupação com o leitor. No prefácio da sua obra ele menciona que as entradas analíticas permitiriam poupar o tempo do leitor na procura pelas obras. Para Baillet a descrição do livro tinha que ser a mais precisa possível e a descrição por assunto era a principal chave da biblioteca.

As poucas páginas que formaram o prefácio da obra de Baillet muito provavelmente representam o mais antigo conjunto de regras para o catálogo alfabético de assunto. No qual continham normas e práticas, tanto para escolha e forma das entradas. O código foi uma proposta

coerente adaptada sob medida a determinado tipo de biblioteca. As regras foram estabelecidas para um catálogo geral, com inúmeras sugestões de referências cruzadas, no qual apontou soluções modernas (VERNERR, 1968).

Para Vernerr, certamente Cutter utilizou sua obra para construção das *Rules*. O fato mais marcante que a obra de Baillet aponta foi a abordagem alfabética de assunto para construção de catálogos em oposição aos inventários. Caracterizando-se como um importante movimento em tornar a biblioteca acessível aos seus usuários. Baillet também percebeu o valor da conveniência de permitir ao usuário o acesso rápido a um item desejável da coleção, como fator chave da biblioteca.

Na visão de Russel (1998) os catalogadores medievais foram engenhosos na procura de soluções para os problemas próprios da biblioteca. Como o uso do livro mudou e aumentou em quantidade, de modo a intervir na construção dos catálogos, há exemplos notáveis tanto de negligência como de rigor.

Nota-se, que em diferentes épocas foram diligenciados esforços para que os catálogos atuassem como instrumentos eficazes de busca de informação pela sociedade, ainda que com acesso restrito a poucos usuários. Muito provavelmente a construção desses catálogos de assunto se desencadeou em resposta a uma demanda de usuários que sentiu a necessidade de se buscar a informação, por meio da representação de seu conteúdo, o que alterou o modo como as informações eram armazenadas e/ou próprio bibliotecário.

Para Russel (1998) dizer que a moderna catalogação tornou-se mais sofisticada é negligenciar uma riqueza de elementos que constituíram a catalogação medieval, que foram exemplos de criatividade e de invenção, que lidaram com problemas semelhantes na Organização da Informação em seus cuidados.

A atribuição de entradas por assunto se destaca pela complexidade do problema, tendo em vista, que os catálogos de assunto serão utilizados para a localização de recursos documentais na biblioteca, o que afeta diretamente a possibilidade de acesso. Neste ponto entra a questão relativa da subjetividade do profissional catalogador quanto à decisão de qual o assunto de um documento e em qual, ou quais, entradas de assunto ele será inserido e relacionado.

Bakewell (1972) em sua obra discorre sobre a recusa que algumas bibliotecas tinham em adotarem o catálogo de assunto por julgarem ser desnecessário para bibliotecas e para pesquisas dos usuários. Tendo em vista que as listas bibliográficas juntamente com o catálogo de autor já

permitiam o acesso às obras de uma biblioteca. Todavia o autor coloca por terra este argumento, justificando que o catálogo por assunto seguindo os objetivos a qual foi proposto minimiza e agiliza o tempo de busca utilizado pelo usuário, sendo que as bibliografias nem sempre.

Os cabeçalhos de assunto são a forma padronizada e uniforme de pontos de acesso (GOMES: MARINHO, 1984) e:

> [...] como o conhecemos atualmente, é um sistema pré-coordenado, desenvolvido na Biblioteca do Congresso em Washington, para o seu catálogo de assunto. Seu início se deu em fins do século passado e se constituiu em inovação em matéria de catálogos de bibliotecas, pois estavam em voga, na Europa, o catálogo sistemático e o alfabético-por-classe, mais apropriados a bibliotecas usadas por um público erudito.

Os cabeçalhos também podem ser de autores, de títulos etc, e são constituídos por termos (palavra ou grupo de palavras) que representam o documento. Por eles serem padronizados permitem que a representação da informação seja feita de maneira consistente. Vale ressaltar que as listas de cabeçalhos de assuntos são extensas compilações dos cabeçalhos usados numa biblioteca, organizadas em ordem alfabética, cujo objetivo é servir de exemplo e de guia aos catalogadores, indicando-lhes uma pista para redação daqueles assuntos que não são encontrados na compilação (DIAS, 1967).

Os catálogos de assunto são constituídos dos seguintes tipos, conforme Guinchat e Menou (1981):

(a) **o catálogo alfabético de assuntos,** organiza os registros de acordo com assuntos gerais ou específicos e utiliza remissivas, ou seja, possibilita que um registro indique outro registro, direcionando o usuário na busca do conteúdo desejado. Através de uma rede de remissivas é possível ligar os assuntos relacionados, criando um catálogo sindético (FOSKETT, 1973). Nesse caso, Cutter recomendava, que os relacionamentos fossem descendentes, ou seja, assuntos gerais deveriam gerar remissivas a seus assuntos mais específicos, mas não aos seus assuntos ascendentes ou da mesma categoria.

(b) **o catálogo sistemático[14],** limita-se necessariamente a assuntos, e as entradas são ordenadas segundo o critério de classificação (princípios lógicos), os assuntos são arrumados

[14] O catálogo sistemático também é conhecido como catálogo classificado (*classified catalog*). Todavia neste estudo adotamos a primeira expressão em virtude da tradução adotada por Maria Neile Teles Landau em 1969 para a obra de Shera e Egan "The classified catalog: basic principles and pratices" em português.

numa ordem numérica, exatamente como as tabelas de classificações. Sendo arranjado a partir da notação de classificação.

(c) o **catálogo dicionário** (variante do catálogo alfabético de assunto) “apresenta, numa única ordem alfabética, todas as entradas de autor, título e assunto” (DIAS, 1967, p.9), inclusive as analíticas e remissivas (FERRAZ, 1957).

Em síntese, no catálogo dicionário os registros são armazenados em ordem alfabética de cabeçalho de assunto, enquanto no catálogo sistemático são arranjados a partir da notação de classificação. Tem-se como auxílio um índice alfabético de assuntos que remete a notações classificatórias, segundo as quais os registros estão organizados.

É essencial que ao adotar o catálogo sistemático se construa um índice alfabético. O método em cadeia é muito utilizado para construção de entradas do índice de assunto. E o mais aceito pela comunidade. Desenvolvido por Ranganathan, seu uso se popularizou na Grã-Bretanha. O sistema mostra o índice em sua verdadeira luz como "parte integrante de um sistema de classificação" e garante "a simbiose de classificação e catalogação".

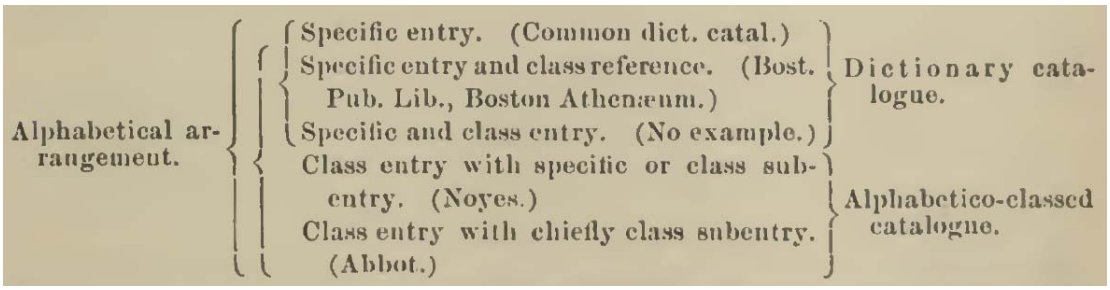
Algumas bibliotecas utilizam o índice impresso do sistema de classificação em vez de produzir seu próprio índice temático, esta é uma prática que deve ser substituída por uma série de razões: (1) a terminologia pode ser diferente (a maioria das classificações tem origem estadunidense); (2) o índice da biblioteca se referem apenas ao material da biblioteca e podem, portanto, não incluir certas seções da classificação; (3) por outro lado, o índice próprio da biblioteca podem incluir temas não abrangidos pela classificação; (4) o sistema de classificação pode ser alterado pela biblioteca; (5) o índice de classificação pode mudar com edições diferentes (BAKEWELL, 1972).

O catálogo alfabético de assunto e o catálogo dicionário são de fácil uso e compreensão, pois o arranjo é de conhecimento de todos. Já o sistemático há necessidade de conhecer o sistema adotado ou a necessidade de consultar o índice de assunto. Por outro lado, as entradas dos catálogos alfabéticos e dicionário são inúmeras, ainda mais extensas são do catálogo dicionário, além de ocupar um amplo espaço, isso pode inviabilizar a pesquisa pelo manuseio e demora na localização. Por sua vez, o sistemático permite maior padronização e normalização facilitando a internacionalização e intercâmbio.

Para Metcalfe, apesar dos problemas do catálogo dicionário o único conforto para os catalogadores é que o catálogo sistemático é muito pior (BAKEWELL, 1972).

Wheeler e Goldhor (1981) afirmam que a atribuição dos cabeçalhos de assunto, bem como os números de classe deve ser feito com cuidado, em virtude de ser o catálogo mais pesquisado pelos usuários, mas isso não justifica a adoção do catálogo dividido[15], sendo o catálogo dicionário mais útil para biblioteca.

Abaixo um esquema criado por Cutter quanto aos tipos de catálogos:



Fonte: CUTTER, 1904.

Figura 1 : Tipos de catálogos, esquematizado por Cutter.

Cutter sustentou que a finalidade do catálogo da biblioteca é proporcionar a melhor assistência aqueles que utilizam a biblioteca. Ele defendeu a atribuição da entrada por assunto (HOOVER, 2005).

Ashworth (1955) orienta que para implantação do catálogo de assunto o primeiro passo é decidir qual será sua abordagem: sistemático ou alfabético. A esse respeito Shera e Egan (1969, p.21) elencam algumas questões que devem ser respondidas pelo bibliotecário:

> (1) Quais são os objetivos a serem adotados como indispensáveis e quais os que devem ser rejeitados por não serem essenciais dentro dos recursos disponíveis?
>
> (2) Dados os objetivos particulares a serem adotados, qual a forma de catálogo mais apta a sua implementação?
>
> (3) Qual deveria ser a relação do catálogo com os demais recursos bibliográficos disponíveis?

[15] O catálogo dividido nada mais é do que o catálogo dicionário dividido em entradas principais e secundárias, ou seja, um catálogo destinado para autor e título e outro para assunto. Foi amplamente difundido e utilizado a partir da década de 1930 em virtude do aumento das publicações, o que ocasionou o crescimento do catálogo dicionário, tornando-o muito extenso, além de ocupar muito espaço físico, a consulta a ele se tornou muito morosa. Uma das alternativas sugeridas foi a adoção desta divisão, por julgarem ele ser mais facilmente compreensíveis e utilizáveis. Surgindo adeptos e críticos ao novo sistema.

Em continuidade Shera e Egan (1969, p. 20) definem os objetivos específicos do catálogo de assunto, mas destacam que teoricamente esses objetivos se adaptam a todo tipo de catalogação por assunto:

> 1) Permitir acesso, por assunto, a todo material bibliográfico relevante.
>
> 2) Proporcionar acesso, por assunto, ao material mediante todos os princípios adequados de organização temática, p. ex. conteúdo, processo, aplicação, etc.
>
> 3) Reunir referências a materiais bibliográficos que tratem substancialmente do mesmo assunto, não obstante as disparidades terminológicas que possam resultar das peculiaridades nacionais, das divergências entre grupos de especialistas em determinados assuntos, e/ou da mudança natural dos conceitos dentro de uma disciplina determinada.
>
> 4) Revelar associações entre campos do conhecimento, as quais podem depender de semelhanças na matéria estudada, de método ou de pontos de vista, ou da utilização ou aplicação do conhecimento.
>
> 5) Prover a entrada de qualquer campo do conhecimento, em qualquer nível de análise, do mais geral ao mais específico.
>
> 6) Prover a entrada por meio de qualquer vocabulário comum a qualquer grupo considerável de usuários, especializados ou leigos.
>
> 7) Prover uma descrição formal do assunto contido em qualquer unidade bibliográfica, nos termos mais precisos e específicos possíveis, em forma de palavra, de frase sucinta, ou de número de classe ou símbolo.
>
> 8) Prover os meios que permitam selecionar, dentre todos os itens componentes de qualquer categoria, de conformidade com qualquer conjunto de critérios escolhidos, tais como: o mais completo, o mais recente, o mais elementar, etc.

Enquanto nos Estados Unidos o catálogo dicionário era o mais utilizado, haja vista influência direta da LC ao adotá-lo e pela comercialização das fichas. Bibliotecários na Europa preferiam o uso do catálogo sistemático, acreditando que ele fosse de maior utilidade para o pesquisador.

Na Grã-Bretanha haviam bons exemplos de catálogos sistemáticos, sendo a forma mais popular de catálogo por assunto, o sucesso da CDD o popularizou. Todavia, o único código de regras para o catálogo sistemático apareceu em 1934 que foi o catálogo de Ranganathan "*classified catalogue a Aslib Booklist*" que era um guia para selecionar livros técnicos e científicos organizados segundo a CDU (BAKEWELL, 1972).

Shera e Egan (1969) relatam que durante muitos anos os bibliotecários estadunidenses tinham maiores preocupações com o uso das bibliotecas do que pela organização. A adoção maciça do catálogo dicionário e da CDD e LCC parecia ter fixado as principais diretrizes de organização. Entretanto a partir do século XX, os processos de organização das bibliotecas sofreram novas mudanças e isso contribuiu para as bibliotecas especializadas a fim de satisfazer às modernas exigências da pesquisa, renovando o interesse pelo catálogo sistemático, que permitia sua adaptação e cobertura para novos campos de assuntos.

Isso pode caracterizar o início de duas vertentes de pesquisa para área de tratamento temático da informação. Uma dedicada ao estudo dos catálogos alfabéticos, a partir do aperfeiçoamento das listas de cabeçalhos de assunto. Outra dedicada ao estudo mais propriamente dito da construção dos índices de assunto, a partir do desenvolvimento de teorias e métodos da indexação.

2.2.1 O Conceito

Na área de representação da informação há processos que carecem de melhor sistematização e padronização em seu conceito, com o propósito não apenas de delimitar seu campo de atuação, mas principalmente de evitar tênues ambigüidades conceituais, que pode acarretar imprecisões em seus processos metodológicos. O que se torna pertinente examinar o termo e o processo a partir do seu significado e emprego na área.

Em termos conceituais a Catalogação de Assunto foi definida por Shoham e Kedar (2001) como uma operação intelectual que consiste em examinar o documento, de modo a extrair os assuntos nele contidos para determinar os rótulos verbais, que servirão de ponto de acesso para busca e recuperação do documento original.

McGovern (1999) a define como a análise dos livros, descrevendo seu conteúdo a partir do vocabulário controlado (LCSH) e atribuição da classificação para localização. Tendo por objetivo ajudar os leitores a entender como as bibliotecas e livrarias determinam em qual classe e especialidades os livros são arranjados, permitindo rapidamente sua localização e recuperabilidade.

Sauperl (2005) entende a Catalogação de Assunto como uma fase do processo de catalogação responsável por fornecer as informações sobre o tema do documento. O assunto representado é o que permite o acesso aos materiais. Sendo o principal objetivo da Catalogação de Assunto auxiliar as pessoas a encontrarem os documentos contidos na biblioteca mediante consulta ao catálogo.

Para Berman (1982) o objetivo da Catalogação de Assunto é permitir que o documento possa ser identificado a partir dos assuntos que ele contêm, sejam eles específicos ou gerais, dentro de uma coleção. Os cabeçalhos de assunto são os instrumentos que permitem este acesso, sendo eles selecionados, extraídos de determinado documento e formulados e atribuídos a partir de uma lista padronizada de cabeçalhos autorizados. Sendo os cabeçalhos o meio utilizado para facilitar a pesquisa por assunto, por isso o vocabulário utilizado deve ser preciso, contemporâneo e previsível. A política de atribuição deve ser clara e generosa o suficiente para refletir de modo pleno e justo o conteúdo de cada obra.

> A Catalogação de Assunto proporciona ao pesquisador vias de acesso ao conteúdo dos livros, distintas das oferecidas pelo sistema de classificação. Este atribui um só lugar a cada publicação, que fica presa, por assim dizer, dentro desta localização nas estantes (LITTON, 1976, p.85).

Não muito diferentes das demais definições, Tauber (1953) vê a Catalogação de Assunto como responsável pela análise do conteúdo temático e a expressão desse conteúdo em número de classificação apropriado para organizá-lo no acervo e permitir a atribuição dos cabeçalhos de assunto para inserção no catálogo da biblioteca. Para o autor, as etapas da catalogação (descritiva e assunto) não são independentes, uma fase, pode, aliás, alcançar o objetivo final da outra, quer em todo ou em parte, claro que isso condiz mais em relação a descritiva do que a de assunto.

Alvo de discussão na literatura é se o processo resultante da análise de assunto é a Catalogação de Assunto ou a Indexação de Assunto. São estas duas operações idênticas? Ou se trata apenas de uma questão de conceituação do termo ou visão de alguma escola?

Na literatura da área encontramos diferentes terminologias relativas à determinação do assunto de um documento. Como Catalogação de Assunto, análise de assunto, indexação de assunto, *aboutness analysis* que podem ou não terem a mesma significância nesse processo.

Em estudo realizado por Hoover (2005), a autora elenca diferentes visões por parte dos autores: Maron prefere o termo *aboutness* como a capacidade interna de reconhecer o tema do

documento. Begthol prefere utilizar o termo *aboutness analysis*. Langridge usou o termo *subject analysis*, assim com Olson e Boll. Lancaster, indexação de assunto, bem como *concept analysis*. A própria autora (HOOVER) utiliza a expressão análise de assunto.

Como afirma Lancaster (1993, p.16):

> O processo que consiste em decidir do que trata um item e de atribuir-lhe um rótulo que represente esta decisão é conceitualmente o mesmo, quer o rótulo atribuído seja extraído de um esquema de classificação, de um tesauro ou de uma lista de cabeçalhos de assuntos, quer o item seja entidade bibliográfica completa ou parte dela, quer o rótulo seja subseqüentemente arquivado em ordem alfabética ou em outra seqüência (ou, com efeito, não arquivado de modo algum), quer o objeto do exercício seja organizar documentos em estantes ou registros em catálogos, índices impressos ou bases de dados eletrônicas.

Conforme o autor (p.17) a "indexação de assuntos é conceitualmente idêntica à Catalogação de Assuntos. A atividade que isso compreende é da classificação de assuntos, ou seja, formar classe de objetos com base em seu conteúdo temático"

Em visão similar, Fujita (2003, p. 75) compreende a Catalogação de Assunto aplicado em biblioteca como decorrência da classificação, pois segundo ela:

> Os índices outrora existentes em sistemas de recuperação da informação, tais como os antigos catálogos de fichas de biblioteca, foram considerados dentro de uma perspectiva classificatória, porque os chamados cabeçalhos de assunto eram compostos sob influência da terminologia classificatória e não do texto e seu conteúdo.

Para Fujita (2004, p. 143): "[...] a Catalogação de Assuntos deve ser considerada como um ramo dentro do âmbito maior que é a indexação alfabética de assuntos [...]", pois segundo a pesquisadora, desde a obra básica de Charles Ammi Cutter *"Rules for a dictionary catalog"* existem mais de 100 anos de estudos até a idealização do sistema PRECIS[16] em 1974 por Derek Austin.

[16] (*Preserv context indexing system*) – criado por Derek Austin e desenvolvido na Inglaterra pela *British Library* é um Sistema pré-coordenado de indexação alfabética de assunto para produção e construção automática dos índices de assunto da *British National Bibliography* (BNB). Essa bibliografia é um periódico secundário, de âmbito nacional, cuja finalidade é arrolar semanalmente toda a literatura publicada na Inglaterra.

Russel (1998) já acredita que na moderna Biblioteconomia a indexação é ramo separado da catalogação, preocupada com o acesso a termos ou temas dentro de um texto em vez de volumes dentro da biblioteca.

Milstead (1983, p.37) tenta elucidar um pouco essa questão da Catalogação de Assunto e da indexação serem o mesmo processo de tratamento da informação. Para ela, embora assuma uma posição herética de que a catalogação e indexação são realmente a mesma coisa, mas geralmente são tratados como se fossem processos distintos e separados. Ela afirma que a:

> Catalogação de Assunto e a Indexação são conceitualmente a mesma atividade, no entanto, atualmente nos EUA, na prática elas possuem diferenças. Catalogação e Indexação são usualmente tratados como atividades distintas, em decorrência disso, catalogadores e indexadores geralmente não falam muito um do outro, e falham em não perceber o quanto poderiam aprender trabalhando unidos, pois são atividades que tem muita coisa em comum. Naturalmente eu considero catalogação uma forma de indexação; se você ao invés quiser considerar indexação uma forma de catalogação, também está bem. É razoavelmente fácil encontrar na literatura explicações sobre a diferença entre catalogação e indexação. Estas explicações geralmente usam algumas variantes da premissa que um catálogo provê acesso ao documento inteiro enquanto o índice leva a conteúdos específicos do item. Um índice, de acordo com a derivação da palavra do Latim, é um guia, enquanto um catálogo é uma lista. De qualquer forma, a moderna Catalogação de Assunto é muito mais que uma lista porque tenta fornecer acesso ao conteúdo dos itens.

A autora prossegue afirmando que a distinção parte-todo não é completamente verdadeira, pois no passado quando o trabalho não tinha um custo elevado muitos catálogos davam acesso às partes dos trabalhos; enquanto muitos índices forneciam apenas acesso ao nível do trabalho inteiro – os artigos de periódico, relatórios, capítulos de livros, etc. A indexação como praticada hoje difere da catalogação em um aspecto importante que em um sentido é a causa de todas as diferenças e é também o motivo porque ela discute essa questão. Catalogação nos Estados Unidos, tanto descritiva quanto de assunto é com poucas exceções padronizada na prática da *Library of Congress*, então a exploração de alternativas é limitada. Índices de outro lado são essencialmente originários de cada organização a qual trabalham. Então há uma grande abertura para inovação e mudança. Índices são muito mais customizáveis às necessidades específicas de grupos usuários e coleções do que catálogos de bibliotecas.

A fala de Milstead suscita algumas questões interessantes sobre a padronização da LC para catalogação, que envolve aspectos negativos e positivos. Pois se por um lado a padronização da representação possibilita e incentiva o intercâmbio de informações entre diferentes unidades,

por outro lado impõe a visão de determinada cultura a partir de seus produtos e instrumentos, que muitas vezes podem estar arraigada de preconceito e tendenciosidade que refletem valores característicos da cultura imposta. Relegando a um segundo plano aspectos de garantia literária e cultural. Essas questões devem ser consideradas e estudadas com atenção, principalmente se ocorrer no futuro a sistematização de um código internacional de Catalogação de Assunto.

Outro aspecto importante na fala de Milstead é a distinção dos processos a partir de seus produtos, que embora possam ser definidos como processos idênticos, já que ambos têm o objetivo comum de representar a informação com vista a seu acesso, seus produtos os delimitam enquanto prática, pois assumem funções diferentes nas unidades de informação. A profundidade da análise (todo/parte) é a distinção mais usual entre a Catalogação e a Indexação. Todavia percebe-se que maioria dos índices produzidos analisam o documento em sua totalidade.

Outrossim, Milstead acredita que as diferenças dos produtos índice e catálogos podem ser descritas também pela flexibilidade. No geral, os catálogos fornecem acesso a todos os materiais da biblioteca para um público geral. Já os índices fornecem acesso a grupo específico ou determinado tema, ou livro. Os índices são muito mais flexíveis que os catálogos por oferecerem diferentes níveis de acesso (dependendo da necessidade do grupo e requisitos do documento).

Do ponto de vista da terminologia, a autora menciona que os sistemas de Indexação também são flexíveis e não estão comprometidos com o vocabulário único, que deverá permanecer inalterado, pois diferentes formatos de termos podem ser usados e os próprios termos podem ser adaptados segundo as mudanças do conhecimento. Já os sistemas de cabeçalhos de assunto são irrevogavelmente sistemas pré-coordenados e pouco flexíveis.

Para Ashworth (1955) a Catalogação, Classificação e Indexação são processos interdependentes. A classificação é inerente ao processo de catalogação. Pode ser útil fazer clara distinção entre a indexação e a catalogação, mas se trata de uma rígida distinção. Os dois termos são frequentemente usados como sinônimos. Não se pode afirmar também que a catalogação representa o todo enquanto a indexação as partes da unidade.

Sobre a distinção a partir dos produtos, Ashworth (1955) alerta que deve-se ter cuidado ao distinguir os dois processos a partir dos seus produtos. Uma lista de livro por diferentes autores é um catálogo, mas a lista de diferentes assuntos em um livro é um índice. Esta distinção é até útil, mas é fácil encontrar exemplos que contraponham esta definição, pois os catálogos podem incluir tanto o assunto como o autor. A distinção entre catálogo e índice é de grau e se for

suficientemente grande pode representar uma diferença em espécie. A abordagem exigida em um catálogo é ligeiramente diferente do que é exigido por índice. O bibliotecário precisa compreender qual função ele pretende cumprir. O objetivo tanto de um catálogo quanto de um índice é revelar o material disponível no acervo por autor, título e assunto.

No entendimento de Soergel (1985) a Indexação em seu sentido mais abrangente refere-se ao processo total de integração de novas entidades e relacionamentos em uma base de dados.

O autor prossegue afirmando que a indexação é comumente utilizada para o processo intelectual de Indexação de Assunto, que consiste em estabelecer relações entre uma entidade e os temas adequados a ela, ou atribuição dos descritores de assunto para uma entidade. A Indexação é utilizada principalmente em bibliotecas especializadas e em sistemas de informação, principalmente se forem automatizadas. Já a Catalogação é o processo intelectual de indexação na maioria das bibliotecas (exceto as especializadas). Por isso, os termos mais usuais para este processo são Catalogação Descritiva e de Assunto.

Conforme o autor explica, os termos de indexação e catalogação são usados para o mesmo processo e função sobre o contexto ou tipo de entidade para qual o processo é aplicado. Esta divergência terminológica reflete a divisão histórica no campo da informação de dois grupos *American Society for Information Science*, *Special Libraries Association e* a *American Library Association*.

Em âmbito nacional, Rubi (2008) elaborou um quadro conceitual no qual realiza a distinção dos dois conceitos através de critérios, nos quais diferencia as características relacionadas à Indexação e Catalogação de Assunto. Mesmo encontrando os traços distintivos quanto á origem, conceitos e procedimentos, prefere adotar o termo indexação, para designar o procedimento realizado pelo bibliotecário. A autora justifica a posição dizendo:

> Essa escolha se faz por considerarmos que além da catalogação, responsável pela representação descritiva dos documentos, o bibliotecário também deve fazer a representação temática do documento caracterizando o processo da indexação juntamente com o procedimento da catalogação. Afirmamos que o bibliotecário precisa compreender que deve atuar como um indexador, realizando a análise de assunto para compreender o documento, identificando e selecionando os conceitos que melhor representem seu conteúdo durante o tratamento temático da informação com a finalidade de preencher o campo de assunto nos formatos catalográficos (RUBI, 2008, p.39).

Em outro estudo relacionado, Fujita, Rubi e Boccato (2009), também abordam essa dicotomia, chegando à mesma conclusão, mas destacam o papel de uma política norteadora para o processo:

> Acreditamos, portanto, que o termo indexação deva ser assumido também para designar o tratamento temático realizado durante a catalogação em bibliotecas universitárias. Entretanto, a mudança de nome não será suficiente se não vier acompanhada de filosofia e objetivos bem definidos descritos na política de indexação da biblioteca, a exemplo do que ocorre com os serviços de indexação.

Como visto, são poucos os estudos que esclarecem as possíveis delimitações da Catalogação de Assunto e da Indexação. Problemas não só relativos a esses dois processos, mas a própria base da área de representação que tem empregado diferentes concepções de termos como: análise de assunto, análise de conteúdo ou identificação de conceitos, que são utilizados aleatoriamente sem delimitação de escopo.

2.2.2 O Processo

O processo de representação tem por objetivo primordial organizar a informação para que ela se torne passível de ser acessada e recuperada pelo usuário. Do ponto de vista do usuário não importa quais meios e recursos serão e foram utilizados para representar a informação, tudo o que importa a ele é ter o acesso a informação independente do processo utilizado. A preocupação com o processo metodológico é de responsabilidade do meio acadêmico e profissional, a eles compete desenvolver e aprimorar os estudos relativos a representação da informação, que garantam a qualidade no acesso à informação.

A Catalogação de Assunto do ponto de vista processual é tratada pela literatura de modo bem similar. Poucas são as diferenças apresentadas pelos autores, como podemos observar a seguir.

No entendimento de Piercy (1965) a Catalogação de Assunto ocorre em dois momentos: (1) a identificação dos assuntos que representam a obra a partir do uso das listas de cabeçalhos de assunto e (2) da atribuição da classificação CDD.

Por isso, para a autora, a Catalogação de Assunto se constitui num importante processo de difícil execução, no qual exige do catalogador um profundo conhecimento e discernimento para julgamento. Não pode ser feito com imprudência ou impetuosamente, requer estudo cuidadoso dos métodos e princípios, sobre o processo em si e sobre o assunto a ser catalogado, compreendendo sobre o que a obra em si trata, além de ter conhecimento sobre os demais itens da coleção das bibliotecas para melhor arranjo, bem como as metas e público alvo para quem aquela informação será útil.

Para Curley e Varlejs (1977) o processo de Catalogação de Assunto se inicia a partir da determinação do assunto. Para determinar o assunto de uma obra para a catalogação, exige do catalogador análise cuidadosa de seu conteúdo. Por este motivo a atribuição dos cabeçalhos de assunto devem ser atribuídas em conjunto com o número de classificação, para que não ocorra ambiguidades, caso a determinação do assunto seja feita em momentos distintos.

Conforme os autores orientam, após identificar o assunto da obra, deve ser selecionado um ou mais cabeçalhos de assunto que melhor representem verdadeiramente o seu conteúdo, levando em consideração a garantia literária do usuário. Para isso é essencial que a biblioteca adote uma lista dos cabeçalhos de assunto para consulta, de forma a manter o controle e padronização dos cabeçalhos de assunto, evitando que obras idênticas sejam catalogadas com termos distintos. A lista de cabeçalho de assunto tem por finalidade orientar o catalogador na padronização do termo a ser adotado para representar a obra (termo autorizado). As referências “ver” e “ver também” devem ser feitas com moderação.

Na mesma concepção, o processo de Catalogação de Assunto para Chan (1994) ocorre a partir da determinação do assunto e envolve três etapas: (1) determinar o assunto geral do recurso; (2) identificar os assuntos específicos e inter-relacionados; (3) representar em linguagem documental a partir do uso das listas de cabeçalhos de assunto. As etapas (1) e (2) compreendem a leitura documental da estrutura da obra, com o propósito de identificar os temas principais e secundários, a partir de diferentes aspectos do assunto (ponto de vista do autor, tempo e lugar, objetivos da biblioteca). Já a (3) é a representação do assunto que foi identificado e selecionado em conformidade com o sistema adotado (listas de cabeçalhos de assunto, classificação). Nesta etapa pode ocorrer a formulação prévia dos cabeçalhos para depois verificar sua adequação com a linguagem escolhida.

Connell (1996) elenca quatro estágios para o processo de Catalogação de Assunto: (1) análise individual dos recursos informacionais para determinar os conceitos; (2) representação dos conceitos em linguagem de sistema de classificação ou cabeçalho de assunto; (3) determinação das entradas dos conceitos identificados; (4) relacionar os termos correlatos aos demais recursos semelhantes.

McGovern (1999) bibliotecário que atuou na Divisão de Catalogação de Assunto descreve as orientações da LC para o processo de Catalogação de Assunto.

O catalogador deve examinar o livro para determinar qual o foco do assunto, após sua identificação, ele deve selecionar um ou mais cabeçalhos e verificar junto a LCSH sua adequação de modo que os cabeçalhos atribuídos possam representar o assunto tratado e proporcionar o acesso aos temas mais importantes.

Um cabeçalho só é atribuído a um tópico se pelo menos 20% do livro o abordar. No entanto os cabeçalhos de pessoas, famílias, instituições corporativas, projetos, eventos ou produtos, que sejam significativos para o contexto do livro são atribuídos mesmo que sua abordagem não representem os 20%.

O estabelecimento do número de cabeçalhos varia, conforme livro, sendo o limite máximo de 10 cabeçalhos. O catalogador atribui os cabeçalhos que sejam tão específicos como os temas que o livro abranja, delimitando os cabeçalhos e sub-cabeçalhos.

Como a LC realiza a catalogação na fonte, muitas vezes o catalogador de assunto só tem as páginas introdutórias da obra e o sumário do conteúdo para basear sua decisão. Por isso, a catalogação de obras cujos autores fornecem sinopse do livro aumentam grandemente a probabilidade de que ele será catalogado precisamente e será arranjado na estante ao lado de obras similares.

A análise de assunto para Hoover (2005) está intimamente ligada com a atribuição do número de classificação. Todavia acredita que pode ser aplicada para a determinação dos cabeçalhos de assunto, servindo de guia para a determinação do conteúdo, estratégias para sua determinação e diretrizes para avaliar a relevância dos cabeçalhos de assunto para seleção final e adequação. Para ela, o processo de análise de assunto compreende duas etapas:

(1º) passo: estudar e compreender o documento a ser analisado. Compreender o conteúdo do documento via título, subtítulo e tópicos adjacentes, identificando ação, objeto, agente, processos e resultados. Examinar o conteúdo a partir do resumo, introdução, tabelas, ilustrações e

metodologia. Determinação do significado de determinadas expressões a partir do uso de instrumentos.

(2º) passo: após compreender o assunto tratado, deve-se selecionar os termos e verificar o seu uso a partir das listas de cabeçalhos de assunto, verificando se o termo realmente reflete aquilo que foi identificado na obra. Depois verificar se o cabeçalho é autorizado ou não. Atribuir as subdivisões e remissivas. Seguir as orientações do instrumento utilizando as regras de catalogação. Tendo sempre em mente que aquela representação dará acesso ao usuário.

Para autora os erros mais cometidos na atribuição dos cabeçalhos são: (1) uso do cabeçalho específico quando um mais geral é aplicável e vice-versa; (2) uso de cabeçalhos obsoletos; (3) uso de subdivisões obsoletas; (4) cabeçalhos irrelevantes totalmente fora do tópico; (5) cabeçalho irrelevante atribuído por engano; (6) omissão de cabeçalho que deveria ser atribuído; (7) uso de remissivas em vez do cabeçalho autorizado; (8) subdivisões que não são permitidas ou apropriadas; (8) ordem incorreta das subdivisões (ordem deve ser tópica, geográfica, cronológica e forma); (9) subdivisão geográfica e história incorreta; (10) omissão de subdivisões que deveriam ser incluídas; (11) marcação incorreta do Marc; (12) omissão de pontuação ou uso errôneo delas; (13) exame incorreto durante a análise dos títulos e subtítulos.

Chan (1994) destaca que existem dois níveis de indexação na Catalogação de Assunto. A indexação do trabalho como um todo e a indexação de partes. Nos catálogos das bibliotecas estadunidenses, organizados segundo os padrões da LC e da Sears, os cabeçalhos de assunto são atribuídos para o conjunto global da obra. Ocasionalmente atribui cabeçalhos de assunto para as partes, o que são chamadas de analíticas

Vale destacar a contribuição de Olson e Boll (2001), que apesar de considerarem o processo de atribuição de um vocabulário controlado como a indexação de assunto, abordam as etapas que envolvem este processo, no qual compreende: (1) determinar o *aboutness* do documento; (2) análise conceitual para decidir qual aspecto de um item deve ser representado; (3) tradução dos conceitos ou aspectos para um vocabulário controlado. Esses processos devem ser norteados pela política de indexação da biblioteca.

Para os autores, as chances do usuário recuperar o recurso informacional representado depende de quatro aspectos: (1) precisão de indexação, (2) exaustividade da indexação, (3) especificidade da indexação e consistência da indexação.

Boccato (2009) relata que o termo Catalogação de Assunto é utilizado além dos Estados Unidos também na Áustria, Canadá, Nova Zelândia e Republica Tcheca.

Para Piercy (1965) a determinação de assunto pode ser atribuída a partir do todo ou parte dos livros, a quantidade de entradas a serem estabelecidas deve refletir a política de catalogação, tamanho da biblioteca, quantidade de material disponível sobre o assunto e necessidades dos usuários.

O profissional catalogador possui também por sua vez, grande responsabilidade no processo, pois deve ter familiaridade com os princípios e práticas da catalogação, e poderá em alguns momentos não encontrar respaldo nos instrumentos, devendo tomar decisões. Esse é um profissional pouco numeroso.

Tauber (1953) relata que a falta de catalogadores de assunto especializados prejudica em muito o processo de catalogação, como também contribuiu para poucos estudos da área.

Para Russel (1998) o julgamento do catalogador é decisivo, um dos problemas interessantes da catalogação é distinguir suas variáveis. Ainda hoje os catalogadores enfrentam sérios problemas relativos a isso, ainda mais com a multidiversidade de suportes da era digital.

Outra observação pertinente é realizada por Dias e Naves (2007), para os autores, o catalogador é historicamente o primeiro nome que é utilizado para designar a pessoa que faz o trabalho de análise de assunto. Ainda para os autores, com o tempo foram criadas as expressões catalogador de assunto e catalogador descritivo, utilizadas na literatura técnica mas pouco usual na prática.

Destarte, Fujita (2004, p. 143) e Foskett (1973) apontam uma síntese evolutiva de trabalhos dedicados a questões referentes a análise de assunto, embora a “preocupação principal desses estudos fossem o produto final”, tais como os índices e cabeçalhos de assunto.

Kaiser (1911) propôs a análise de assuntos composta pela combinação de três categorias: um “concreto”, um “processo” e “lugar”. Trouxe um importante avanço com seu livro “*Sistematic Indexing”* ao propor uma resposta cautelosa ao problema da ordem de importância dos termos: “[...] Kaiser mostrou que muitos assuntos compostos podem ser analisados numa ordem de um concreto e um processo, e enunciou a regra segundo a qual o mais importante é o concreto, o qual deve ser citado em primeiro lugar.”

A estas duas categorias acrescenta-se a de “lugar”, o trabalho de Kaiser tem recebido maiores atenções em estudos de classificação, mas tem sido adotado por boa parte dos índices alfabéticos, como a “*Subject Headings* da *Lybrary of Congress”*.

Já Ranganathan (1960) propôs a *Colon Classification*, sistema baseado na análise de facetas compostas por cinco categorias: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo; ele também sugeriu “que o índice de assunto do catálogo sistemático fosse um índice em cadeia, que mostra ao usuário a seqüência de assuntos, do mais específico ao mais geral” (MEY, 1995, p. 96). Método o qual utiliza o mínimo de remissivas e, ainda assim, possibilita aos usuários encontrar um ponto de entrada sob termos significativos de um cabeçalho de assunto.

Coates (1960) formula cabeçalhos de assuntos específicos por categorias (coisa, parte, matéria e ação) e no seu livro *“Subject Catalogues”* traz contribuições consideradas por Foskett (1973) como as mais importantes, pois além de trabalhar as abordagens de Kaiser e Cutter, apresenta suas próprias teorias de formulação de cabeçalhos de assuntos, na teoria e na prática. Coates teve a oportunidade de implantar suas idéias no *British Technology Index*.

Metcalfe (1959) “admite que a entrada deve ser direta e discute o propósito da Catalogação de Assunto como sendo o de indicar somente a classe de assunto em que está inserido”.

Lynch (1973) bastante voltado à linguagem natural criou e desenvolveu com a experiência de longos anos no *Chemical Abstracts* os índices articulados de assunto num estudo de índices de assuntos processados por computador; seu projeto se baseava num método de produção de índices de assuntos mediante processamento por computador de simples enunciado semelhante a uma oração, que consistia em tratar as preposições como pontos binários onde as orações pudessem ser articuladas.

Percebe-se que muitos esforços têm sido diligenciados para melhoria da representação da informação, de modo que venha minimizar os ruídos que possam interferir nas construções de produtos e instrumentos utilizados no processo de representação documental.

No entanto, ressalta-se, ao que diz respeito à Catalogação de Assunto, que existe uma modesta literatura e de estudo referentes a esse processo, que possam melhor especificá-lo e conceituá-lo. Fato esse talvez justificado, por denominadas atribuições de alguns autores em considerar a Catalogação de Assunto, como sendo o processo de indexação de assunto.

Outra questão referente a isso é que se observa na literatura um número maior de estudos referentes aos produtos da catalogação, em detrimento ao processo em si. O que talvez seja justificado pela forte influência que a LC teve e têm através da distribuição das suas listas de cabeçalhos de assunto, utilizadas por mais de 80% das bibliotecas, só nos Estados Unidos, o que incita a necessidade de estudos relativos à metodologia do processo de Catalogação de Assunto a partir da delimitação de sua base conceitual.

Algumas universidades têm desenvolvido diversos métodos para ajudar os catalogadores durante a análise de assunto, reconhecendo que este processo é demorado e caro. O objetivo da análise de assunto é fornecer pontos de acesso que permitam aos usuários encontrar o material que necessitam (HOOVER, 2005).

2.3 Os sistemas: cabeçalhos de assuntos, princípios subjacentes

A necessidade de buscar ferramentas que auxiliassem o homem na Organização da Informação conferiu diferentes tipos de estruturas de representação da informação. Entre eles destaca-se os cabeçalhos de assunto que são importantes sistemas de linguagem pré-coordenados, que podem variar entre os mais genéricos ou específicos em função da necessidade da instituição e dos usuários aos quais se destinam.

A Catalogação de Assunto utiliza-se da escolha pré-coordenada do vocabulário. Todavia os cabeçalhos de assunto atuam em dois momentos - embora distintos, mas inerentes - no ciclo informacional, ora como instrumentos no estágio de representação, ora como produtos na fase de recuperação.

A origem dos cabeçalhos de assunto ocorreu em virtude do uso freqüente das palavras encontradas nos títulos para denominação do assunto do documento. No entanto, o uso dessas palavras-chave mostrou-se insuficiente, pois muitos títulos apresentavam-se inexpressíveis ao seu conteúdo, o que acarretou a atribuição de termos não presentes no título da obra (GUIMARÃES, 1986).

A partir dessa constatação, tornou-se necessário estabelecer regras para atribuição de cabeçalhos de assunto, porque anteriormente a isso eram atribuídos os cabeçalhos de acordo com o bom senso do próprio catalogador (CESARINO e PINTO, 1978).

Os cabeçalhos de assunto são projetados para fornecer acesso aos recursos informacionais sobre temas similares em determinado campo. Os cabeçalhos são descritos conforme espaço, tempo ou forma. O primeiro assunto geralmente corresponde ao número da classificação, que permitirá que este recurso fique reunido com outros similares. O número de classificação atribuído geralmente se refere ao assunto principal da obra.

Segundo Curley e Varlejs (1977) a classificação bibliográfica permite que o recurso tenha apenas um único número de classificação, sendo ele arranjado no acervo em um só lugar, mesmo ele abordando diferentes temas ou informações, todavia o catálogo de assunto permite que ele seja representado com diferentes cabeçalhos de assunto a partir do interesse dos usuários e política de indexação da biblioteca.

A atribuição do cabeçalho deve ser cautelosa de modo que não expresse juízos de valor pessoal. Naturalmente compete ao catalogador o papel de avaliar aquilo que é mais relevante no conteúdo do livro, devendo ser a intenção do autor ou editor do recurso cuidadosamente ponderada, e o catalogador deve atribuir os cabeçalhos consistentes com essa orientação, sem fazer julgamento. Embora o autor não possa intervir radicalmente na classificação de um recurso.

A base do sistema de cabeçalhos de assunto, tal qual se conhece hoje foi desenvolvida pela LC, no século XIX. Sua elaboração foi inovadora, pois modificou a estrutura pela qual os catálogos eram organizados. Na época estava em foco nas bibliotecas européias o catálogo sistemático e alfabético-por-classe, que eram mais adequados e utilizados, devido aos usuários eruditos, público majoritário e freqüentador das bibliotecas.

Entretanto, nos Estados Unidos as bibliotecas assumiram espaço de destaque no cenário social, pois passaram a contribuir para o processo de educação e desenvolvimento da sociedade. Desse modo, novas técnicas e serviços foram desenvolvidos, tal como o catálogo dicionário, com o objetivo de facilitar a localização e recuperação dos documentos, permitindo assim o livre acesso do público comum às bibliotecas. (GOMES; MARINHO, 1984).

Teixeira (1979, p.23) chama-nos a atenção para a relação intrínseca que existe entre a classificação e os cabeçalhos de assunto.

> Alguns autores costumam dissociar a determinação de cabeçalhos de assuntos da classificação, esquecendo-se, talvez, de que os cabeçalhos de assunto são também “notações”, em forma vocabular, que, no catálogo alfabético de assuntos desempenham o mesmo papel das notações de um sistema de classificação no catálogo sistemático.

Os instrumentos que foram desenvolvidos para Catalogação de Assunto, em sua grande maioria se constituem em listas de cabeçalhos de assunto.

Em 1985 surge a primeira lista de cabeçalhos de assuntos, *List of Subject Headings for Use in Dictionary Catalogs*, produzido pela ALA, baseada nos princípios de Cutter, derivado de inúmeras listas de cabeçalhos utilizadas por grandes bibliotecas na época. A lista da ALA teve três edições 1895, 1898, 1911, não sendo mais publicada.

O primeiro trabalho desenvolvido pela LC tinha por nome *"Subject Headings Used in the Dictionary Catalogues of the Library of Congress"*, na oitava edição o título foi mudado para "*Library of Congress Subject Headings"*. A LCSH tornou ferramenta padrão para Catalogação de Assunto.

Com relação a LCSH, Stone (2000) declara que a efetiva primeira impressão do "*Subject Headings"* usados para o catálogo dicionário da LC, foi no verão de 1909, publicado em partes, e foi concluída em março de 1914.

Em 1998 embora a LC tenha comemorado o centenário da LSCH, tendo em vista que começou a usar os cabeçalhos de assunto a partir da *Library Association's List of Subject Headings for use in Dictionary Catalogs* (2ª edição de1898). Somente em 1906 a LC publicou sua lista preliminar das subdivisões para nomes de lugares e pessoas. Com tantas datas, realmente seja mais sensato datar o início da LCSH em 1898 quando teve inicío o movimento de construção das LCSH.

As *Rules*, publicadas em 1876, concedeu aspectos importantes para a catalogação, como os conceitos da entrada direta, uso da linguagem natural e a estrutura sindética. A influência de Cutter na construção da LCSH só foi reconhecida em 1972 quando o chefe da divisão de catalogação reconheceu oficialmente a contribuição de Cutter. No entanto durante o desenvolvimento da LCSH, Hanson adotou uma abordagem pragmática além daquilo que Cutter havia previsto, o que resultou em determinados tipos de inconsistências na forma dos cabeçalhos de assunto e na escolha das referências cruzadas.

As regras de Cutter contribuíram para elaboração de regras para o domínio da Catalogação Descritiva, todavia para a Catalogação de Assunto os esforços resultaram em listas em vez de códigos. Para Dunkin (1977) o esforço excessivo no desenvolvimento das listas dificultou o desenvolvimento de bases filosóficas para o estabelecimento de regras de cabeçalhos de assunto.

A LC desenvolveu as LCSH para uso em seus próprios catálogos. Entretanto demais bibliotecas julgaram pertinente o seu uso, principalmente as de grande porte. Já as de pequeno porte preferiram dar continuidade ao uso da lista da ALA, no qual teve sua última edição em 1911, aderindo a utilização da *Sears - Subject Headings* que foi publicada a primeira vez em 1923. Tratava-se de uma lista compilada da LCSH por Minnie Sears Earl para pequenas bibliotecas. Ambos utilizam os princípios propostos por Cutter, mas diferem em vários aspectos.

As constantes revisões e atualizações da LCSH contribuiu para que demais instituições também aderissem o uso da LCSH.

Com o crescente uso da LC, a comunidade de bibliotecários passou a exigir da LC um guia que auxiliasse na compreensão e aplicação da LCSH. Como um compromisso na década de 1940 a LC passou a publicar na *Library Journal* notas sobre métodos adotados pela LC ao estabelecer os cabeçalhos autorizados e as subdivisões.

Em 1946, Julia Pettee publica o "*Subject headings: the history and theory of the alphabetical approach to books*", o que seria a primeira obra de importância fundamental sobre o estudo dos cabeçalhos de assunto, segundo o ponto de vista teórico e histórico (DIAS 1967).

A LC só viria a publicar seu manual em 1952 escrito por David Haykin no qual o livro "*Subject headings: pratical guide"* reiterava a maioria dos princípios de Cutter, tentando explicar e racionalizar algumas inconsistências da LCSH.

No entanto nenhum destes livros contribuiu definitivamente para a aplicação da LCSH.

A insatisfação com a LCSH cresceu no período pós-guerra, devido ao aumento das aquisições e publicações, e pela necessidade de melhorar o acesso ao assunto e tornar menos onerosa a Catalogação de Assunto. Críticos alertavam que as regras e técnicas para construção dos catálogos de assunto e o desenvolvimento das listas de cabeçalhos não sofreram nenhuma alteração significativa nos últimos 75 anos e que tais práticas não refletiam uma compreensão clara da função.

A LC foi lenta também na adoção de novos cabeçalhos de assunto e terminologia que representassem com precisão os novos conhecimentos que surgiam. A partir da década de 1950 a LC passou a publicar no *Cataloging Service Bulletin* explicações e orientações sobre o uso de determinados tipos de cabeçalhos ou subdivisões.

A LC desenvolveu estudos de modo a resolver problemas de acesso ao assunto a partir da automação. Na década de 1950 muito se discutiu sobre unitermos (mais tarde chamados de

descritores), projetados para coordenar a indexação automatizada e os índices KWIC e KWOC, técnicas de pesquisas booleanas nas OPAC's.

O tesauro tornou-se popular principalmente em bibliotecas especializadas. O PRECIS utilizado pela *British Library* foi estudado pela LC como complemento as LCSH. No entanto, embora úteis as técnicas, nenhuma neste meio tempo poderia corresponder com eficácia ao LCSH. Então em 1980 e 1990 a ênfase passou a ser no mapeamento de outros vocabulários.

Questões sociais também influenciaram no desenvolvimento da LCSH, principalmente sobre o preconceito velado inerente da LCSH. Que teve que rever vários cabeçalhos de assunto por termos ofensivos e discriminatórios, relacionados ao racismo, etnia, religiosa, ou grupos de gêneros.

Esforços em âmbito acadêmico e profissional começaram a propor a LC um código para Catalogação de Assunto, nos moldes dos códigos de Catalogação Descritiva. Embora não se classifique como um código a LC publicou em 1984 o "*Manual: Subject Heading*" incluindo políticas e procedimento, o que permitiu aos profissionais fora da LC melhor consistência e qualidade na Catalogação de Assunto. A partir de então a LCSH deixou de ser apenas uma lista e passou a ser um sistema LCSH.

No final da década de 1980 a LC passou a publicar a LCSH em formatos digitais. Desde 1986 a lista está disponível em formato legível por máquina, chamada de "*Subject Authority File*" (CHAN, 1994).

Em 1990 marcou o início da cooperação, a partir do *Subject Authority Cooperative Program* (SACO) permitindo que catalogadores de outras instituições sugerissem a inclusão de novos cabeçalhos de assunto na LCSH, com base em novas aquisições, e nas necessidades dos usuários e não exclusivamente nas necessidades da LC. A LC ficou como líder regulamentador.

Para O'neill *et al* (2003) a LCSH é comumente a ferramenta mais utilizada e amplamente aceita para a Catalogação de Assunto. É de fato um vocabulário controlado universal que tem servido de modelo em muitos países para desenvolvimento de sistemas de cabeçalhos de assunto. No entanto a LCSH apresenta uma sintaxe complexa e as regras para construção dos cabeçalhos restringem sua aplicação o que demanda catalogadores altamente qualificados.

Os autores prosseguem afirmando que a LCSH oferece muitas vantagens: seu vocabulário é rico e abrange todas as áreas do conhecimento; tem apoio institucional da LC; apresenta controle de sinônimos e homógrafos; é amplamente utilizado; está contida em milhões de

registros bibliográficos, tem uma história bem documentada. No entanto sua sintaxe complexa apresenta obstáculo que limita seu uso para além do tradicional ambiente de catalogação em bibliotecas.

Iwe (2001) acredita que a falta de conhecimento profundo sobre as estruturas sintáticas da LCSH prejudica a atribuição do cabeçalho de assunto. Se os catalogadores tivessem um profundo conhecimento sobre estas estruturas facilitaria a trabalho de atribuição do cabeçalho de assunto com maior especificidade para uso. A autora realizou uma análise das estruturas da LCSH a partir da ótica da lingüística. Como também tentou esclarecer a organização e gramática, como elementos sintáticos.

Para ela as críticas em torno da LCSH se centram na inconsistência na combinação de palavras e no uso de elementos sintáticos. No entanto a coerência não é grande problema, haja vista a possibilidade de estabelecer as referências cruzadas.

Vale ressaltar que alguns autores enfatizaram o papel da classificação na construção de cabeçalhos de assuntos, incluindo Cutter e Pettee. Infelizmente as listas padrão de cabeçalhos de assunto mostram frequentemente uma falta de sensibilidade aos princípios classificatórios, embora Haykin tenha tentado explicar os princípios em que a LC baseou-se (BAKEWELL, 1972).

Desde a sua criação no século XIX, a LCSH tem sido amplamente utilizada como instrumento de representação para fornecer o acesso por assunto para coleções de bibliotecas tradicionais.

Na última década o uso da LCSH tem se expandido para aplicação de recursos digitais em rede, a partir da combinação de *tags* e LCSH. Segundo Chan (2004) a LCSH tem atributos válidos para ser um sistema versátil e funcionar em ambientes heterogêneos e pode servir uma base para apoiar o uso diversificado, mantendo a semântica e interoperabilidade entre eles (YI, CHAN, 2010).

Para os autores, no atual ambiente informacional caracterizado pela massiva proliferação de recursos digitais, a LCSH está enfrentando desafios relativos a políticas eficazes para organização e representação temática destes novos recursos. Principalmente que muitos dos recursos digitais estão contidos em repositórios que foram organizados com diferentes vocabulários controlados e sistemas de organização distintos. A questão da interoperabilidade da LCSH com demais vocabulários controlados tem sido investigada por vários autores.

A Catalogação de Assunto automatizada da LCSH para recursos digitais envolve: identificação automática dos assuntos adequados aos recursos digitais e a seleção automática dos cabeçalhos de assuntos da LC para os assuntos identificados. Para entender estes requisitos, as estruturas sintáticas e semânticas do vocabulário da LCSH devem ser melhor exploradas.

A utilização da LCSH para organizar o atual ambiente de informação digital precisa ser revista de modo que ela possa abarcar de modo similar a diversidade de fontes de informações presentes, tanto tradicionais quanto digitais. Por isso suas características básicas devem ser analisadas no contexto da atribuição automática dos cabeçalhos de assunto para avaliar a sua viabilidade nestas novas aplicações.

Thomas Mann (2006 *apud* MILLER E YONTZ, 2007) argumenta que as LCSH são adequadas para pessoas normais, pois permitem obter uma visão geral sobre um tema desconhecido. Sendo elas insuficientes para a comunidade acadêmica, pois não permite aos pesquisadores reconhecer apenas os assuntos pertinentes, mas toda categoria conceitual, que pode ser relevante para pessoas que desconheçam a visão geral do tema. Para ele o grande problema das LSCH é que elas são um padrão que não são baseados em nenhuma codificação de princípios.

Para Svenonious (1989) é possível atribuir os cabeçalhos de assunto de forma correta e consistente em total conformidade com LC. Já Simcox e Willian acreditam que a atribuição dos cabeçalhos de assunto é suficiente apenas para encontrar o documento, independentemente da origem e qualidade, mas que neste tipo de pesquisa pode se perder muitos itens relevantes às necessidades do pesquisador, exemplo é a identificação dos sinônimos que não pode distinguir entre os homônimos.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas para elaboração e construção de cabeçalhos de assuntos tem ocorrido ainda que em passos lentos, em vários países a tendência é de que esses esforços sejam cada vez mais coletivizados, visando inclusive o intercâmbio internacional de informações bibliográficas, uma vez que, a socialização da informação se caracteriza como objetivo comum, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Um exemplo disso é o projeto realizado pela IFLA (*International Federal Library Association*), que reuniu trabalhos realizados por bibliotecas representantes de dez países e nove idiomas, com o propósito de investigar os princípios subjacentes aos cabeçalhos de assuntos que fossem gerais e comuns.

Esse estudo publicado em 1999 (IFLA, 1999) apresentado a seguir, destaca além de algumas definições referentes aos cabeçalhos, os princípios de construção e de aplicação que foram idealizados em consenso pelo grupo de trabalho com delegados de todos os países envolvidos. Assim, o grupo definiu três níveis cujos princípios estariam enquadrados: o Nível de Conteúdo, o Nível Lingüístico e o Nível Aplicado (ou pragmático).

Em linhas gerais esse contexto apresenta as definições apontadas pelo grupo para:

(a) Linguagem de Cabeçalho de Assunto (*Subject Heading Language*): uma linguagem documental usada para fornecer o acesso temático aos documentos de um catálogo, índice ou bibliografia, formado por um vocabulário controlado de termos, conceitos e relações.

(b) Cabeçalho de assunto (*Subject Heading*): uma expressão lingüística representando o assunto, conteúdo de um documento.

(c) Princípios (*Principles*): diretrizes gerais para determinar a construção e aplicação de Linguagens de Cabeçalhos de Assuntos.

De modo sucinto, são estes os princípios:

Princípios de construção:

a) Princípio de Título Uniforme (*Uniforme Heading Principle);*

b) Princípio de Sinonímia (*Synonymy Principle*);

c) Princípio de Homonímia (Homonymy Principle);

d) Princípio Semântico (*Semantic Principle*);

e) Princípio Sintáxico (*Syntax Principle*);

f) Princípio de Consistência (*Consistency Principle*);

g) Princípio de Nomeação (*Naming Principle*);

h) Princípio da Garantia Literária (*Literary Warrant Principle*);

i) Princípio de Uso (*User Principle*);

Princípios de aplicação:

j) Princípio de Política de Indexação (*Subject Indexing Policy Principle*);

k) Princípio de Título Específico (*Specific Heading Principle).*

Embora não entremos na discussão das definições de cada um deles, observa-se a importância desses princípios como base subsidiadora para a elaboração dos cabeçalhos. O que justifica a pertinência de um estudo aprofundado. Ressalta-se, que fica claro no momento não só o avanço já ocorrido, mas também a necessidade de estudos sistemáticos em torno da Catalogação de Assunto, o que já tem ocorrido em vários países, todavia, se faz necessário o estudo em âmbito nacional de forma mais abrangente.

Por certo, tendo em vista, a importância que os cabeçalhos de assunto – enquanto produto e instrumento, assumem nesse processo de representação e recuperação documental, percebe-se, que é mister diligenciar estudos para melhoria da Organização da Informação, de modo que venha minimizar os ruídos que possam interferir nas construções de produtos e instrumentos utilizados pela e para sociedade no processo informacional, contribuindo dessa forma para a socialização da informação.

Além das questões de ordem pragmática quanto à Catalogação de Assuntos e, por conseguinte à construção dos catálogos, existem também outros aspectos envolvidos na atividade que trazem à tona uma série de preocupações bastante pertinentes. Nesse momento apresenta-se uma menção a algumas dessas questões destacadas em seguida.

Para Likins (1984) os catalogadores deveriam PARAR E PENSAR[17] sobre o que estão colocando nos catálogos, o autor relata que pelos últimos 20 ou 30 anos tem encontrado cabeçalhos absolutamente hilários, ofensivamente extravagantes, ou simplesmente misteriosos. O autor questiona se precisamos criar cabeçalhos para igrejas, corporações etc. em línguas estrangeiras ou necessitamos todo o tempo utilizar uma linguagem “rebuscada” para designar idéias conhecidas, por exemplo, para Likins (1984), o que há de errado com a entrada: TRABALHADORES AGRÍCOLAS NEGROS (BLACK FARM WORKERS), para ser substituída por TRABALHADORES AGRÍCOLAS AFRO-AMERICANOS (AFRO-AMERICAN AGRICULTURAL LABORERS)? O preconceito estaria embutido nessa entrada de cabeçalho para algumas pessoas ou entidades? Ou seguem algum tipo de tendência social?

Outros exemplos trazidos pelo autor, no qual ficam óbvias a confusão na determinação dos assuntos e ordenação dos termos:

(1) AGED – UNITED STATES – AUDIO-VISUAL – AIDS – CATALOGS.

[17] Expressão original: STOP AND THINK.

(2) ATOMIC WARFARE – POPULAR WORKS.

(3) CHEMICAL WARFARE – HYGIENIC ASPECTS.

(4) CHILD ABUSE – STUDY AND TEACHING

Outra questão apresentada dessa vez por Berman (1984) leva em consideração a representação feminina nos catálogos, para o autor, a despeito dos esforços da LC em alcançar a igualdade de gênero sexual na Catalogação de Assunto, além da "neutralização" de alguns nomes de profissões, por exemplo, as nomenclaturas atuais permanecem sexistas e tratando a mulher como um tipo de subespécie. O próprio título do artigo aborda essa questão: "Fora da cozinha – mas não dentro do catálogo" (*Out of the kitchen – but not into the catalog*).

Os cabeçalhos de assuntos voltados ao público infantil, também são alvo de preocupação. Koger (1984) questiona se os termos como MACACOS, ESCOLA, PAIS, IRMÃOS e IRMÃS, BASEBALL e VIDA EM OUTROS PLANETAS, fazem parte dos catálogos que conhecemos e como podemos fazer quando uma criança solicitar um livro com um desses assuntos? O autor chama a atenção para o tratamento adequado para esse material com um público tão específico e ainda em fase de formação.

Ainda outra questão apontada dessa vez por Murdock (1984) é o acesso aos catálogos multilíngües, e em uma situação ainda mais complexa, como catalogar materiais de idiomas ideográficos ou com sintaxe diversa o suficiente para o simples entendimento de uma ou outra palavra. O autor apresenta um exemplo bastante ilustrativo, uma biblioteca norte-americana criou um acervo para atender um público asiático, ou seja, várias línguas entre elas: chinês, japonês, vietnamita etc. e dessa forma era necessário que as entradas também estivessem disponíveis nesses idiomas.

Em um exemplo, para a entrada em inglês:

WORLD WAR II 1939-1945 FICTION

É necessário haver as seguintes remissivas:

TI ERH TSU SHIH CHIEH TA CHAN 1939-1945

HSIAO SHO

DI ER CI SHIJIE DAZHAN 1939-1945 XIAOSHUO

NIYAI SONG KRAM LOK TRUNG TE 2 2482-2493

Como vimos nessas breves menções há questões mais amplas envolvidas na Catalogação de Assunto, que envolve aspectos sociais, culturais e éticos no processo de Catalogação de Assunto. Essa é uma área bastante instigante e que ainda apresenta um imenso campo de exploração.

2.4 A criação de um código internacional

A necessidade de se ter claramente definido o quê e como representar um documento envolve questões acerca da Catalogação de Assunto sobre a pertinência ou não de construção de um Código que norteie o processo de Catalogação de Assunto. Em seu artigo Chan (1989) discute o assunto levantando algumas questões: o que é um Código de Catalogação de Assunto? Nós precisamos de um Código de Catalogação de Assunto? É economicamente viável desenvolver tal código neste momento? Quem vai desenvolver? Seria o código a solução para padronizar o estabelecimento de assunto?

Apesar de o artigo já ter quase 20 anos, acredita-se que as questões permanecem as mesmas, e provavelmente ainda sem respostas definitivas. No entanto, naquele momento Chan apresentou algumas opções referentes a suas indagações:

(1) Tomando como base a definição de que um Código é um "conjunto de regras ou princípios", tomaremos como protótipo o AACR2, que tem duas funções: fornecer um conjunto de princípios com a fundamentação teórica e conceitual e dar instruções na implementação destes princípios na forma de regras específicas. Assim, ocorre uma questão relacionada: que tipo de Código se almeja? Um código totalmente baseado nos fundamentos lógicos e teóricos, ou um código baseado na prática corrente? A primeira alternativa é tentadora, no entanto, apresentaria problemas sérios na sua implementação. A segunda alternativa parece mais amena, mas também apresentaria dificuldades em termos de resolver problemas ocorrentes na prática atual.

(2) Vários autores já afirmaram a necessidade de um Código, mas não é propósito discutir isso nesse momento. No entanto, o Código deveria fornecer somente as regras para estabelecer os cabeçalhos de assunto apenas? Ou deveria também cobrir as aplicações desses cabeçalhos?

(3) Essa é certamente a questão principal e sua resposta será provavelmente determinante. A complexidade de um cabeçalho de assuntos e sua aplicação farão o desenvolvimento do

AACR2 parecer uma “brincadeira infantil”. Muito dinheiro e energia deverão ser empregados nisso, e a primeira coisa é estarmos certos de que teremos os recursos suficientes para tal empreendimento.

(4) Para esta última questão o autor apresenta duas alternativas: (1) construção do Código fora *da Library of Congress* estadunidense (2) pela *Library of Congress* e propõe três possíveis critérios para essa escolha: (1) recursos disponíveis (2) eficácia e eficiência (3) implicações para implementação.

Ainda em relação a criação do código de Catalogação de Assunto, é interessante que Cutter (1891) iniciou o texto das *Rules* com a seguinte afirmação:

> Nenhum código de catalogação pode ser adotado em todos seus pontos por todo mundo, pois as bibliotecas para estudantes e as bibliotecas para leitura tem objetivos diferentes, e algumas combinam as duas em diferentes proporções.

Ashworth (1955) vê que é imprescindível a utilização de regras para compilação do catálogo. Por isso, o bibliotecário que acredita que bom senso e um conhecimento do alfabeto são suficientes para elaborar, logo descobre que seu senso comum não é compartilhado por demais profissionais e que mesmo o arranjo alfabético oferece a sua própria possibilidade de confusão. A adesão às regras permitem a minimização de erros óbvios, todavia algumas regras podem não refletir as particularidades da biblioteca.

Ranganatham em 1945 criou um código de regras para autor, titulo e Catalogação de Assunto, e criticou a obra de Cutter como falta de precisão, defendeu referências específicas para gerais, bem como do geral para o específico e sugeriu que o processo em cadeia para escolha dos cabeçalhos fosse o mais adequado (BAKEWELL, 1972)

O fato de nunca ter se criado um código específico para os cabeçalhos de assunto ilustra a dificuldade inerente ao processo e as incertezas que ele causa. A obra de Cutter inclui instruções importantes para elaboração dos cabeçalhos de assunto, todavia sua obra não foi aceita como um código. A Catalogação de Assunto foi deixada em segundo plano. A única regra universalmente aceita é a posição que rege os cabeçalhos de assunto: cabeçalho mais específico possível e não como subdivisão de um cabeçalho (ASHWORTH,1955).

Como observado, algumas das dificuldades atuais em relação ao tratamento documental já eram presentes nesse período e se por um lado as técnicas de criação de catálogos avançaram

significativamente principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, por outro, os problemas mais cruciais continuam presentes.

Provavelmente o maior esforço internacional nesse sentido até agora seja a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA (IFLA, 2009), que teve a sua última revisão em 2009. Essa Declaração de Princípios foi aprovada em 1961 pela Conferência Internacional de Princípios de Catalogação, e ficou conhecida como Princípios de Paris[18].

Esse é um trabalho sem dúvida de grande importância e seus objetivos deixam claro que além da descrição física e bibliográfica, a descrição temática tem ganhado um papel de destaque cada vez maior, pois devido ao uso dos *OPACs* entre outras ferramentas eletrônicas que facilitam cada vez mais o intercâmbio de informações, o conteúdo do documento torna-se o foco cada vez mais imponente.

Nesse sentido, a Declaração visa alguns objetivos e é altamente interessante que o principal deles seja "[...] a conveniência do usuário", que possui relação com a visão de Cutter, que o catálogo deveria estar na linguagem natural, mais próxima possível ao usuário e afirma quanto à escolha entre dois nomes para um assunto (CUTTER, 1904, p.69, *tradução nossa*): "Regras gerais, sempre aplicáveis, para a escolha de nomes de assuntos não podem ser dadas mais do que regras sem exceção em gramática. O uso em todos os casos é o árbitro supremo, - o uso, no presente caso, não do catalogador, mas, do público."

Obviamente isto não quer dizer, que a IFLA se viu obrigada a respeitar as opiniões de Cutter, mas demonstra um dos pontos em que Cutter por si só, já possuía uma visão vanguardista.

Ao todo, os Princípios da IFLA são determinados em nove objetivos listados a seguir:

Conveniência do usuário do catálogo: todas as decisões devem ser direcionadas para adequação ao usuário;

Uso comum: o vocabulário para descrição deve estar em acordo com a maioria dos usuários;

Representação: entidades devem ser baseadas na forma pela qual elas próprias se representam;

---

[18] International Conference on Cataloguing Principles (Paris : 1961). *Report*. – London : International Federation of Library Associations, 1963, p. 91-96. Também disponível em: *Library Resources and Technical Services*, v.6 (1962), p. 162-167; and *Statement of principles adopted at the International Conference on Cataloguing Principles,Paris, October, 1961*. – Edição anotada / com comentários e exemplos por Eva Verona . – London : IFLA Committee on Cataloguing, 1971.

Precisão: a entidade a ser descrita deve ser fielmente retratada;

Suficiência e necessidade: deve-se usar somente os elementos de fato necessários;

Significância: os elementos da descrição devem ser bibliograficamente relevantes;

Economia: se houver alternativas para um objetivo, utilizar sempre a que promova maior economia geral;

Consistência e padronização: deve haver a maior padronização nas representações tendo em vista o compartilhamento de dados;

Integração: buscar basear as descrições para todos os tipos de materiais em um conjunto comum de regras.

Certamente, a criação e adoção de um código internacional da magnitude do que se almeja com um código de Catalogação de Assuntos, é uma tarefa que não será levada a cabo em um futuro próximo, mas o fato de estar em discussão e sendo recepcionada ao redor do mundo, demonstra o anseio pela sua existência, e isso por si só poderá trazer avanços a área, que carece de metodologias que melhor norteiem o processo de extração e representação de assunto.

2.5 Síntese dos resultados

Neste capítulo abordamos a Catalogação de Assunto a partir de aspectos históricos e conceituais, que resgatou a construção dos catálogos e cabeçalhos de assunto. Os catálogos se desenvolveram com o propósito de permitir aos usuários a socialização do conhecimento. A partir dessa necessidade inicia-se a representação de assunto nos catálogos através do estabelecimento dos cabeçalhos de assunto. No entanto, durante muito tempo não houve regras que sistematizassem a atribuição dos cabeçalhos, essa atividade era feita pelo bom senso do catalogador.

Outro importante ponto apresentado foi a questão da problemática do assunto ao se definir o que trata um documento. Essa questão abarca uma série de fatores que podem gerar ruídos na Catalogação de Assunto, que deve levar em conta também aspectos éticos e sócio-culturais na hora de atribuir um assunto. Referente a isso a IFLA tem buscado estabelecer princípios que respaldem esse processo, pois a Catalogação de Assunto se caracteriza num processo de vital importância para área de representação, pois permitem o intercâmbio de informações.

O tema sobre Catalogação de Assunto é bastante amplo (embora exista uma carência de literatura) e aborda diferentes questões. A partir desse capítulo verificamos que:

- A Catalogação de Assunto se desenvolveu significativamente pela escola norte-americana;
- Cutter fundamentou parte da sistematização do processo de catalogação nos Estados Unidos. A classificação expansiva desenvolvida por ele serviu de base para construção da LCSH.
- As listas Sears e a LCSH utilizam orientações e métodos propostos por Cutter, usados na grande maioria dos catálogos das bibliotecas estadunidense;
- A Catalogação de Assunto teve sua origem na construção dos catálogos. Há indícios da sua aplicação no século XIV, pois naquela época já se sentia a necessidade de se representar por assunto;
- A presença do uso do bom senso na atribuição dos cabeçalhos de assunto evidencia a necessidade de sistematizar regras;
- Os cabeçalhos de assunto se originaram a partir do uso crescente da utilização das palavras encontradas nos títulos para representar o assunto, mas a técnica mostrou-se insuficiente, o que desencadeou a busca por regras que normatizassem a atribuição de cabeçalhos de assunto;
- Cutter foi o primeiro teórico a sistematizar a prática de construção de assunto;
- Na visão de Cutter os catálogos atuam como instrumentos de busca de informação e devem ser construídos a partir da conveniência do usuário;
- Discutiu-se a necessidade e pertinência da criação de um código internacional de Catalogação de Assunto que forneça um conjunto de princípios, fundamentação teórica e conceitual para orientar o catalogador na atribuição dos assuntos;
- A Catalogação de Assuntos pode ser considerada como um ramo dentro do âmbito maior que é a indexação alfabética de assuntos. A catalogação é vista como uma forma de indexação. A Catalogação de Assunto e a indexação são conceitualmente a mesma atividade, mas na prática elas possuem diferenças. A moderna Catalogação de Assunto não se consiste apenas em lista.

- A catalogação nos Estados Unidos é padronizada na prática pela LC o que limita alternativas de modificações. Já os índices são customizáveis e adaptáveis, pois são originários da instituição.
- Há uma tendência em distinguir os processos de catalogação e indexação a partir de seus produtos. Muitos estudos da representação refletem uma preocupação mais focada no produto final, tais como os índices e cabeçalhos de assunto;
- A LC exerce forte influência através da distribuição das suas listas de cabeçalhos de assunto. O desenvolvimento dos cabeçalhos de assunto pela LC no século XIX inovou a estrutura pela qual os catálogos eram organizados;

Como visto no decorrer do capítulo, Cutter se caracteriza como um marco teórico e histórico da Catalogação de Assunto, por contribuir diretamente para consolidação da área através da sua abordagem teórica e prática. Dessa maneira julga-se pertinente abordar a Catalogação de Assunto numa concepção histórica a partir da contribuição de Cutter para área da representação da informação.

É importante também destacarmos a importância do conceito assunto, levando em conta a presença constante na área e na própria expressão “Catalogação de Assunto”. Assim, no próximo capítulo, apresentamos o referenciaç e discussão sobre este tópico.

3 O CONCEITO DE 'ASSUNTO' (*SUBJECT*[19])

Neste capítulo, temos por objetivo apresentar um panorama do conceito "assunto", no qual abordamos um plano geral de seu desenvolvimento histórico e suas implicações teóricas, pois é um dos vocábulos fundamentais no léxico da área. Mas a exemplo de outros termos, também ainda possui divergência quanto aos seus empregos e definições.

Essa discussão tem sido desenvolvida por diversos autores no decorrer da sistematização da Biblioteconomia e de seus conceitos, e ampliou seu espectro para além da Biblioteconomia permeando toda a área de tratamento temático da informação e o universo mais abrangente da Organização e Representação do Conhecimento.

Assume-se que tal discussão é também especificamente relevante ao presente trabalho ao considerarmos, como exemplo, que na expressão "Catalogação de Assunto" o elemento principal, e ainda assim mais ambíguo é de fato o "assunto", ou seja, é o "assunto" que será transformado em elemento representativo do conteúdo da obra após ser "catalogado".

Também é pertinente salientar o papel da definição dos conceitos para um campo científico, e considerando a proximidade do termo "assunto" com o uso comum, é conveniente destacar que:

> a) a formulação dos conceitos possibilita a ruptura epistemológica com o senso comum, ou seja, é um dos caminhos possíveis para a construção de uma ciência; b) os conceitos são os materiais empregados na elaboração de modelos científicos que, por sua vez, permitem a observação, descrição e interpretação dos objetos teóricos e empíricos de um campo do conhecimento, assim como os fenômenos presentes, passados e futuros a eles relacionados.
> Galvão (1998, p.46).

Para Galvão (1998) essa construção é possibilitada a partir da postura de seus pesquisadores e profissionais, ao exigir dos mesmos: "[...] observação, reflexão e crítica das metodologias e padrões científicos vigentes".

Relacionado a essa preocupação, o trabalho de Dahlberg (1978) também traz considerações acerca da necessidade de enquadramento adequado dos conceitos em suas esferas de utilização:

---

[19] O termo *subject*, em português, é em geral traduzido por assunto. No entanto, no sentido de tentar preservar o pensamento dos autores, quando julgamos conveniente, o termo *Subject* foi mantido no original.

> Às vezes podemos formular a respeito dos conceitos gerais apenas alguns enunciados. Dizemos, então, que sobre os objetos representados possuímos apenas noções vagas. Tratando-se da comunicação do dia a dia tal imprecisão pode não acarretar grandes conseqüências. Tais conceitos podem ser já suficientemente conhecidos ou podem também ser analisados com maior precisão. Quando, porém, se trata de linguagens especializadas as conseqüências podem ser desagradáveis. Neste caso deve-se fazer todo esforço para que os conceitos sejam definidos com toda precisão. (DAHLBERG, 1978, p.101)

Posicionamos tais considerações observando a sua pertinência para a justificativa desta seção do trabalho que lida exclusivamente com uma discussão teórica preocupada com a sedimentação conceitual de um termo já amplamente empregado.

Como observou Albrechtsen em 1993, o conceito de “assunto” permaneceu alguns anos em um “sono mágico” entre a comunidade de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Para a autora esse “sono mágico”, no entanto, é interrompido vez por outra, e o assunto retoma a sua “longa e rica história”, na qual o termo também tem sido abordado nos discursos menos pragmáticos da filosofia e da literatura (JOUDREY, 2005)

Já no discurso mais pragmático da Ciência da Informação e Biblioteconomia, busca-se para o assunto, um caráter mais objetivo, mas que no entanto, tem se mostrado ainda relativamente frágil. Como afirmam Dias e Naves (2007, p.):

> A extração de conceitos tem como produto um assunto, que representa o conteúdo informacional de um texto. Parece uma coisa óbvia explicar o que é assunto. No entanto, para muitos, esse termo é considerado ambíguo. É um conceito impreciso e difícil de definir e ensinar. A essência do tema e sobre o que o autor escreveu são outras formas de designar *assunto*.

Para Joudrey (2005) não é difícil ir do termo assunto aos termos relacionados, mas mais filosóficos: significado (*meaning*), compreensão (*understanding*), interpretação (*interpretation*) e idéia (*idea*).

Tal discussão, embora já possua um considerável lastro na literatura internacional, tem tido ainda pouco espaço na literatura nacional, no qual podemos mencionar os trabalhos de Dias e Naves (2007), Fujita (2003), Guimarães e Moraes (2006).

Furlaneto Neto (2008) aborda essa discussão como um tópico subjacente à sua pesquisa de doutorado, na qual investiga o papel do campo *assunto* das mensagens eletrônicas (*e-mails*)

distribuídas via internet, buscando analisar sua estrutura e identificar mensagens com potencial de violação da segurança dos usuários.

Furlaneto Neto (2008) sintetiza adequadamente a questão:

> [...] a abordagem específica do assunto na Ciência da Informação integra, formalmente, o escopo, ou melhor dizendo, a própria essência da organização da informação, notadamente naquilo que se convencionou denominar organização temática da informação (em contraposição à organização dos elementos extrínsecos ou descritivos da informação).

Embora os trabalhos mencionados sejam explícitos quanto à discussão do conceito de assunto em si, essa questão está também subjacente a outros trabalhos que se preocupam com o procedimento intelectual/técnico de análise, síntese e determinação dos assuntos de uma obra, ou seja, trabalhos relacionados com a representação e acesso temáticos em geral.

Dessa forma, pode-se dizer que é um conceito transversal à grande parte da Ciência da Informação.

3.1 Definições gerais de assunto

De origem etimológica do latim *Assumptum* (MAGALHÃES, 1946), nos dicionários brasileiros algumas definições do termo assunto são:

Em Bueno (1968, p.396): “Tema, objeto, idéia, pensamento, sujeito sobre o qual se discorre”.

No dicionário de Magalhães (1946 p.171) temos “assunto” como: “Matéria de que se trata num escrito, numa conversação etc. Tema, argumento, objeto”. Na mesma concepção Sacconi (1996, p.73) define como “aquilo que se trata, oralmente ou escrito, matéria a ser desenvolvida, o objeto”.

Em Lopes (1987, p.74) e Olinto (2000, p.85) encontramos ainda: “Matéria de que se trata; tema que se versa ou está por versar-se; atenção; argumento”.

Em linhas gerais, a sinonímia apresentada com “tema” traz ainda outras significações: “Assunto, problema, proposição, tese, contexto, tópico, enredo, mote, escopo, objeto, motivo, argumento, ação, idéia que deve ser discutida”.

Dessa forma, é nítido que as possibilidades de variação para assunto são bastante abrangentes, mas mesmo que não haja no vocabulário comum qualquer preocupação formal com essas definições, na comunicação cotidiana isso não chega, em geral, a se transformar em um "ruído" de comunicação.

Mas se por um lado, no vocabulário do senso comum não há a preocupação com as definições estritas de "assunto", já no meio especializado essa tem sido uma preocupação latente nas mentes de pesquisadores preocupados com a fundamentação conceitual da área.

3.2 Discussões especializadas para o "assunto"

Os estudos teóricos que abordam as definições para o termo "assunto" evidenciam uma preocupação basilar, comum a qualquer campo científico: a correta definição dos termos e assim a sua utilização adequada.

Mas diferente de outros termos mais específicos que, deslocados de suas disciplinas ou de seu contexto, criam ruídos óbvios de comunicação e não passam despercebidos, o termo "assunto" é tão largamente utilizado tanto no vocabulário cotidiano quanto no vocabulário da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que em geral, pode não chamar a atenção.

No entanto, alguns pesquisadores já apresentaram essa preocupação e assim, o debate relacionado apresenta um considerável *corpus.* Talvez insípido se comparado a outros conceitos que entram e saem de foco (ou de moda), mas com um papel de relevância para a fundamentação teórica da área, tendo em vista seu emprego em diversos conceitos e expressões.

O termo "assunto" engloba implicações desde a sua utilização singular, como vemos em Reitz (2004, p. 690):

> Assunto: Qualquer dos tópicos ou temas de um trabalho, afirmados explicitamente no texto ou no título ou implícito em sua mensagem. Em catalogação, é atribuído a um livro ou outro item um ou mais *cabeçalhos de assunto* como pontos de acesso, para auxiliar usuários na localização de seu conteúdo pelo assunto. Em serviços de indexação e resumos, os cabeçalhos atribuídos para representar o conteúdo do documento são chamados *descritores*.

E em Harrod´s (1996, p.619):

> Assunto: 1. O tema ou temas de um livro, afirmados no título ou não. 2. (Indexação) Uma unidade conceitual encontrada em, ou derivada de, manuscrito ou material literário publicado. Pode ser encontrado, ou expresso, como um tema, nome, data, primeiro verso de um poema, título de um livro, ou uma expressão cunhada para representar a essência de um material indexado, etc.

Tais definições, que já se demonstram bastante prolíficas, acentuam-se quando o "assunto" é associado a outros termos ou então surge em contextos ainda mais específicos dentro da área.

Nos dois dicionários mencionados, que são dicionários especializados em Biblioteconomia e Ciência da Informação, aparecem ainda outras expressões como: *Subject catalogue*, *Subject cataloguing*, *Subject concepts*, *Subject analysis*, *Subject heading*, entre outras.

Dessa forma, nas expressões que encontramos consolidadas na literatura, tais como: "análise de assunto", "Catalogação de Assunto", "representação de assunto" e "cabeçalho de assunto", o termo "assunto" pode assumir diferentes conotações? Então o que é esse elemento que pode ser: analisado, catalogado, representado e transformado em um produto (cabeçalho)? Sua definição em cada caso é passível de discussão?

Em breve comparação: ao abordar a Catalogação Descritiva, tem-se claramente que o que será catalogado é um item físico ou mesmo que esteja em formato eletrônico, os pontos de representação a serem observados e descritos, estão razoavelmente claros e definidos por normas, regras e padrões. O mesmo não acontece com a busca pelo "assunto".

A análise do percurso histórico do termo assunto demonstra como assumiu diferentes significados e sua noção ainda é relativamente imprecisa (METCALFE, 1973; HJORLAND, 2007).

O problema intensifica-se a medida que outros questionamentos são realizados, como por exemplo, qual o processo mental/subjetivo da determinação de um assunto em um dado documento (BEGHTOL, 1986; SAUPERL, 2002; FUJITA, 2003) ou, quais as concepções que podem determinar qual será a forma de investigação do "assunto", como por exemplo a abordagem filosófica de Hjorland (1992, 2007) ou relacionada à Lingüística Textual conforme proposto por Hutchins (1977) e também investigado por Beghtol (1986), e retomado por Moraes e Guimarães (2006).

Embora não tenha se ocupado de uma definição conceitual do termo assunto, A. C. Foskett lançou em 1969[20] um dos clássicos da representação temática, no qual abordou os principais sistemas de classificação e indexação e as características fundamentais dos sistemas de recuperação da informação.

Se por um lado, Foskett não busca apresentar uma definição conceitual, a importância da obra para essa seção se dá pelos aspectos levantados pelo autor quanto à dificuldade intrínseca ao ofício da representação temática.

Foskett (1973) analisou problemas relacionados à determinação dos assuntos e suas relações. O autor enfatiza a importância da determinação de assuntos:

> [...] os sistemas que dependem do próprio documento, em particular os que adotam títulos, tendem a ser insatisfatórios de muitas maneiras. Por isso, somos forçados a desenvolver um sistema próprio de cabeçalhos, e a maneira mais satisfatória de fazer isso é começar analisando os assuntos que encontramos numa coleção de documentos, a fim de determinar exatamente quais os assuntos que podemos identificar e quais as relações que podem existir entre eles.

Para Foskett, a divisão inicial dos assuntos ocorre em duas grandes categorias: "[...] aqueles que dizem respeito a um único conceito, e que podemos chamar de assuntos *simples*, e aqueles que dizem respeito a mais de um conceito, e que podemos chamar de assuntos *compostos*.".

Foskett analisa ainda os problemas relacionados à denominação dos assuntos, entre os quais: questões de sinonímias e homonímias, a ordem dos conceitos e dos termos na construção do cabeçalho, a escolha do termo adequado a cada conteúdo a ser representado.

De fato, a preocupação não é apenas quanto à uma definição conceitual, mas também se essa definição proporcionará um impacto operacional, ou seja, se irá refletir nos processos de análise e interpretação da informação a ser representada.

Essa não é uma preocupação recente. Como sabemos, está no âmago da área: a necessidade de tornar "a informação" em qualquer suporte ou formato passível de ser localizada e acessada pela sociedade, sendo este um dos motivos principais da existência e necessidade da Ciência da Informação.

Mas para que isso se torne viável é necessário que a informação seja organizada de forma a ensejar o seu trânsito em meio ao crescente volume de documentos gerados nos mais variados

[20] A obra consultada foi a edição brasileira de 1973.

tipos de suportes. Contudo, para que o bibliotecário possa alcançar esses objetivos, é necessário que em primeiro lugar ele possa definir: *"Do que trata o documento?"* (HUTCHINS, 1977) que possui em mãos ao analisá-lo.

Para Hjorland (2007), Ranganathan é o primeiro pesquisador a oferecer uma definição explícita do conceito de assunto, ao enfatizar que o assunto é na verdade a combinação de idéias estruturadas que fazem sentido em um campo específico.

Dias e Naves (2007) observam que Giasson (1993) faz a distinção entre assunto e idéia principal, mas que há uma confusão também entre as duas expressões:

> O primeiro pode ser descoberto quando se pergunta de que trata um artigo, e o segundo quando se pergunta sobre qual é a coisa mais importante que o autor nos quer dizer, no texto, esperando-se, aí, obter, como resposta, uma idéia principal.

Na investigação do processo de indexação, Todd (1992, p.101, tradução nossa) também ressalta a diversidade de definições para assunto, onde para:

- Kaiser: assuntos são as "coisas em geral, reais ou imaginárias (podem ser chamadas de *concretos*), e as condições associadas (*processos*)";
- Coates: assunto é a abstração da idéia geral (*overall idea*) incorporada no conteúdo de uma unidade literária;
- Vickery: se refere ao *tema* no qual livros, partes de livros, artigos ou partes de artigos são escritos;
- Borko e Bernier: definem como o foco de um trabalho, o tema central para o qual o autor direciona atenção e esforços;

Para Wellisch (s.d. *apud* JOUDREY, 2005) o assunto é qualquer conceito ou combinação de conceitos representando o conteúdo de um documento; o resumo dos tópicos de um documento.

Para o próprio Joudrey (2005) uma abordagem filosófica de assunto, compartilhada por todos, é desnecessária e impossível. No entanto, mesmo reconhecendo não ser possível uma visão objetiva universal do conceito, também não se pode abandoná-lo ao relativismo. Considera como

de fato importante é que alcancemos uma profunda compreensão dos fatores ligados ao processo de determinação dos assuntos. Ou seja, uma visão bastante pragmática.

A ISO[21] também buscou apresentar definições para assunto, no entanto, Hjørland (2007) realizou uma revisão histórica do termo a partir do século XIX e afirma que a concepção de Cutter é melhor do que as outras que dominaram o século XX, incluindo a definição da ISO, pois para Cutter a definição do assunto depende de um processo social no qual seu significado é estabilizado.

Ranganathan (1964) apresenta especial preocupação com o termo e busca a exaustão das definições de "*subject*".

Começa por definir "*subject*" como: *"Thought-content of a document"*, ou seja, o "pensamento-conteúdo de um documento".

Para Ranganathan, derivada da noção de "*subject*" há também as noções de *"Basic subject"* e *"Isolate"*. *Basic subject* implica um assunto de "larga extensão", ou seja, um assunto abrangente de forma a permitir a sua subdivisão a partir de suas características específicas ou gerais.

Na definição de Ranganathan, isto permite que um documento escrito sobre um determinado assunto, venha a ser encontrado tanto por especialistas como pelo público em geral.

A partir disso Ranganathan ainda propõe os termos:

- *"Facet":* como um termo genérico para *"Basic Subject"* e *"Isolate"*, e:

- *"Focus"*, como um termo genérico para *"Subject"*, *"Basic Subject"* e *"Isolate"*.

Este pode ser categorizado ainda em: *"Overall Focus"* (Foco Geral), *"Basic Focus"* (Foco Básico) e *"Isolate Focus"* (Foco Isolado). Os dois últimos podem ainda ser designados respectivamente, como *"Basic Term"* (Termo Básico) e *"Isolate Term"* (Termo Isolado).

Para Ranganathan, pode-se falar ainda de *"Constituent Facets of a Subject"* (Facetas Constituintes do Assunto).

Essas facetas constituintes são o *"Kernel"* e o *"Kernel Term"*, respectivamente o "Núcleo" e o "Núcleo do Termo".

---

[21] *"Subject: Anything whatsoever, regardless of whether it exists or has any other specific characteristics, about which anything whatsoever may be asserted by any means whatsoever." ISO 13250-1, retirado de: http://www1.y12.doe.gov/capabilities/sgml/sc34/document/0446.htm#overview)*

Obviamente, esse esforço de Ranganathan, parte da sua preocupação com a cientifização dos fundamentos biblioteconômicos. Preocupação a qual lhe deu posição de destaque na história da Biblioteconomia.

Por outro lado, Metcalfe (1973), conforme ressaltado por Hjorland (2007), assume uma postura crítica com relação às definições de Ranganathan.

Para Metcalfe (1973, p. 314, tradução nossa), que se refere a essas especificações de Ranganathan como "*Ranganathanites*" e aponta uma *"Ranganathanite school"*, como criadora dessas definições "para si própria, com suas prolíficas terminologias e metafísicas", chamando-a inclusive de pseudo-ciência.

Metcalfe (1973) busca uma discussão do conceito de "assunto" no âmbito dos sistemas de recuperação da informação, restrita ao seu significado técnico e terminológico e, entendido ou assumido, por aqueles que necessitam consultar esses "oráculos". O autor aponta ainda que outros termos foram importados de outras áreas, mas não criaram problemas pois não faziam parte do vocabulário comum, enquanto que o termo "assunto" foi adotado da Lógica, mas através do uso comum.

A conclusão de Metcalfe (1973) é de que o termo "assunto" não é um termo satisfatório para ocupar a posição de um termo técnico em recuperação da informação devido a sua grande ambigüidade.

De qualquer maneira, Hjørland é bastante instigante ao trazer um questionamento de ordem pragmática: como uma compreensão teórica do termo "assunto" pode ser útil na decisão de princípios para a análise de assunto? Se o bibliotecário souber claramente aquilo que está procurando, certamente terá mais facilidade no processo de análise de assunto.

Dessa forma, um questionamento pertinente é se a falta de uma definição conceitual realmente causa problemas na prática dos profissionais da área, pois como afirma Dias (2004, p. 149):

> [...] quando alguns autores usam a expressão determinar *de que trata* um documento, estão evitando, propositadamente, o uso da palavra assunto nesse contexto. Isso não é sem razão. Muitos autores consideram o termo assunto inapropriado, para dizer o mínimo.

Relativos a essa discussão a prática da representação temática ocorre de uma forma geral tendo uma espécie de consenso coletivo, conforme lembra Lancaster (2003) ao afirmar que: "Estas expressões talvez não sejam muito precisas e não é fácil definir 'trata de' e 'tem por

assunto'. Apesar disso, são expressões que soam aceitáveis para a maioria das pessoas, sendo por elas compreendidas".

Isso está também de certa forma relacionado com a afirmação de Hutchins (1977, p.01) na qual diz que: "[...] nós não precisamos saber como os indexadores chegaram a uma descrição particular do conteúdo de um documento, tudo que importa é se permite aos usuários encontrar o documento quando requerido.", e assim, expõe uma realidade em nossa área, ou seja, mesmo que não haja clareza quanto aos conceitos e ao processo, o propósito final é evidente.

Ainda por outro lado, como prossegue o próprio Hutchins (1977), até poderíamos estar felizes com essa visão, se não estivéssemos conscientes da ineficiência de muitos instrumentos construídos atualmente.

Observa-se que a discussão ao redor do "assunto", é um campo prolífico em nossa área e sua abordagem traz questionamentos pertinentes ao desenvolvimento de propostas que visem suprir a necessidade de metodologias e definições em torno da exploração temática.

Por outro lado, mesmo que esteja longe de se chegar a um consenso em torno do termo, a necessidade objetiva pela recuperação da informação precisa ser suprida e com esse objetivo se desenvolvem as disciplinas documentais e as ferramentas necessárias para o registro e acesso aos conteúdos informacionais.

3.3 A questão do "*aboutness*"

Na discussão a respeito do conceito de "assunto" buscou-se restringir ao debate conceitual do termo. No entanto, quando falamos sobre a Catalogação de Assunto e as questões inerentes a ela, uma dificuldade permanece em evidência: **como** saber em um determinado documento qual é o seu assunto? Ou, **como escolher** em um documento o assunto ou assuntos que melhor possam representá-lo?

Vale ressaltar que essa dificuldade é existente em todas as propostas de tratamento temático, pois nenhuma conseguiu ser suficientemente clara a esse respeito e dessa forma, mesmo que a vertente da Catalogação de Assunto traga o termo em sua própria nomenclatura, essa

indefinição permeia toda a área da Ciência da Informação e é comum também a outros campos de conhecimento como as Letras, Linguística e Análise do Discurso entre outras.

No entanto, para a nossa área essa é uma dificuldade crucial, pois como afirma Hutchins (1977) o ponto nuclear da Ciência da Informação é justamente determinar "do que trata o documento?", conforme já apontamos anteriormente.

Diante da dificuldade de lidar com uma definição do conceito de assunto e sua utilidade operacional, tem havido tentativas de sanar essa questão sendo uma delas, o surgimento do conceito de *aboutness* que tem tomado corpo como uma área significativa de investigações.

Uma dessas investigações foi realizada por Joudrey (2005). Para o autor, a distinção entre assunto e *aboutness* ocorre a partir do momento em que prefere usar o termo assunto para uma abordagem mais filosófica e interpretativa do conteúdo dos documentos, os quais podem ocasionar diferentes significados.

Já o termo *aboutness*, é então definido pelo autor como relacionado a uma abordagem pragmática, ou seja, para o processo ou resultado da determinação dos assuntos de um documento.

Essa distinção, embora não consensual, é para Joudrey (2005), apenas puramente conceitual, mas tem sua utilidade já que segundo o autor, a área não tem trabalhado para essa distinção, sendo que na verdade, o foco foi voltado às abordagens pragmáticas de determinação dos conceitos de um documento, enquanto ocorrem escassas tentativas de exploração filosófica da complexa natureza do conceito de assunto.

O trabalho de Beghtol (1986) destaca-se como uma das investigações preocupadas com esse processo de determinação dos conceitos ocorrido durante a análise textual.

A autora realiza um levantamento histórico do desenvolvimento do conceito de *aboutness*, e aborda a Lingüística Textual e o processamento cognitivo na leitura de documentos através da obra de Van Dijk.

Ressalta Beghtol (1986) a distinção entre o *aboutness* e os *meanings* em contraponto às outras propostas sugeridas. Como Boyce que atribui: "topicalidade" e "informativo". Fairthorne que rotula o *aboutness* como "extensional" (quando é intrínseco ao documento) e "intensional" (referente ao sentido que lhe é aplicado).

Por sua vez, para Van Dijk seria a “atribuição normal de relevância” quando o tema é intrínseco ao documento e “atribuição diferenciada de relevância” quando se atribui sentidos ao documento.

Hutchins (1977) buscou o aporte da Lingüística Textual para a exploração temática de documentos. E em seu trabalho é importante destacar a noção de tema e rema, cujo tema é aquilo que é enunciado em determinada sentença (segmento comunicativo estático) e o rema é o que se agrega de informação a esse elemento (segmento comunicativo dinâmico).

Embora em termos de nomenclatura o conceito “*aboutness*” possa ser relativamente novo, o problema por ele expressado é enraizado na história da área. A questão da determinação temática tem sido um alvo de preocupação que acabou sendo explorado por diversos prismas, e assim foi tratado por tema, tópico, ou simplesmente assunto (que por sua vez já possui uma discussão na área).

De qualquer forma, em português o termo *“aboutness”* não apresentou um consenso quanto á sua tradução e foi tratado como: temacidade, atinência, tematicidade, sobrecidade. Essa diversidade na literatura nacional foi explorada no trabalho de Guedes (2009) no qual foi realizado o levantamento desses termos nos principais periódicos da área.

Neste nosso trabalho adotamos o termo tematicidade seguindo a linha da própria orientadora, que exprime o problema fundamental dessa questão (FUJITA, 2003, p.78):

> A tematicidade é pertinente à análise de assunto porque estamos tratando de seu objetivo principal que é a identificação do assunto ou tema mediante análise conceitual composta de identificação e seleção de conceitos. Podemos dizer que o assunto ou tematicidade do documento é o cerne principal e mais carente de esclarecimentos dentro dos estudos em análise documentária.

Na pesquisa de Guedes (2009), as definições de assunto são analisadas em paralelo com o conceito de *aboutness*, a partir do qual percebe-se uma considerável confusão na literatura entre os dois conceitos e a sua utilização de forma ambígua na literatura nacional.

Vale destacar que embora o tipo de documento mais explorado pela área sejam os técnico-científicos, também há a preocupação com textos literários narrativos como apontam os estudos desenvolvidos por Moraes e Guimarães (2006; 2008), Moraes (2008) e Moraes e Damazo (2008).

Nesses estudos os autores propõem bases epistemológicas e perspectivas metodológicas para identificação do *aboutness* a partir do percurso gerativo de sentido. Tendo em vista que este

tipo de literatura apresenta uma estrutura tipológica com características distintas de textos técnico-científicos.

Enquanto a distinção clara entre assunto e *aboutness* não encontrou resultados ainda conclusivos, devido à profusão de definições e opiniões. Os processos relativos à investigação do processo de determinação do assunto, ou determinação do *aboutness*, indicam o aprofundamento da pesquisa na área cognitiva. Conforme ressaltam os trabalhos de Saurpel (2002); Fujita (2003); Fujita (2009), Fujita, Rubi e Boccato (2009).

Estes estudos tiveram por objetivo analisar o contexto sociocognitivo do profissional catalogador durante o processo de análise de assunto, com o propósito de identificar condutas teórico práticas em bibliotecas universitárias. Os resultados obtidos apontam inexistência de sistematização de metodologias ou condutas profissionais uniformes para a Catalogação de Assunto.

3.4 Síntese dos resultados

Nesse capítulo apresentamos questões inerentes às dificuldades de conceituação do termo assunto. Problemática presente em diferentes áreas do saber, mas que afeta principalmente a área de Organização da Informação, responsável pela identificação e representação do assunto em vocabulário controlado.

A partir desse estudo pudemos perceber os seguintes aspectos:

- Compreender os conceitos da área são imprescindíveis, pois possibilita uma ruptura epistemológica com o senso comum, ou seja, é um dos caminhos possíveis para a construção de uma ciência;
- O conceito de assunto permaneceu alguns anos em um “sono mágico” entre a comunidade da Ciência da Informação;
- A preocupação com a significância do termo assunto também tem sido abordado nos discursos menos pragmáticos da filosofia e da literatura;
- No discurso pragmático da Ciência da Informação o conceito de assunto é relativamente frágil, devido a carência de estudos;

- As possibilidades de variação para assunto são bastante abrangentes a partir do senso comum;
- No percurso histórico o termo assunto assumiu diferentes significados;
- O termo assunto engloba implicações desde a sua utilização singular;
- O problema com relação ao assunto se intensifica no processo intelectual de identificação do assunto;
- Para Foskett a divisão inicial do assunto ocorre em duas categorias: compostos e simples;
- A definição conceitual pode refletir nos processos de representação de assunto.
- Para Ranganathan o assunto é na verdade definição de idéias;
- Para Metcalfe o termo "assunto" não é um termo satisfatório para ocupar a posição de um termo técnico em recuperação da informação devido a sua grande ambigüidade;
- Segundo Joudrey a diferença entre assunto e *aboutness* ocorre a partir do momento em que prefere usar o termo assunto para uma abordagem mais filosófica e interpretativa do conteúdo dos documentos, os quais podem ocasionar diferentes significados;
- Já o termo *aboutness*, é então definido pelo autor como relacionado a uma abordagem pragmática, ou seja, para o processo ou resultado da determinação dos assuntos de um documento;
- O conceito *aboutness* apresenta distintas traduções: tematicidade, temacidade, atinência e sobrecidade;
- Para efetividade do processo de identificação de assunto é importante buscar compreender o que o assunto representa.

A preocupação com o conceito assunto está presente na Ciência da Informação entre os termos que buscam maior concisão conceitual, dessa forma ocupa um lugar nos estudos referentes à representação da informação. Porém, foi a partir da obra de Cutter que ganhou maior destaque na comunidade científica.

Contudo, por mais de meio século a preocupação em torno do assunto basicamente consistia em como construir as entradas de assunto no catálogo, poucos foram os estudos

relativos ao complexo processo de delimitação do tema e principalmente com a definição de seu conceito.

De qualquer forma, este conceito tem conquistado um aumento na discussão ao seu redor, e assim sido abordado por eminentes pesquisadores da área, inclusive pela sua relação com o termo *aboutness*, a qual gera certa confusão pois são muitas vezes considerados como sinônimos, embora haja divergências quanto a isso.

A partir da metade do século XX o foco se ateve ao processo de determinação do assunto efetuado durante a leitura documental, pois profissionais e estudiosos perceberam quão complexo era o processo de "[...] *desmontar* do conteúdo temático do suporte de informação" (GUIMARÃES, 2003, p.111) que resultava na seleção dos termos mais apropriados à representação. Processo extremamente responsável em possibilitar ou não a busca e recuperação do documento.

A identificação ou determinação do assunto se caracteriza como núcleo central na área de representação da informação e suscita questões relativas a delimitação do que seria exatamente o assunto no documento. Pois a CI, enquanto área em consolidação traz, em sua abrangência, termos e conceitos que necessitam ainda de maior investigação e respaldo quanto ao seu significado e utilização na área, tendo em vista não apenas definir o escopo de cada segmento investigativo, mas também evitar possíveis ambigüidades e imprecisões conceituais, que, sem dúvida, são prejudiciais a qualquer área, mas principalmente à CI, que se propõe dentre muitos objetivos, ao estudo documental/informacional, aproximando-se de outras disciplinas e campos científicos.

4 CUTTER E A CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO

Ao resgatar a história da moderna Biblioteconomia podemos considerar Charles Ammi Cutter a partir dos seus trabalhos como um dos principais precursores pela busca de sistematização do funcionamento das bibliotecas e também pela eficiente e padronizada Catalogação das obras, incluindo a ênfase na criação dos catálogos de assuntos.

Dessa forma, a vida e obra de Cutter se caracterizam como um dos principais marcos não apenas para a área de catalogação, mas de todo o universo das bibliotecas e do seu papel social. Assim os objetivos propostos por Cutter, inferem questões relativas ao papel do bibliotecário enquanto mediador da informação.

A abordagem de um personagem tão singular e distante no tempo, na cultura e na geografia quanto Charles Cutter nos impede de alcançar ou mesmo pretender uma “avaliação” ou abordagem definitivas de sua história e obra. Obviamente, não foi esse nosso objetivo.

A importância de Cutter para esse trabalho, se sedimentou na sua própria importância quanto ao desenvolvimento da Biblioteconomia e dos catálogos ao final do século XIX e ao longo do século XX.

No entanto, tal importância foi pouco explorada na literatura nacional, levando em consideração que enquanto permeia como uma figura emblemática as mentes de estudantes e profissionais de Biblioteconomia no país, pouco se divulgou de fato sobre ele no Brasil além das citações de suas *Regras para o Catálogo-dicionário* (mais especificamente as que tratam dos objetivos dos catálogos) e a “Tabela”, “Código” ou “Número de Cutter”, que pode-se dizer um dos instrumentos dominantes nas nossas bibliotecas.

Pretendemos nessa etapa o esforço em buscar as referências, sintetizar obras de maior interesse e apresentá-las com o intuito principal de proporcionar uma aproximação ao legado de Cutter.

Haja vista a própria ausência de literatura brasileira relacionada e considerando que fomos marcados pela Biblioteconomia norte-americana e esta por sua vez, deve a Cutter grande parte de seu desenvolvimento, importante se faz que busquemos reconhecer esta ramificação de nossa “ascendência genealógica”.

4.1 Síntese biográfica de Charles Ammi Cutter

Apresentamos em ordem cronológica as principais datas e eventos relacionados à biografia de Cutter.

A trajetória a seguir foi fundamentada nas seguintes obras: Foster (1903), Miksa (1974, 1977), Wedgeworth (1993, 3ª ed).

Fig 02: Retrato de Charles Ammi Cutter
Fonte: *Boston Athenaeum*.
Disponível em: www.bostonathenaeum.org/node/545

Quadro cronológico	
1837 – 14/mar	Charles Ammi Cutter nasce na cidade de *Boston – Estados Unidos da America*. Filho de Caleb Champney Cutter e Hannah (Biglow) Cutter. Sua mãe faleceu após um mês de nascimento.
1839	Seu pai casa novamente e Cutter é enviado para *West Cambridge* (*Massachussets*), para morar com o avô (Ammi Cutter) e três tias. Foi introduzido ao mundo das bibliotecas bastante cedo, devido à uma das tias ser bibliotecária em uma pequena biblioteca da cidade. É também criado na atmosfera religiosa da igreja *Unitarian*[22].
1840	Entrou para a *Hopkins Classical School*, com auxílio dos fundos da instituição *Hopkins Trust*.
1850	Com a morte do avô, Charles e suas tias mudaram para *Cambridge*.
1851	Com ajuda dos fundos da *Hopkins Trust*, foi matriculado na *Harvard College*. Distinguiu-se como estudante sério e dedicado durante os quatro anos do curso. Nesse período estudou literatura francesa, ciências e matemática com bastante interesse. E através do professor Francis Bowen, tomou contato com a escola escocesa da filosofia do senso comum[23], que acabou por fundamentar o seu pensamento e sua visão da teoria de classificação.
1855/6	Graduou-se aos 18 anos, e incerto sobre a carreira a seguir, tornou-se professor particular e matriculou-se no curso de matemática na *Harvard´s Lawrence Scientific Institute*.
1856	Com novo auxílio da *Hopkins Trust*, matriculou-se na *Harvard Divinity School*.
1857/9	Distinguiu-se novamente ao ganhar o prêmio *Bowdoin Prize Dissertation*.

[22] A religião *Unitarian* fundamenta sua fé em Deus enquanto um ser único, negando a santíssima trindade. Fizeram parte proeminentes nomes da história dos EUA, como o poeta Ralph Waldo Emerson e o presidente Thomas Jefferson. A *American Unitarian Association* foi criada em 1825.
Fonte: *American Unitarian Association*. Disponível em:<http://www.americanunitarian.org>.

[23] A escola filosófica escocesa, também chamada de "filosofia do senso comum", iniciou-se com Thomas Reid em 1758, e tem como tese, entre outras, que o senso comum é uma faculdade que percebe a verdade por meio de um "impulso instantâneo, instintivo e irresistível", equivale à razão, sempre que esta seja entendida como algo mais que a argumentação; as verdades evidentes proclamadas pelo senso comum não podem ser demonstradas, apenas "mostradas".(MORA, 1996)

	Mesmo tendo sido preparado ao longo do curso para se tornar ministro paroquial, decidiu não seguir esse caminho, provavelmente devido à timidez e preocupação com a perspectiva de ocasionalmente ter de fazer pregações, embora o tenha feito após a graduação. Nesse período, ainda enquanto bibliotecário estudante tomou posse no cargo mais determinante para sua obra futura, e assumiu a biblioteca da *Divinity School*; Passou a ganhar notoriedade no cargo, devido ao entusiasmo e rigor sistemático aplicados em seu trabalho e que o caracterizaram; evidenciou esses talentos com a publicação de relatórios anuais. Após a formatura, entrou em um período de estudos independentes. Falece uma das suas três tias.
1860	Tal experiência na *Divinity School* pôs Cutter em contato com Ezra Abbot, bibliotecário assistente e catalogador chefe da *College Library* e que se entusiasmou com a habilidade de Cutter. O trabalho de Cutter já se mostrava influente em outras bibliotecas e nesse ano, Cutter entrou para a equipe da *Harvard College* como assistente de Ezra Abbott. Esse trabalho serviu como laboratório para questões que Cutter explorou ao longo da sua carreira, entre elas, Cutter se deparou com os problemas de uma coleção imensa e em rápido crescimento, instalações físicas complexas, processos internos, acesso à coleção pelos usuários e práticas administrativas. A influência mais importante de Cutter foi Ezra Abbott, com quem dividiu decisões pessoais e acadêmicas. Cutter aprendeu com Abbott as bases sistemáticas do sistema de classificação da biblioteca e o auxiliou no planejamento do catálogo sistemático.
1863	Cutter casou-se com Sarah Fayerweather Appleton, com quem teve três filhos ao longo dos próximos cinco anos. Além deles, moram com Cutter as outras duas tias, uma cunhada com o marido e as empregadas da casa. Dessa forma, Cutter necessita de acréscimo financeiro e se esforça em uma série de outros trabalhos além da *Harvard College Library*: indexou trabalhos acadêmicos e compilou catálogos; deu assistência como perito em bibliografias, para Joseph Sabin (*A Dictionary of Books Related to America*) e Ezra Abbott. Provavelmente em conexão com Sabin, publicou seu primeiro livro: uma edição limitada para a sua tradução de uma parte do "*Manuel du Libraire*" de Brunet.

	Trabalhou ainda por um período como assistente de catalogação na *Boston Public Library*, onde trabalhou com Jewett. Nesse período inicia ainda sua carreira literária contribuindo com a *North American Review* e *Nation*, para a qual escreveu por 35 anos.
1868	No final desse ano, devido à sua notoriedade na catalogação, capacidade administrativa e realizações acadêmicas, foi convidado a ser bibliotecário do prestigioso *Boston Athenaeum*[24].
1869	Em 01 de janeiro, assume o cargo e é reeleito por 23 anos. O *Athenaeum* possuía grande reputação, junto com Harvard eram os pontos principais da influente comunidade intelectual de *Boston-Cambridge* e Cutter continuou a tradição bibliotecária estabelecida na instituição principalmente por Charles Folsom (1845-1856) e William F. Poole (1856-1868). Cutter acrescentou seu forte senso de prioridades administrativas ao funcionamento da biblioteca.
1869/80	Esse foi um período de grande sucesso pessoal e profissional. Cutter conseguiu, em consonância com os objetivos culturais do *Athenaeum*, ampliar seus serviços e aplicar a sua visão sistemática da Biblioteconomia. Cutter não apenas expandiu o uso da biblioteca pelos usuários do próprio *Athenaeum*, como também para usuários externos, no que sofreu eventuais oposições dos administradores da instituição. No entanto, incentivado pelos líderes de outros *Athenaeum´s* como Charles Deane, Francis Parkman e Samuel Eliot, Cutter conseguiu convencer os administradores, e como resultado a circulação da biblioteca aumentou muito durante a década. Ainda outras realizações de Cutter a frente do *Athenaeum* foram: • Dar um papel ativo ao *Athenaeum* na comunidade de bibliotecas americanas; • Incentivou a criação de um serviço de empréstimos entre os

[24] O *Boston Athenaeum* foi aberto em 1807 como a *"Anthology Reading-Room and Library"*, afiliada à revista *The Monthly Anthology*. Na Grécia Antiga o *Athenaeum* foi o templo de Athena, onde professores davam aulas, oradores e poetas ensaiavam. O significado evoluiu para um local no qual eram disponibilizados livros e periódicos para leitura. Em 1822, em Manchester na Inglaterra, seu significado era o de clube literário, sala de leitura ou biblioteca associada a alguma instituição. Tal foi o significado adotado na América, surgido inclusive a partir do conceito de "bibliotecas sociais" *(social libraries)*, iniciado por Benjamim Franklin, nascido em Boston. Franklin viveu em Londres onde se familiarizou com esse tipo de organização na qual homens se reuniam para discussões e debates e dessa forma, necessitavam do suporte de muitos livros. Assim, criavam um fundo para a aquisição de livros e todos os membros do clube tinham acesso ao acervo, mas sob a propriedade comum. Uma vez iniciado por Franklin nos EUA em 1733, as bibliotecas sociais se espalharam rapidamente pelo país. (GATES, 1968).

	Athenaeum´s; • Envolveu a biblioteca em uma rede de cooperação com bibliotecas de outras áreas; • Relançou a *"List of Additions"*, um guia para a "melhor" literatura; • Promovia as bibliotecas como agentes de elevação cultural. Ao longo desse período a visão desenvolvida por Cutter, era a biblioteca do *Athenaeum* (e de fato, todas as bibliotecas do país juntas), como uma máquina, um sistema no qual todos os elementos e processos são interdependentes. Com esse pensamento, desenvolveu um sistema de acesso bibliográfico, o qual chamou de Catálogo-dicionário sindético. Assim como Melvil Dewey, também iniciou o desenvolvimento de um sistema de classificação inovador. No final desse período, além de publicar as primeiras tabelas do seu sistema de classificação, também lançou as primeiras cópias de sua "Tabela de Autores", mais conhecida como "Tabela Cutter". Outra de suas realizações mais notáveis foi a publicação em cinco volumes do catálogo dicionário da biblioteca do *Athenaeum*. Sua importância não está somente no imenso tamanho do catálogo, mas principalmente enquanto representante do seu próprio sistema de catálogo-dicionário. Em 1876, publicou também os fundamentos e a metodologia do seu sistema no "*Special Report on Public Libraries"* do *Bureau of Education´s*. A Parte 1 foi intitulada "*Library Catalogues*" e a Parte 2 "*Rules for a Printed Dictionary Catalogue*". A confiança dos administradores do *Athenaeum* no trabalho de Cutter, davam-lhe a liberdade de trabalhar com relativa independência quanto ao uso dos recursos financeiros e seleção dos materiais. Após esses preciosos legados, a biblioteca do *Athenaeum* passou a ser reconhecida como um exemplo de progresso para as bibliotecas. Foi ainda nesse período que Cutter entrou para o círculo de liderança da Biblioteconomia. Junto a Melvil Dewey e outros, fundaram a *American Library Association* e o *Library Journal* em 1876. Cutter participou de uma série de projetos de cooperação entre instituições e tornou o *Athenaeum* um centro experimental para o trabalho do *Cooperation Committee*, ao lado de Melvil Dewey.

	Cutter criou ainda grande influência na área da Catalogação Cooperativa. Participou do projeto *Poole´s Index*, primeira tentativa de catalogação centralizada e um esforço para desenvolver a primeira lista de livros básicos para bibliotecas públicas.
1880	Cutter procurou desenvolver um código de catalogação simplificado, que foi publicado em 1883 sob o título "*Condensed code for Authors and Titles*" Uma mudança gradual no corpo de administradores do *Athenaeum* começou a gerar conflitos com as políticas adotadas por Cutter, isso culminou em que 1892 Cutter começasse a procurar por um novo cargo. Em 1883, falece seu segundo filho (Phillip) e em 1886, a segunda de suas tias. Nesse período a relação de Cutter com Dewey também foi abalada após um problema financeiro entre eles e outros bibliotecários, o que resultou em uma considerável perda de dinheiro para Cutter e em uma crise dentro da própria ALA. O problema havia começado em 1979 após a proposta de Dewey de explorarem financeiramente o campo das bibliotecas através de um empreendimento especulativo com risco financeiro chamado *Reader´s and Writer´s Economy*. O empreendimento fracassou e assim iniciou-se um período turbulento entre os envolvidos. Essa crise na *ALA* acabou por afetar o restante da carreira profissional de Cutter. Nesse período torna-se evidente então uma "competição" entre Dewey e Cutter pelo desenvolvimento e promoção de seus respectivos sistemas de classificação; Dewey perde grande parte da sua influência na *ALA*, e Cutter junto com outros bibliotecários passam a exercer um controle mais rígido das atividades da instituição. Cutter assumiu o lugar de Dewey como editor do *Library Journal* em 1881, permanecendo até 1893. Cutter já era reconhecido desde 1876 pelas suas contribuições em jornais, tais como o próprio *Library Journal*, *Nation* e *New York Evening Post*. Auxiliou diversos comitês dentro da ALA e entre 1887 e 1889 foi o presidente da associação. Esse é também um período de diversos conflitos com Dewey, que por sua vez, havia fundado uma nova publicação *Library Notes*, na qual

	enfatizava sua visão na necessidade de simplicidade e padronização nos serviços bibliotecários e afirmava que as soluções propostas pelos então líderes da Biblioteconomia eram demais sofisticadas para os bibliotecários médios do país. Além disso havia iniciado o treinamento de pessoas que representariam esta sua visão; iniciou um desafio silencioso para recuperar a liderança ativa da profissão oferecendo uma alternativa quanto à liderança exercida pela ALA; Cutter encontrou-se no meio desse conflito, chegando a dar suporte para Dewey em alguns momentos, por exemplo, quanto à proposta de Dewey de desenvolvimento formal do ensino da Biblioteconomia; também serviu como mediador entre Dewey e outros, mas ele próprio cada vez mais ia contra as agressivas propostas de Dewey.
1890	Sarah Haight (2006) relata que Cutter também exerceu importante papel com a circulação de obras de arte na década de 1890, juntamente com John Cotton Dana. A autora é bastante confiante ao datar a origem deste movimento liderado por Cutter e Dana. Segundo a autora Cutter teve a idéia de trazer fotografias de obras de arte e arquitetura após seu retorno da Europa, quando coletava materiais para a biblioteca de *Forbes*. Cutter enquanto bibliotecário do *Athenaeum* descobriu que quase todos os usuários gostavam de um pouco de boa arte e isso o inspirou a coletar fotografias, gravuras, moldes, aquarelas, que eram utilizadas pelos professores para complementação curricular em sala de aula.
1892	Nesse ano, a situação se inverte. Com o crescente apoio à Dewey, ele retorna à presidência da *ALA*, o que lhe deu o poder de provocar mudanças de grande alcance; assim Cutter passou a ter pouca influência nas deliberações da organização;
1893	A situação entre Cutter e Dewey acirrou-se ainda mais devido a escolha do local para o encontro de bibliotecários *Columbian Exposition* desse ano. Com o propósito de ofuscar o evento original de 1876, Dewey conseguiu levar o encontro para sua própria escola de Biblioteconomia e assim chamar atenção para o trabalho que estava fazendo. Cutter foi bastante afetado pelas “maquinações promocionais” (MIKSA, 1977) de Dewey e protestou ao comitê de planejamento, argumentando para uma representação justa de seu esquema de classificação na biblioteca modelo montada para a Exposição.

	Em fevereiro deste ano Cutter recusou a reeleição para o *Athenaeum* devido à deterioração da instituição e passou a procurar um novo cargo, sem sucesso durante um ano. Após curta viagem à Europa, retornou para o encontro de bibliotecários e continuou buscando um novo emprego. No editorial de Agosto do *Library Journal*, demonstrou aceitar a mudança na direção da ALA e elogiou o trabalho de Dewey (embora com alguma ironia). Ainda nesse editorial comentou a excitante possibilidade de um programa de catalogação centralizada que estava sendo planejado pela nova companhia *Rudolph Indexer*. Foi iniciada uma negociação com a companhia para que Cutter dirigisse essa iniciativa. Após a aprovação de outros líderes bibliotecários e a consulta ao *Dewey´s Library Bureau*, que havia planejado um programa similar, mas que não pretendia prossegui-lo, Cutter e sua esposa viajaram à Europa para consultar as coleções da *British Museum* e *Bibliothèque Nationale* a fim de completar o seu esquema de classificação, que era considerado importante para o programa da companhia *Rudolph*. No entanto, logo após sua partida a *Library Bureau*, reconsiderou a sua posição e deu seqüência ao seu próprio programa de catalogação centralizada. Dessa forma, o trabalho da *Rudolph Indexer* não foi levado a cabo, e assim Cutter ficou novamente sem colocação. Para Cutter, esse foi um golpe fatal. Decidiu permanecer com sua esposa na Europa para como ele disse: “se manter longe das bibliotecas”. Isso determinou seu afastamento definitivo do seu papel atuante na Biblioteconomia nacional, renunciou ainda seu cargo de editor do *Library Journal* e além disso, rompeu definitivamente as relações com Dewey.
1894	Em correspondência com os administradores da recém-estabelecida *Forbes Library* em *Northampton*, *Massachusets*, Cutter concordou em lhes comprar livros enquanto estivesse na Europa. Em seguida, lhe ofereceram o cargo de bibliotecário, que foi aceito por Cutter. Embora sua remuneração fosse inferior aos seus trabalhos anteriores, Cutter acreditou que teria liberdade de estruturar a biblioteca de acordo com os seus próprios princípios. Dessa forma, esse período caracterizou-se por muita determinação e trabalho de sua parte, levando a biblioteca de um pequeno acervo a mais de 90.000 livros selecionados.

	A seleção dos livros proporcionou a Cutter o exercício de sua vasta erudição desenvolvida ao longo dos anos, e tomou-lhe muito tempo, principalmente durante os dois primeiros anos, quando mais de um terço do acervo foi adquirido. A determinação de Cutter em fazer da biblioteca um instrumento de elevação cultural, levou-o a desenvolver uma das maiores coleções circulantes de arte e música disponíveis em uma biblioteca americana. Além disso: promoveu exibições artísticas itinerantes com outras bibliotecas, buscou desenvolver serviços para usuários específicos: público médico, infantil, e para os estudantes da *Smith College*. Continuou a trabalhar em seu sistema de classificação. Iniciou a revisão das "*Rules for a dictionary catalog"*. Participou do comitê inicial da ALA para o desenvolvimento de um novo e completo código de regras de catalogação para entradas de autor e título.
1897	Participa na Europa da segunda "*International Library Conference*" e do segundo congresso do "*Institut Internationale de Bibliographie in Brussels*" nos quais buscou também promover a sua "*Expansive Classification"*.
1898	Ajudou a fundar e foi o primeiro presidente da "*Western Massachusets Library Club"*. Este acabou se mostrando também um período de dificuldades para Cutter, pois apesar de ter uma boa verba para livros, seus fundos administrativos eram pequenos e impuseram muitas limitações aos seus projetos e aspirações. Ele não conseguiu fazer grande progresso na catalogação e classificação da coleção e teve que se defender do ataque de membros da comunidade que consideravam seu esquema de classificação uma despesa desnecessária. Cutter não conseguiu manter funcionários adequados aos seus projetos, já que devido aos poucos recursos, os funcionários trocavam o emprego na biblioteca por outras colocações. Não conseguiu aplicar completamente o seu sistema à coleção da *Forbes* e foi impossível o término da sétima tabela da Classificação Expansiva. Somando-se a todos esses problemas, ocorre a morte de seu filho mais jovem, Gerald. A fase final de sua vida alternou sucessos e fracassos, mas Cutter continuou envolvido em vários projetos ligados às bibliotecas, a revisão do código

	de catalogação da ALA. Além do trabalho na Forbes, ainda auxiliou grupos de bibliotecas e locais e ministrou aulas de Biblioteconomia.
1903	Cutter sofre uma pneumonia e retornando ao trabalho prematuramente sofre uma recaída e falece durante o período de recuperação em *New Hampshire* em 06 de setembro.

Figura 03: Segundo andar da Biblioteca do Boston Athenaeum
Fonte: *Boston Athenaeum*.
Disponível em: www.bostonathenaeum.org/node/545

4.2 Síntese bibliográfica de Charles Ammi Cutter

Cutter também desenvolveu uma extensa bibliografia. Além das suas obras mais conhecidas voltadas à organização das bibliotecas, contribuiu em livros e periódicos, no entanto, muitas das suas publicações foram anônimas (MIKSA, 1977), das quais somente uma parte pôde ser identificada.

Uma extensa parte das suas publicações foram textos jornalísticos, literários, editoriais e revisões de livros para os periódicos com os quais colaborava, principalmente: *North American Review* de 1866 a 1869; *Nation* de 1869 a 1902 e *Library Journal* de 1876 a 1903.

Miksa (1977) dividiu a produção bibliográfica de Cutter em cinco categorias, nas quais como afirma o próprio autor, muitas das obras não são "confortavelmente enquadradas", considerando que Cutter escreveu em uma variedade de gêneros e nem sempre o seu propósito e público alvo eram claros:

(1) Escritos acadêmicos, trabalhos bibliográficos tais como catálogos, esquemas de classificação e índices.

(2) Relatórios oficiais escritos por Cutter enquanto administrador de bibliotecas e como presidente de comitês da ALA. Entre os principais estão os dois relatórios anuais oficiais escritos enquanto bibliotecário estudante da *Harvard Divinity School* e quatro relatórios anuais oficiais (1878-1881) no *Boston Athenaeum*.

(3) Escritos de Cutter como bibliotecário e participante das conferências anuais, o que consiste em um grande número de itens nos quais estão incluídas versões impressas de apresentações, notas e comentários. Uma das grandes dificuldades dessa categoria é a falta de títulos nos escritos.

(4) Nesta categoria está incluída a imensa quantidade de publicações de Cutter em periódicos. Os textos de Cutter foram tanto de cunho bibliotecário, jornalístico e literário, além dos inúmeros editoriais, marcados pelo estilo de parágrafos curtos e muitas vezes polêmicos ou irônicos.

(5) Resenhas e críticas de livros de Biblioteconomia e literatura em geral, bibliografias (incluindo as publicadas na seção "*Bibliografias*" do *Library Journal*); resenhas em revistas literárias como "*The London Athenaeum, Atlantic, Harper´s*".

Além disso, muitos dos arquivos pessoais de Cutter foram destruídos, como informou seu neto Richard Ammi Cutter ao pesquisador Miksa (1977).

4.3 A "Tabela Cutter" para notação de autor

Embora inicialmente tenha se oposto ao emprego de letras (PIEDADE, 1978), foi Cutter quem criou em 1880 a primeira tabela para nomes de autores, que continua sendo bastante utilizada no Brasil.

Segundo Mey (1995), embora seja útil para nomes de língua inglesa, para autores em língua portuguesa, é uma notação bastante precária[25].

Sua utilização é relativamente simples, conforme explicado por Mey (1995, p.86): "A tabela de Cutter representa cada sobrenome pela letra inicial, seguida de três dígitos. Quando um sobrenome não se enquadrar exatamente no sobrenome previsto, deve-se usar o código imediatamente anterior".

Esse sistema de notação passou a ser discutido ainda no século XIX:

> Jacob Schwartz apresentou, em 1871, um sistema para tradução de nomes de autores em algarismos e o *Library Journal* de 1879 traz um simpósio sobre projetos de números de chamada, onde aparece a sugestão de John Edmands do emprego da inicial do nome do autor, seguida por algarismos, para a formação do número do autor. (PIEDADE, 1978, p.9)

Conforme explica Lehnus (1978), a finalidade desta notação é determinar a posição relativa do livro entre os outros classificados sob um mesmo código, assim garantindo que novos livros sejam incorporados ao acervo em uma seqüência apropriada dentro de cada classe.

Para Mann (1962), os números de Cutter não são sinais criados arbitrariamente, mas sim com a finalidade de simplificação.

Wynar (1976) ressalva que existem três diferentes tabelas Cutter: inicialmente Cutter desenvolveu uma tabela com dois algarismos após a inicial do sobrenome do autor, Kate F. Sanborn expandiu para três algarismos. No entanto, Sanborn não utilizou a primeira tabela de Cutter como base, e dessa forma, Cutter expandiu a sua própria tabela de dois algarismos para a tabela de três algarismos. Assim, temos:

- A Tabela Cutter de dois algarismos (*The two-figure Cutter tables*);
- A Tabela Cutter-Sanborn de três algarismos (The Three-figure Cutter-Sanborn tables);
- A Tabela Cutter de três algarismos.

[25] No Brasil, foi feita uma adaptação dessa tabela para os nomes de autores de língua portuguesa pela bibliotecária Heloisa Almeida Prado em 1964, chamada Tabela PHA e utilizada por várias bibliotecas.

No guia de utilização original, Cutter disse a respeito do aprendizado da notação:

> Algumas pessoas estão apreensivas que esse arranjo decimal será de difícil utilização, ou pelo menos difícil de ensinar aos estúpidos assistentes e (quando está autorizado a ir para as prateleiras) para um público que não quer se dar ao trabalho de compreender. Pode ser assim às vezes, eu só posso dizer que eu nunca tive qualquer dificuldade com qualquer um, garoto ou garota, homem ou mulher, quando o sistema foi explicado dessa forma. (CUTTER, 1900, p.5).

Vale ressaltar nesta fala de Cutter, uma de suas características marcantes que é o uso frequente de ironias no seu estilo de escrever. Voltando a tabela este é um instrumento ainda largamente utilizado, e além de estar disponível gratuitamente via internet, há também programas de computador que geram o código bastando o usuário digitar o sobrenome do autor. Dessa forma, já não apresenta maior complexidade quanto ao seu aprendizado ou aplicação.

4.4 A Classificação Expansiva

A *Expansive Classification* (EC) de Cutter teve o ambicioso objetivo declarado de servir a qualquer biblioteca independente de seu tamanho: “da pequena biblioteca em seus primeiros estágios, à biblioteca nacional com um milhão de volumes.” (CUTTER, 1891, p.1).

A literatura retrata que a *Expansive Classification* de Cutter acabou sendo uma das classificações fundamentadoras da Classificação da *Library of Congress*, como afirma Mann (1962, p.100): “O plano seguido mais de perto foi o Sistema Expansivo de C. A. Cutter, com muitas características dos esquemas de Brunet, Decimal e Bruxelas, bem como outras. Muitas sugestões também foram tiradas de catálogos impressos e bibliografias.”

Foskett (1973) também menciona que na escolha da classificação da LC foram avaliadas a CDD, a *Expansive Classification* de Cutter e o Esquema Halle, sendo que nenhum deles foi considerado adequado e assim Herbert Putnam (bibliotecário da LC) decidiu planejar um novo esquema, mas mesmo antes dessa decisão, a sétima expansão[26] do esquema, já havia inspirado a classe Z (Bibliografias) do novo esquema da LC.

---

[26] A Sétima Expansão não chegou a ser terminada devido à morte de Cutter, mas foi continuada sob a coordenação do seu sobrinho W.P. Cutter, também bibliotecário. Mas de qualquer forma, permaneceu incompleta.

No entanto, Osborn (1991, p.36) traz outra versão:

> É comumente dito que a classificação de Cutter de 1890´s, foi a maior influência na formação da classificação da Biblioteca do Congresso. Mas não foi assim. Franklin Currier de Harvard entregou ao seu colega na LC, Charles Martel, as tabelas que tinham sido criadas para a Harvard College Library; e Martel fez as classes que serviram como a base para o novo esquema da LC da mesma forma, Currier mais tarde utilizou outras tabelas da LC para as classes que Harvard ainda não tinha desenvolvido. Assim, os sistemas de classificação de Harvard e LC se tornaram verdadeiros cognatos.

Langridge (1977) também afirma que a Classificação da L.C é baseada na *Expansive Classification* de Cutter. Ainda para Langridge, a *EC* "é uma antiga competidora" da CDD, e agora virtualmente extinta.

No entanto, a *Expansive Classification* continua em uso na *Forbes Library*[27], última biblioteca onde Cutter trabalhou.

Além da *Forbes*, a pesquisa de Winter (2004), verificou que a *Expansive Classification* ainda é a classificação principal em quatro bibliotecas, além de identificar outras 23 que mantém partes do acervo nesse sistema e mais 57 bibliotecas nos EUA, Canadá e Inglaterra que usam ou utilizaram o sistema.

De qualquer forma, "muitos críticos consideram esta classificação a mais erudita das classificações bibliográficas" (MANN, 1962) e embora tenha grande importância na história das classificações, não foi o trabalho que imortalizou Cutter entre os bibliotecários (BARBOSA, 1969).

4.5 As Regras para o catálogo-dicionário

A obra que determinou definitivamente o papel de Cutter na história foi a *"Rules for a dictionary catalogue"* (Rules), que teve sua primeira edição em 1876 e a última em 1904 (as edições são comentadas na próxima sub-seção).

Como relata Cutter, no prefácio das *Rules*, não havia até aquele momento qualquer manual para o catálogo dicionário como um todo e nem para maioria de suas partes, e nem

[27] É possível consultar este catálogo em http://www.forbeslibrary.org/books/cutter.shtml.

tentativas de criar um conjunto de regras de forma sistemática para delinear os primeiros princípios da catalogação. Assim, para Cutter era natural que essa primeira tentativa (a sua própria) fosse incompleta e receberia as críticas, objeções e novos problemas com ou sem soluções.

Dessa forma, Cutter finaliza o prefácio (1876): “Com essa assistência talvez uma segunda edição destas sugestões mereça o título – Regras”.

Cutter iniciou sua experiência com os catálogos enquanto ainda era bibliotecário-estudante da *Harvard Divinity School* (MIKSA, 1977). Quando assumiu o cargo, as fichas do catálogo de autor estavam fora de ordem. Dessa forma, Cutter organizou-as em uma ordem apropriada e com o auxílio de outro estudante, Charles Noyes, escreveu novas fichas para todas as publicações e em seguida, copiaram todas em novo catálogo manuscrito.

Os trabalhos de Miksa (1973,1977), certamente o mais aprofundado sobre a obra de Cutter até hoje, e essencial para essa etapa da pesquisa, relata que durante a década de 1860, Cutter trabalhou com dois grandes nomes da catalogação: Charles Coffin Jewett e Ezra Abbot, que foram influências determinantes. Com Jewett, Cutter se defrontou com as questões relacionadas às entradas de autor e assunto.

Abbot foi uma influência ainda mais determinante, pois havia formulado uma visão sistemática do que constituiria um adequado catálogo de assuntos. Cutter adotou as práticas de Abbot em seu trabalho. Além dessas influências, esse foi um período no qual Cutter se envolveu em diversos projetos de catalogação, bibliografias e indexação, o que permitiu a Cutter conhecer uma variedade de tipos de catálogos e práticas.

Na continuação de Miksa (1977), o que talvez tenha sido ainda mais importante nesse período foi que Cutter chegou às suas próprias conclusões sobre como se constituía o comportamento de busca por parte dos usuários, e como esses comportamentos foram sentidos por Cutter como os primeiros princípios para a sistematização de um catálogo. Observa-se aqui seu foco mediador.

A partir desse conjunto de experiências, Cutter fundamentou as bases de pensamento que o levariam a propor o seu primeiro conjunto sistemático de regras. Mesmo que não pudesse adotá-los integralmente, e estivesse ainda sendo obrigado a continuar com práticas que discordava (nesse momento trabalhava no *Boston Athenaeum*), Cutter conseguiu delinear toda

uma visão sistematizada da organização da biblioteca, na qual o papel do catálogo e de boas práticas para sua construção eram essenciais.

A literatura reconhece largamente a importância de Cutter e das *Rules*, para o desenvolvimento da catalogação, pois "foi o primeiro código de catalogação americano a ser universalmente aceito" (MANN, 1962, p.199)[28] e desde então sua influência tem persistido. Mesmo que Scheerer (1957) tenha dito: "É hora de enterrar Cutter", isto não ocorreu.

Um dos fatores da importância da obra se deve a sua abrangência, inédita até aquele momento. Como afirma Mann (1962): "É este o único código que estudou o catálogo-dicionário no seu conjunto. Estão incluídas regras para os catálogos de autor, título e assunto e explicando-se a razão para cada regra.". Sharp (apud Tauber, 1954) também se refere como "o primeiro código completo da prática de catalogação para todos os tipos de entrada necessários em um catálogo dicionário".

O britânico Coates (1960) também direcionou atenção à influência do trabalho de Cutter, e faz uma observação interessante:

> "No desenvolvimento histórico de qualquer ofício há sempre um estágio bem demarcado no qual uma linha de profissionais de prática empírica e intuitiva é levada a um fim abrupto por alguém que consiga racionalizar a melhor prática em alguns princípios gerais que podem vir a ser aplicados conscientemente." (COATES, 1960, p.31)

Prossegue Coates (1960), afirmando que essa linha é delimitada por Cutter, que não apenas a demarcou, mas lançou a base da Catalogação de Assunto para os próximos três quartos de século. Além disso, perdurou sua influência em um período de mudanças no qual outros fatores tornaram-se obsoletos.

Para Metcalfe (1973) a Recuperação da Informação contemporânea, pode-se dizer, foi iniciada em 1876 com a obra de Cutter (*Rules for a Dictionary Catalogue*) e também de Dewey (*Decimal Classification and Relative Index*).

Esse ano é chamado por Metcalfe de *annus mirabillis*, expressão também usada por Foskett (1973, p.49), que reafirma a importância das *Rules*:

> As *Rules* de Cutter formaram a base da prática norte-americana em matéria de Catalogação de Assuntos, durante este século, e o melhor exemplo de adoção

[28] Para esse trabalho foi consultada a tradução brasileira de 1962, da segunda edição de 1950. No entanto a publicação original é de 1930.

> são a lista de Sears e os LCSH, que dividem entre si a orientação dos métodos usados em todos os catálogos de biblioteca dos EUA, salvo uma diminuta fração.

Para Dunkin (1977), a catalogação nos Estados Unidos deriva de Cutter, e qualquer estudo da teoria e dos princípios da catalogação desse país é um estudo da teoria e dos princípios de Cutter, e o que foi feito a partir deles.

Chan (1994) também destaca que estes "princípios da catalogação" propostos por Cutter, alcançaram mais influência que qualquer outro trabalho posterior na área da catalogação, e assim se tornou a base predominante dos catálogos dicionários nas bibliotecas dos Estados Unidos.

Nos atuais *OPAC´s*, com modernos recursos tecnológicos, o pensamento de Cutter continua válido. Olson e Boll (2001) reafirmam essa questão ao abordar a análise de assunto nos catálogos *on-line*, e as questões referentes a estrutura dos cabeçalhos nesses sistemas. Os autores retomam as considerações de Cutter quanto aos princípios de estrutura das entradas (quanto aos assuntos simples ou compostos) e a linguagem a ser utilizada. Para Cutter, a linguagem que define as expressões é a utilizada pela comunidade usuária (no entanto, consideram que a posição de Cutter de considerar primordialmente os usuários, pode gerar inconsistências nas definições dos cabeçalhos).

Em âmbito nacional, Mey e Silveira (2009) retratam que esta obra de Cutter não é apenas um código de catalogação, mas uma declaração de princípios, na qual: "As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas", tratando ainda da Catalogação de Assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares.

Mey e Silveira (2009) ressaltam ainda que os objetivos e a visão de Cutter influenciaram a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009).

Tendo em vista esse percurso histórico no qual a obra de Cutter permanece sólida, Joudrey (2005, p. 2) reafirma a sua atual influência:

> Por mais de 125 anos, os objetivos de Cutter têm sido um dos princípios orientadores da Organização da Informação. Suas idéias continuam a inspirar os profissionais da informação, e orientar as práticas de catalogação correntes. Seus objetivos lembram os catalogadores da sua obrigação de fornecer aos usuários uma variedade de formas de acesso à informação, incluindo o acesso pelo assunto.

Dessa forma, prosseguimos o trabalho, abordando alguns aspectos da obra.

4.5.1 Os objetivos do catálogo

Um dos pontos principais das *Rules* é a enunciação do que Cutter determinou como os objetivos do catálogo (CUTTER, 1876, tradução nossa):

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual conhece
    a. o autor
    b. o título
    c. o assunto
2. Mostrar o que a biblioteca possui
    d. de um determinado autor
    e. em um determinado assunto
    f. em um determinado tipo de literatura
3. Auxiliar na escolha de um livro
    g. quanto à sua edição
    h. quanto ao seu caráter (literário ou tópico)

Esses objetivos são bastante citados na literatura da área. Miksa (1973) realiza uma importante análise da sistematicidade intrínseca aos objetivos conforme concebidos por Cutter. Para o autor, a enumeração e agrupamento que Cutter deu aos objetivos, sugerem a sua origem a partir de três princípios básicos distintos: ***Finding principle:*** identificação individual de cada livro a fim de auxiliar os usuários a localizá-los; ***Gathering principle:*** agrupamento dos livros identificados individualmente em categorias usualmente solicitadas; ***Evaluating principle:*** fornecer aos usuários informação bibliográfica e outras fontes para habilitá-los a escolher o livro por si mesmos;

Miksa (1973) analisa ainda essa relação entre os objetivos de forma que eles correspondam às funções em cada tipo de catálogo (autor, título, assunto e forma):

Objetivos **A** e **D** são funções das entradas em um catálogo de autor;

Objetivos **C** e **E** são funções das entradas em um catálogo de assunto;

Objetivo **B**, função das entradas em um catálogo de título;

Objetivo **F**, função das entradas em um catálogo de forma;

Objetivo **G** e **H**, não foram relacionados a um tipo específico de catálogo, mas sim para a plenitude da informação dada por qualquer um dos tipos anteriores.

Outros autores também discutiram os objetivos de Cutter, e conforme o trabalho de Fujita, Rubi e Boccato (2009, p.28) ressalta:

> Para Connell (1996), os dois primeiros objetivos de Cutter (1904) são difíceis de ser implementados pelo fato de que a função de "localizar" e a função de "colocar" do catálogo estão fundamentalmente em conflito. Para ajudar o usuário, são necessários pontos de acesso que enfatizem a unicidade do item. Esses pontos de acesso devem ajudar o usuário a separar determinado item de outros similares, ao passo que colocar os itens no catálogo significa agrupá-los por similaridade. Essa situação poderia ser resolvida com cabeçalhos de assunto uniformes em conjunto com sistema de referência bem desenvolvido.

Svenonious (1989) afirma que esses objetivos não foram desafiados por mais de 75 anos, nos quais ocorreram muitas mudanças no universo da catalogação, tais como infra-estrutura política, regras e funcionamento. Para Svenonious, a primeira sugestão para revisão ocorreu com Lubetzky (1953).

Na obra organizada por Svenonious (1989) a autora afirma que apenas 30 anos se passaram da proposta de Lubetzky e mudanças ainda mais dramáticas na catalogação ocorreram nesse tempo, principalmente quanto à automação dos catálogos, padrões bibliográficos internacionais e a interligação de sistemas.

Nesse contexto, a autora ressalta como uma questão fundamental: "São os objetivos que guiaram a construção dos códigos de catalogação no passado, ainda relevantes hoje?" (SVENONIOUS, 1989, p.2).

A Declaração dos Princípios Internacionais da Catalogação realizada pela IFLA em 2009, também tomou como referência a obra de Cutter (além de Ranganathan (1955) e Lubetzky (1969).

Apresentados os objetivos do catálogo que iniciam a obra de Cutter, propomos uma aproximação ao panorama no qual a obra foi concebida.

4.5.2 As edições das *Rules*

Em 1874 (MIKSA, 1977), o General John Eaton[29], Comissário do recém-criado *Bureau of Education*, divulgou aos bibliotecários o plano de publicar um relatório governamental[30] sobre a "origem, crescimento, condições atuais, usos, e necessidades especiais das bibliotecas nos Estados Unidos", Cutter aceitou o convite para escrever um artigo para o relatório.

Logo em seguida, aceitou redigir/publicar um manual de regras de catalogação baseadas na sua experiência no *Boston Athenaeum*. Assim, no final de 1875 foi concluída a primeira edição de ***"Rules for a Printed Dictionary Catalogue"*** que foi publicada no ano seguinte, como o segundo volume do relatório intitulado: "Bibliotecas públicas nos Estados Unidos da América: sua história, condições e gerenciamento" *(Public Libraries in the United States of America: their history, condition and management)*. Foi distribuída gratuitamente na América e na Inglaterra e rapidamente esgotada.

Em 1885, Cutter decidiu realizar a revisão (para a qual teve uma série de dificuldades), mas em 1889 publicou a segunda edição, agora intitulada: ***"Rules for a Dictionary Catalogue"***.

A diferença entre as duas está na incorporação nessa segunda edição de mudanças na seção de autor, que Cutter considerou padrões de "uso comum". Notas e observações da primeira edição tornaram-se regras. Assim, além de atualizadas as regras foram aumentadas.

A terceira edição não recebeu alterações no título e difere da primeira por algumas correções e pela incorporação de um índice, foi publicada em 1891. Essas duas edições são consideradas em conjunto, foram amplamente distribuídas de forma gratuita e tiveram várias reimpressões nos anos seguintes.

Quanto à quarta edição, alterações significativas ocorreram. Cutter faleceu antes de finalizá-la e seu sobrinho William Parker Cutter, adicionou as alterações e publicou-a postumamente em 1904. Dessa vez foi publicada como: ***"Rules for a Dictionary Catalog"***.

Em relação ao título, na década de 1870 havia sido iniciada uma reforma ortográfica para um acordo entre Estados Unidos e Inglaterra, na qual Cutter interessou-se e dessa forma, adotou a forma simplificada da palavra catálogo (de *catalogue* para *catalog*).

---

[29] John Eaton foi Comissário do *Bureau of Education* de 1870 a 1886. Eaton, era reconhecido pelo seu trabalho de promoção à educação, no qual considerava o papel das bibliotecas fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, e assim defendeu a abertura de bibliotecas em escolas e cidades. (WEDGEWORTH, 1993)

[30] No trabalho de 1973 *"The Making of the 1876 Special Report on Libraries"*, Miksa analisa a importância desse relatório para a Biblioteconomia estadunidense, o qual lançou as bases estatísticas para o desenvolvimento das bibliotecas, além do resultado imprevisto que foi a emergência de uma liderança corporativa para a Biblioteconomia.

O panorama da catalogação nesse intervalo entre as edições, foi bastante alterado. A produção centralizada de fichas catalográficas levou a ALA a autorizar a redação de um novo código de catalogação cooperativa, para o qual foi criado um comitê do qual Cutter fez parte.

A participação no comitê e a experiência na biblioteca da *Forbes*, levaram Cutter a iniciar a revisão das regras observando as práticas correntes de catalogação. As mudanças mais significativas na quarta edição foram relacionadas às regras para entrada de nomes corporativos, além de várias referências às fichas catalográficas.

No entanto, as recomendações quanto às fichas catalográficas foram feitas como alternativas, e o texto continuou direcionado a criação dos catálogos impressos em forma de livro. Quanto às alterações ocorridas na quarta edição, é importante ressaltar a visão de Miksa (1977). Para este autor, o padrão típico de citações das *Rules* de Cutter, demonstra que aparentemente a mais útil para se entender o seu pensamento é a quarta edição.

No entanto, prossegue Miksa, esse é um pensamento errado, pois várias alterações introduzidas na última edição refletem a prática corrente na catalogação em sua época e não as idéias básicas de Cutter sobre o que deveria ser um catálogo. Estas não se alteraram significativamente ao longo de sua obra.

4.5.3 Visão geral das edições

Sintetizamos informações gerais das quatro edições no quadro abaixo:

	1ª. edição	**2ª. Edição**	**3ª. edição**	**4ª. Edição**
Ano	1876	1889	1891	1904
Título	*Rules for a Printed Dictionary Catalogue*	*Rules for a Dictionary Catalogue*		*Rules for a Dictionary Catalog*

Regras	205	261		369
Páginas	89	133	140	173

Quadro 02: Visão geral das edições
Fonte: CUTTER (1876, 1889, 1891, 1904)
Adaptação da autora

4.5.4 Estrutura geral das *Rules for a Dictionary Catalog*

A estrutura geral da obra contemplou uma introdução com: os objetivos *(objects)* do catálogo, as formas *(means)* de entrada, as razões *(reasons for choice)* para escolha das entradas e uma lista de definições dos termos utilizados por Cutter.

A lista sistemática de definições apresentadas por Cutter correspondeu à sua preocupação com a variação terminológica já existente naquele momento: "Há muita confusão no uso dos termos nos vários prefácios de catálogos que se iniciam e levam a uma confusão de pensamento e prática que vale a pena propor uma nomenclatura sistemática" (CUTTER, 1876, p.8).

Ainda na introdução à obra, Cutter (1876) "sem pretensão de exatidão" divide os registros bibliográficos em curtos *(short-title)*, médios *(medium-title)* e completo *(full-title)* de acordo com a abrangência das informações que serão catalogadas. Essa distinção é criticada por Jolley (citado por Bakewell, 1972): isto implica que uma catalogação completa possui informações que não são realmente essenciais e podem ser desprezadas sem prejuízo.

É importante observar ainda a concepção de Cutter para o catálogo dicionário, introduzida na segunda edição:

> No presente trabalho eu estou considerando o catálogo dicionário como constituído por um catálogo de autor, um catálogo de assunto, um catálogo de título mais ou menos completo, e um catálogo de forma mais ou menos completo, todos interligados em ordem alfabética. (CUTTER, 1889, p.15)

A obra divide-se de acordo com a sequência apresentada abaixo:

A. Entradas *(Entry: Where to enter)*: na qual Cutter delimita os quatro tipos de catálogos que fazem parte do catálogo dicionário, elencando as regras recomendadas para cada um deles. Esta é a etapa das *Rules* relacionadas com a organização dos catálogos e as regras para a determinação de cada tipo de entrada presente em cada um dos quatro catálogos.

Catálogo de autores *(Author-catalogue)*;
Catálogo de títulos *(Title-catalogue)*;
Catálogo de assuntos *(Subject-catalogue)*;
Catálogo de forma *(Form-catalogue)*;

B. ESTILO *(Style: How to enter)*: nessa etapa Cutter recomenda as regras para acentuação, pontuação, uso de maiúsculas e minúsculas, edições, traduções, ou seja, são as recomendações para a normalização das entradas.

As recomendações de Cutter visavam inicialmente os catálogos de impressos, mas com a evolução das edições foram inseridas recomendações para outros tipos de materiais e de catálogos, como livros raros e manuscritos.

Os acréscimos realizados podem ser visualizados pelos próprios sumários das edições.

4.5.5 A determinação dos assuntos nas Regras de Cutter

Uma das grandes preocupações de Cutter quanto à sistematização do catálogo era com a criação dos cabeçalhos alfabéticos de assuntos, que permitiriam a criação dos catálogos alfabéticos de assuntos (FUJITA, RUBI, BOCCATO, 2009).

Dessa forma, há uma preocupação especial de Cutter com essa questão, pois é uma atribuição intrínseca dos objetivos do catálogo propostos no início da sua obra (CUTTER, 1876).

Na lista de definições apresentadas por Cutter, o termo assunto e a sua definição não é alterada ao longo das quatro edições. No entanto na última edição, Cutter acrescenta definições para expressões relacionadas com o termo assunto:

1ª edição (Definição de assunto)		
Subject	O tema ou temas do livro, expressos no título ou não.	*The theme or themes of the book, whether stated in the title or not.*
Subject-word-entry	Entrada feita com uma palavra do título a qual indica o assunto do livro.	*Such entry made under a word of the title which indicates the subject of the book.*
Subject-entry	Registro sob o nome selecionado pelo catalogador para indicar o assunto.	*Registry under the name selected by the cataloguer to indicate the subject.*

QUADRO 03: Definição de assunto na 1 ed.
Fonte: CUTTER (1876).

4ª edição (Expressões relacionadas ao termo assunto)		
Subject	O tema ou temas do livro, expressos no título ou não.	*The theme or themes of the book, whether stated in the title or not.*
Subject-word-entry	Entrada feita com uma palavra do título a qual indica o assunto do livro.	*Such entry made under a word of the title which indicates the subject of the book.*
Subject-entry	Registro sob o nome selecionado pelo catalogador para indicar o assunto.	*Registry under the name selected by the cataloguer to indicate the subject.*
Subject catalog	Um catálogo de assuntos, organizados em classes ou alfabeticamente pelos nomes dos assuntos.	*A catalog of subjects, whether arranged in classes or alphabeted by names of subjects.*
Subject entry	Registro de um livro sob seu assunto.	*Registry of a book under its subject.*
Subject heading	O nome de um assunto usado como um cabeçalho sob o qual os livros relacionados são inseridos.	*The name of a subject used as a heading under which books relating to that subject are entered.*
Subject reference	Uma referência de um assunto a outro, ou um sinônimo, um cabeçalho relacionado, uma divisão mais minuciosa do assunto, ou um assunto mais abrangente.	*A reference from one subject to another, either a synonym, an allied heading, a more minute division of the subject, or a more general subject.*

QUADRO 04: Definição de assunto na 4 ed.
Fonte; CUTTER (1904)

Quanto às regras para a determinação dos assuntos nas obras, temos o seguinte levantamento:

1ª ed. (1876)	2ª e 3ª ed. (1889-1891)	4ª ed. (1904)
21 regras (total: 205) (p.66-87)	29 regras (total: 261) (p. 45-57)	29 regras (total: 369) (p.161-188)

QUADRO 05: Quantidade de regras nas edições.
Fonte: CUTTER (1876, 1889, 1891, 1904)

Aparentemente, foram poucas regras dedicadas à determinação dos assuntos, quando comparadas ao total de regras de cada edição. Principalmente ao observarmos a quarta edição. Além dessas regras para a determinação dos assuntos, Cutter apresentou ainda outras regras na divisão **B.** quanto à organização das entradas de assuntos.

De acordo com Miksa (1977), essas regras permaneceram basicamente as mesmas, e seu acréscimo entre as edições se devem em geral à comentários e discussões de regras, que vieram à se tornar regras.

Procedemos uma síntese dessas regras e de sua discussão.

As ilustrações abaixo, demonstram os sumários específicos das seções das regras para assunto[31]:

III. SUBJECTS.

A. ENTRIES CONSIDERED SEPARATELY.

1. Choice between different subjects.

Between general and specific, 66; Between person and country, 67; Between subject and country, 68; Between subjects that overlap, 69.

2. Choice between different names.

Language, 70; Synonyms, 71–73; Subject-word and subject, 74; Homonyms, 75; Compound headings, 76; Double entry, 77–79; Vessels, 80; Civil actions, 81; Reviews, comments, etc., 82.

B. ENTRIES CONSIDERED AS PARTS OF A WHOLE.

Cross-references, 85, 86; Synoptical table, 87.

[31] Optamos pela reprodução dos sumários originais ao invés da transcrição, para ilustrar a própria forma de organização das regras conforme concebidas por Cutter, e considerando que as expressões originais não serão de difícil tradução para o público desse trabalho, no decorrer desse capítulo apresentamos as regras de Cutter também como reproduções do original.

Fig 04: Sumário das regras para assunto da 1ª edição
Fonte: CUTTER (1876)

III. SUBJECTS.

A. Entries considered separately.

1. Choice between different subjects.

Between general and specific, 93; Between person and country, 94; Between event and country, 95; Between subject and country, 96, 97; Between subjects that overlap, 98.

2. Choice between different names.

Language, 100; Synonyms, 101–103; Subject-word and subject, 107; Homonyms, 105; Compound headings, 106, 107; Double entry, 108–112; Vessels, 113; Civil actions, 114; Reviews, comments, etc., 115.

B. Entries considered as parts of a whole.

Cross-references, 119, 120; Synoptical table, 121.

Fig 05: Sumário das regras para assunto da 2ª e 3ª edições
Fonte: CUTTER (1889, 1891)

III. SUBJECTS.

A. Entries considered separately.

1. Choice between different subjects.

Between general and specific, 161; Between person and country, 162; Between event and country, 163; Between subject and country, 164, 165; Between subjects that overlap, 166.

2. Choice between different names.

Language, 167; Synonyms, 168–171; Subject-word and subject, 172; Homonyms, 173; Compound headings, 174, 175.

3. The number of subject entries.

Multiple entry, 176; Entries combined, 177, 178; Editions referred to, 179; Books without subject entry, 180.

4. Miscellaneous rules and examples.

Collections and series, 181; Subject entry as a substitute for title-entry, 182; Vessels, 183; Civil actions, 184; Reviews, etc., 185; Subject entry of works of fiction, 186.

B. Entries considered as parts of a whole.

Cross-references, 187, 188.

Fig 06: Sumário das regras para assunto da 4ª edição
Fonte: CUTTER (1904)

De modo resumido as principais regras fundamentam-se em três princípios básicos:

> 1) **princípio específico** – os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico e não pela classe a que está subordinado. Apesar de parecer óbvio, este princípio causou impacto porque na época era comum a adoção de cabeçalhos bastante gerais, que pouco representavam o assunto da obra em questão (CESARINO e PINTO, 1978, p. 27)
>
> 2) **princípio de uso** – os cabeçalhos devem refletir o vocabulário dos usuários, (GUIMARÃES, 1986, p.3), com referências cruzadas para outras formas de cabeçalhos relacionados. É o princípio da conveniência, de acordo com a necessidade dos usuários (CESARINO e PINTO, 1978, p. 274);
>
> 3) **princípio sindético** – deve-se estabelecer formas de ligação entre os termos correlatos (GUIMARÃES, 1986, p.3). Assim Cutter propôs o desenvolvimento nas listas de cabeçalhos de assunto de estruturas sindéticas que, através de uma

> rede bem construída de referências cruzadas, poderiam ajudar ou mesmo superar o problema da separação dos assuntos correlatos. (CESARINO e PINTO, 1978, p. 274).

Exemplificamos os três princípios com as regras e exemplos propostos por Cutter.

1) P**rincípio específico**:

161. Enter a work under its subject-heading, not under the heading of a class which includes that subject.

Ex. Put Lady Cust's book on "The cat" under **Cat,** not under **Zoölogy** or **Mammals,** or **Domestic animals;** and put Garnier's "Le fer" under **Iron,** not under **Metals** or **Metallurgy.**

Para Cutter (1904), essa regra da especificidade é a distinção principal entre o catálogo-dicionário e o alfabético-classificado.

2) P**rincípio de uso**:

169. In choosing between synonymous headings prefer the one that—
(*a*) is most familiar to the class of people who consult the library.

A natural history society will of course use the scientific name, a town library would equally of course use the popular name—**Butterflies** rather than **Lepidoptera, Horse** rather than **Equus caballus.** But the scientific may be preferable when the common name is ambiguous or of ill-defined extent.

Cutter (1904), ainda acrescenta que deve haver a preocupação se o assunto adotado é também o mais usado nos catálogos de outras bibliotecas, e se possui outros significados além do qual foi adotado.

3) Para o **princípio sindético**:

187. Make references from general subjects to their various subordinate subjects and also to coördinate and illustrative subjects.

Essa regra nos remete naturalmente aos atuais *hyperlinks*. Para Cutter (1904) o catálogo sistemático deverá proporcionar uma "organização científica *(scientific arrangement)*" dos livros, no intuito de proporcionar o maior auxílio a quem venha a fazer uso do acervo.

A diferença desse sistema para o catálogo-dicionário, prossegue Cutter (1904), é que no catálogo-dicionário a organização ocorre sem qualquer organização lógica, proporcionando uma "proximidade absurda" entre as entradas, por exemplo: "***Abscess*** seguido por ***Absentheism*** e por ***Absolution***, ***Club-foot*** próximo a ***Club***, e ***Communion*** a ***Communism***. Enquanto, ***Bibliography*** e ***Literary history***, ***Christianity*** e ***Theology***, estão separados por todo o tamanho do catálogo."

Dessa forma conclui Cutter (1904):

> Mas em uma rede bem planejada de referências cruzadas essa multidão torna-se um exército, no qual cada parte é capaz de ajudar muitas outras partes. A força efetiva do catálogo é imensamente aumentada.

Na formulação dessas regras, Foskett (1973, p. 47) observa que Cutter foi "[...] prejudicado pelo fato de ter aceito a linguagem natural como o único tipo de terminologia possível", pois isso acarretou algumas questões fundamentais na criação do catálogo, o que também advinha do fato de Cutter acreditar que "[...] os nomes de assuntos existiam apenas enquanto tivessem aceitação geral e fossem usados pelas pessoas cultas" FOSKETT, (1973, p. 47).

Isto foi chamado por Bliss (FOSKETT, 1973) de "consenso científico e educacional" e a conseqüência era que "[...] um assunto novo não poderia ser designado especificamente até quando, de fato, já não fosse mais novo". Essa é uma das fragilidades apontadas nas regras de Cutter.

Outra recomendação também comentada por Foskett (1973):

> Diante de uma opção, como nos cabeçalhos formados de mais de uma palavra, a solução que Cutter dava ao problema raiava à sublimidade da inocência: coloque na frente o termo mais significativo. […] o que não deixa de ser uma regra útil, mas que relega para o indexador a definição do que seja 'significativo'.

A regra referida por Foskett é esta:

175. Enter a compound subject-name by its first word, inverting the phrase only when some other word is decidedly more significant or is often used alone with the same meaning as the whole name.

Ex. **Special providences** and **Providence, Proper names** and **Names.**

Em relação à esta regra, Cutter (1904, p.72), já havia considerado que é relativamente vaga mas por outro lado, fácil de aplicar. No entanto, implicaria que pessoas que não conhecem a regra, não conseguiriam encontrar o assunto buscado. A solução adotada pela maior parte das listas de cabeçalhos para esse caso foi criar duas entradas para o mesmo assunto no catálogo (FOSKETT, 1973).

Cutter (1904) também sugere que algumas questões devem ser consideradas em relação à quantidade de assuntos a serem atribuídos:

176. Enter a polytopical book under each distinct subject.

Ex. "Travels in **Patagonia** and **Peru;**" "An art journey in **Italy** and **Greece;**" "The history of **France** and **England** compared;" "Handbook of **drawing** and **engraving.**"

Para evitar a entrada desnecessária de assuntos, a recomendação de Cutter é verificar se (a) seria a obra de utilidade para quem estivesse buscando este assunto específico? (b) é esta entrada necessária, ou basta uma remissiva[32]? (MEY, 1995).

De qualquer forma, ainda para Foskett (1973), Cutter também apresentou em alguns casos propostas mais precisas, como no caso de uma oposição entre lugar e assunto, propõe-se que a entrada seja feita levando em consideração anteriormente em que área de conhecimento está ocorrendo a indexação:

164. The only satisfactory method is double entry under the local and the scientific subject—to put, for instance, a work on the geology of California under both California and Geology, and to carry out this practice through the catalog, so that the geographical student shall not be obliged to search for works on California under Botany, Geology, Natural history, Palæontology, Zoölogy, and a dozen similar headings, and the scientist shall not be sent to California, England, Russia, and a score of other places to find the various treatises on geology. But as this profusion of entry would make the catalog very long, we are generally obliged to choose between country and scientific subject.

165. A work treating of a general subject with special reference to a place is to be entered under the place, with merely a reference from the subject.

[32] Remissivas são pontos de acesso que remetem, isto é, indicam, sinalizam, para outros pontos de acesso (MEY, 1995). Indicadas pelo "*See also*" ou "Ver também" elas auxiliam o usuário a encontrar os assuntos correlatos e relacionados no catálogo (SANTOS e RIBEIRO, 2003).

De forma a concluir essa abordagem, percebe-se nesse ponto que se por um lado, Cutter conseguiu elaborar formas de auxiliar o leitor profissional na análise de assunto a ser selecionado, por outro lado, definições metodológicas mais precisas de como fazê-lo permanecem vagas. Quanto a isso Foskett (1973, p.49) relata:

> [...] não devemos censurar Cutter por não ter resolvido todos os nossos problemas ou por não ter tomado conhecimento de alguns deles. As informações com que temos de lidar são quantitativamente muito maiores e individualmente mais complexas do que tudo aquilo que Cutter considerou como passível de se acomodar às suas regras. O que ele fez foi introduzir ordem num processo antes entregue ao acaso, e ao fazê-lo, apontou o caminho para futuros desenvolvimentos.

Outras críticas também são elencadas por Foskett (1973) em relação à metodologia proposta por Cutter, contudo para Silva e Fujita (2004, 143): “[...] a obra de Cutter representa o primeiro estudo dos problemas relativos à indexação alfabética de assunto, quanto às implicações de entradas específicas de assunto e as dificuldades da aplicação dos termos simples, compostos e geográficos”. Também Bakewell (1972), afirma que Cutter foi o primeiro a deixar claro que não se deve pautar-se apenas pelo título na determinação do assunto.

Conforme relata Dias (1967), também foram desenvolvidos outros instrumentos de trabalho que vieram suprir as deficiências e omissões existentes da obra de Cutter, tais como as listas de cabeçalhos de assuntos, que ganharam cenário de destaque a partir das publicações da LC. Ainda para Dias (1967, p.91): “enquanto a codificação de Cutter servia de guia quanto aos princípios gerais e a teoria dos cabeçalhos, as listas se revelavam os instrumentos indispensáveis para a sua aplicação prática”.

Coates (1960) nos recomenda que para apreciar completamente a visão de Cutter, é necessário levar em conta que estamos separados por um século.

Vale ressaltar que a ausência de novos códigos, após a publicação da obra de Cutter – tendo em vista a insuficiência de alguns aspectos em suprir determinadas questões da representação de assunto, conduziu muitos teóricos da área de catalogação a tratar os cabeçalhos de assunto de modo resumido, orientando a utilização de listas impressas. Já que durante muito tempo, as escolas de Biblioteconomia contavam apenas com as regras de Cutter para embasamento teórico (DIAS, 1967).

A obra de Cutter influenciou diretamente a Biblioteca Apostólica Vaticana que em 1930 reorganizou seu acervo construindo um catálogo dicionário seguindo as práticas adotadas nos Estados Unidos, mais especificamente pela LC. Isso resultou no primeiro código depois das regras de Cutter, com extenso estudo dedicado aos cabeçalhos, que teve influência internacional nos estudos referentes ao tema.

Cutter tinha o usuário como foco principal, por isso a organização do catálogo se baseava na conveniência do público. O catálogo deveria indicar como o acervo estava constituído a partir de diferentes pontos de acesso. De modo que permitisse ao usuário localizar um determinado assunto no acervo e mostrar o que a biblioteca possuía de material sobre esse assunto.

Uma observação importante realizada por Miksa (1973) é que as recomendações de Cutter para a entrada dos assuntos nunca foram aceitas pela ALA pois foram consideradas de caráter complexo e difícil. Assim, a ALA decidiu criar uma lista de cabeçalhos de assuntos, que por sua vez, não foram aprovadas por Cutter, pois em sua opinião, era inconsistente e em desacordo com o seu princípio de entrada específica.

Prossegue Miksa (1977), com outra questão importante a ser ressaltada é que após 1876 Cutter praticamente não trabalhou com a questão dos assuntos, o que é comprovado pelas poucas alterações apresentadas entre as quatro edições das *Rules*. O que se deve certamente ao fato de que Cutter era na verdade um "classificador em seu coração" *(classificationist at heart)*. Dessa forma, após 1876 dedicou-se com maior ênfase a criação do seu sistema de classificação (*Expansive Classification*).

4.6 Síntese dos resultados

Nesse capítulo abordamos a vida e obra de Charles Ammi Cutter preconizador e importante teórico da área de Catalogação de Assunto. Suas obras se configuram como a base teórica da prática norte-americana de catalogação.

Dessa forma, pudemos perceber que:

- Cutter fundamentou toda sua visão sobre a biblioteca enquanto um sistema global no qual todas as partes eram dependentes e importantes;

- Sua visão a esse respeito, foi bastante influenciada pela criação religiosa da igreja *Unitarian* e da escola escocesa da filosofia do senso comum;
- Dois personagens que exerceram grande influência sobre o aprendizado de catalogação de Cutter foram Charles Jewett e Ezra Abbot, também eminentes bibliotecários;
- Destacou-se no trabalho em bibliotecas, pois além do talento para a organização bibliográfica demonstrava grande competência administrativa;
- Em sua época, Cutter já era reconhecido pelos seus trabalhos e propostas, além de ter uma natureza mediadora que o levou a participar de atividades associativas, como a *American Library Association* e o *Library Journal*, foi também reconhecido intermediário entre diversos bibliotecários;
- A importância de Cutter assenta também sobre o fato de ter sido o primeiro sistematizador e "pensador" dos primeiros princípios de catalogação;
- Suas três principais obras foram: a Tabela Cutter, para Notação de Autor; a Classificação Expansiva e as Regras para o Catálogo-dicionário;
- A influência atual de Cutter sobre os catálogos já não ocorre quanto as suas construções práticas, tendo em vista que suas recomendações obviamente não previam a diversidade e quantidade de documentos a serem tratados atualmente, muito menos os ambientes de armazenamento;
- Cutter possuía a clareza de que o foco do trabalho era o usuário, e dessa forma, o princípio que mais deveria prevalecer era a observação das necessidades e dos interesses do usuário do acervo.
- Cutter possuía uma visão bastante vanguardista para sua época de que os catálogos são de fato instrumentos de socialização da informação e possibilitadores do desenvolvimento pessoal e social.
- Os trabalhos desenvolvidos por Cutter demonstram um viés mediador na representação da informação, como forma não apenas de organizar, mas de principalmente facilitar o acesso a informação pelo usuário. O que se pode notar tanto nas definições dos objetivos do catálogo, como no desenvolvimento das regras e princípios propostos, e nos demais sistemas por ele desenvolvidos. Certamente Cutter não estava apenas preocupado com a função organizacional administrativa da

biblioteca, mas também com o papel mediador que o bibliotecário exerce na organização e representação da informação.

Tendo em vista todos esses aspectos, a influência que Cutter exerceu na Biblioteconomia estadunidense lhe conquistou um papel histórico que se alastrou de acordo com a influência da própria Biblioteconomia daquele país.

O panorama da vida e obra de Cutter tendo ao fundo o próprio desenvolvimento da Biblioteconomia estadunidense demonstra um ambiente de sólido desenvolvimento das bibliotecas e das associações bibliotecárias nos EUA.

Já naquela época Cutter se preocupou em minimizar a visão tecnicista da área de representação, dando um aspecto mais social que justificasse a razão de ser dos processos de informação. Isso reflete uma tendência social muito presente em nossos dias que é considerar a informação como fator chave para o desenvolvimento da sociedade.

No prefácio da 4ª edição Cutter observa as mudanças que haviam ocorrido na catalogação com a entrada da LC, e afirma que este era o fim da época de ouro da catalogação: “mais uma arte perdida”. Nas palavras de Cutter a "catalogação é uma arte não uma ciência. Nenhuma regra pode tomar o lugar da experiência e bom julgamento, mas alguns dos resultados da experiência podem ser melhor indicados por regras" (1904, p.6).

5 A PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Neste capítulo são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, que tem como objetivo analisar a Catalogação de Assunto para colaborar com a sedimentação de um referencial teórico em língua portuguesa e verificar a influência dos princípios de Cutter no campo da representação temática da informação, a partir das *Rules for a dictionary catalog*.

Antes, porém é preciso resgatar de modo sucinto como ocorreu o desenvolvimento acadêmico e profissional da Biblioteconomia no Brasil. Tendo em vista a relação intrínseca entre estas duas esferas: uma responsável pela formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho e pelo desenvolvimento científico, teórico e metodológico da Biblioteconomia. A outra responsável pela aplicação das técnicas e práticas aprendidas durante a sua formação.

É preciso salientar que temos como foco a formação profissional a partir da institucionalização dos primeiros cursos acadêmicos da área, no qual receberam instruções a partir de conteúdo pedagógico definido e específico da profissão. Sem desmerecer aqueles "bibliotecários" ulteriores que já atuavam em bibliotecas.

Conforme apresenta a literatura, o Brasil recebeu forte influência dos Estados Unidos a partir do século XX no âmbito acadêmico e profissional da Biblioteconomia. Isso foi retratado de forma excepcional por vários autores na literatura nacional, tais quais: Moraes (1943); Dias (1955); Fonseca (1979); Muller (1985) Castro (2000) e Souza (2009).

A partir daquilo que foi retratado por estes estudiosos, de modo sucinto nos compete saber que antes do domínio estadunidense a Biblioteconomia no Brasil recebeu influência direta da Europa, mais precisamente da França, como relata Fonseca (1979) que os primeiros bibliotecários a atuarem nas esparsas bibliotecas no Brasil colonial foram os Jesuítas europeus, sendo as primeiras obras lidas no Brasil de origem européia, como os trabalhos de Conrad Gesner.

Ademais, a própria construção social e cultural da época se baseava no estilo europeu e incentivava os filhos da elite brasileira a estudar na Europa. O que contribuiu para a formação de uma elite intelectual aos moldes da cultura européia.

Bons exemplos são Ramiz Galvão e Manoel Cícero Peregrino da Silva respectivos diretores da Biblioteca Nacional (BN), eram intelectuais de influência européia, e foram responsáveis por várias mudanças significativas na biblioteca.

Entre os quais a implantação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil criado em 1911 (embora tenha de fato iniciado apenas em 1915) instituído pela BN, cujos parâmetros curriculares adotou da *École Natiole de Charles*, de Paris. Seu currículo dava ênfase a disciplinas de aspecto mais humanísticos, cultural e informativo do que técnicos. Nesta época a BN estava ao comando de Manoel Cícero Peregrino da Silva. O curso da BN teve duração até 1922 e no início estava destinado a qualificar bibliotecários para atuarem na própria instituição. O curso foi reaberto em 1931, agora com reformulações na grade curricular. Em 1944 Josué Montello faz uma nova estruturação do curso que passa a ter um viés mais norte-americano.

O segundo curso, mas o primeiro com orientação norte-americana foi implantado em 1929 pelo instituto Mackenzie de São Paulo, colégio típico estadunidense (adepto a pedagogia norte-americana), cuja ênfase curricular eram em disciplinas meramente técnicas. Este curso deu início ao modelo pragmático de ensino de Biblioteconomia e organização de bibliotecas (CASTRO, 2000). O curso era ministrado pela bibliotecária estadunidense Dorothy Murriel Gropp. O curso foi encerrado em 1936.

A influência européia segundo nos conta Fonseca (1979) perdurou no Brasil até a década de 1930, tanto na Biblioteconomia como na sociedade em si. O interesse pelos Estados Unidos segundo o autor veio da própria Europa, com a publicação de vários livros relatando a cultura estadunidense. Para a Biblioteconomia, os escritos de Monteiro Lobato falando sobre as maravilhas das bibliotecas dos Estados Unidos, somado ao crescente interesse social daquele país despertou o interesse de muitos, principalmente dos paulistas em estudar em escolas norte-americanas.

Para Souza (2009) ocorreu no Brasil a transição de uma Biblioteconomia à francesa para uma aos moldes norte-americanos, a qual foi impulsionada pelos paulistas como Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo que estudaram Biblioteconomia nos Estados Unidos, que ao retornarem, ministraram aula nos cursos paulistas, introduzindo parâmetros norte-americanos de organização e administração de bibliotecas.

“A influência norte-americana que sucedeu a européia na Biblioteconomia brasileira, trouxe-nos entre muitas vantagens, o erro catastrófico da adoção do sistema de Mevil Dewey pela maior parte de nossas bibliotecas”. (FONSECA, p.35).

Rubens Borba de Moraes ao retornar dos Estados Unidos é responsável pela implantação em 1936 da Escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo, em sua concepção o curso tinha por objetivo qualificar tecnicamente os bibliotecários para atuar nas bibliotecas, que careciam de profissionais especializados. O curso foi fechado em 1939 por decreto do prefeito Prestes Maia. Sendo transferido em 1940 para Escola Livre de Sociologia e Política.

Com abertura deste novo curso e além de mudanças estruturais no conteúdo pedagógico com a incorporação do modelo pragmático americano a instituição *Rockfeller* fornece bolsas de estudos para candidatos oriundos de outros estados. O que atrai o interesse de profissionais de diversos estados do Brasil. Essa iniciativa contribuiu não só para a reorganização de velhas bibliotecas, mas também para aberturas de novas ao regresso desses recém formados bibliotecários. Como também para fundação de cursos de Biblioteconomia em outros estados (CASTRO, 2000; FONSECA, 1979).

1940 torna-se uma década bastante significativa para a Biblioteconomia brasileira.

A influência norte-americana também se deve ao fato dos Estados Unidos contribuir diretamente para Biblioteconomia na América-Latina, com apoio financeiro, concessão de bolsas de estudos em escolas estadunidenses, incentivo à leitura e realização de palestras e conferências (CASTRO, 2000).

Fonseca (1979) nos alerta que seria injusto considerar Rubens Borba e Josué Montello pela americanização da Biblioteconomia, pois ambos têm uma forte formação erudita européia. Bem como, conforme o autor seria injusto acusar a Biblioteconomia norte-americana como meramente técnica ou limitada a CDD e ao catálogo dicionário. Pois ela foi responsável por inúmeras iniciativas culturais e organizacionais, sem contar a riqueza de suas bibliotecas.

Na década de 1950 o Brasil já contava com mais de cinco cursos de Biblioteconomia. Este corpo profissional deu início a encontros e reuniões técnicas e científicas para troca de informação e experiência. Em 1953 acontece o primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal e em 1954 o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia realizado na cidade de Recife, egundo Souza (2009, p.67) “esse evento veio a se transformar no principal conclave

profissional, técnico e científico, reunindo profissionais de Biblioteconomia e áreas afins atuantes no país e, também profissionais vindos do exterior".

Em 1958 o movimento associativo bibliotecário consegue o reconhecimento de profissão liberal (portaria nº162, de 07/10/1958). No início da década de 1960 é instituído o currículo mínimo de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação, constituído basicamente por matérias importadas dos currículos norte-americanos iguais ao implantado pelo curso da prefeitura de São Paulo em 1936 (SOUZA, 2009). Em 1962 é publicada a lei sobre a profissão bibliotecária e regulamento do seu exercício.

Os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia no Brasil, surgiram na década de 1970 ao "estilo norte-americano de formação de cientistas da informação" criado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (SOUZA, 2009, p.93).

Vale destacar que para Fonseca (1979, p.40) no final de década de 1940 a Europa reconquista a Biblioteconomia brasileira a partir de incentivos da Unesco à Federal Internacional de Documentação, "fazendo-a reviver nos anos 50, os tempos gloriosos de Otlet e La Fontaine, e deslocando novamente para Europa as atenções dos bibliotecários brasileiros mais esclarecidos". Foi a Unesco que incentivou o envio de duas bibliotecárias para Europa e aos Estados Unidos para estudar serviços respectivos de documentação.

Nesse breve relato podemos observar como as esferas acadêmica e profissional foram influenciadas pela abordagem norte-americana. O forte desenvolvimento da Biblioteconomia nos Estados Unidos no século XX repercutiu de modo intenso no Brasil, não só pelos exemplos práticos, mas também pelos teóricos e didáticos a partir da importação de literatura. Tendo em vista a ausência de literatura e manuais que concedessem parâmetros para realização da prática biblioteconômica, pois o Brasil ainda engatinhava nesta nova ciência.

No contexto da nossa pesquisa sobre Catalogação de Assunto, nos convém compreender como a influência norte-americana ocorreu nesta formação acadêmica e profissional.

Como afirma Fonseca (1979) "para que as influências estrangeiras se tornem construtivas, no sentido da formação de uma consciência bibliotecária nacional, é indispensável que os bibliotecários brasileiros conheçam (a) a realidade brasileira; (b) as realidades nacionais estrangeiras".

Portanto, os procedimentos dessa metodologia são descritos a seguir.

5.1 Procedimentos metodológicos

No primeiro momento é apresentada a natureza do estudo e no segundo momento destaca-se a realização da coleta de dados com a aplicação do protocolo verbal com docentes da área de Biblioteconomia, e com profissionais bibliotecários atuantes na área de representação temática.

Tendo em vista os objetivos de investigar: a) a visão dos sujeitos em torno do conceito de "Catalogação de Assunto", verificando possíveis discordâncias e semelhanças com o processo de Indexação; b) o grau de relevância do assunto para estes sujeitos, tendo em vista sua posição de atuação na área; c) de que modo os princípios estabelecidos por Cutter influenciaram suas atividades.

5.1.1 Revisão de literatura

A metodologia aplicada nessa pesquisa foi de natureza bibliográfica exploratória, fundamentada no exame da literatura científica, para levantamento e análise daquilo que já se produziu sobre a Catalogação de Assunto, que teve por objetivos recolher e analisar as principais contribuições das pesquisas anteriores.

De característica também exploratória teve por propósito desenvolver, esclarecer e delimitar as questões relativas à Catalogação de Assunto oferecendo uma visão panorâmica sobre esse fenômeno.

No primeiro momento realizamos o resgate teórico da literatura de Catalogação de Assunto no âmbito da Organização e Representação da Informação, a partir dos documentos e bases de dados disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, bem como o acervo do Grupo de Pesquisa Análise Documentária.

Ressaltamos que nesse estudo bibliográfico não foi delimitado o espaço temporal das publicações, uma vez que teve por objetivo resgatar aspectos históricos do tema proposto. Portanto, buscamos abordar de modo abrangente diferentes fontes de informação selecionadas.

A análise do material selecionado ocorreu mediante leitura, análise, interpretação e síntese, a partir do que foi possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta

e sistemática acompanhada de anotações e fichamentos que possibilitou identificar e agrupar os conceitos, fatos históricos, descrição do processo, autores, proposta metodológica e outros dados relevantes ao tema em evidência.

Para tanto, utilizamos a análise de conteúdo constituída pela organização, exploração (codificação e categorização) do conteúdo do documento em si, com intuito de extrair dos documentos, de forma sistemática, os dados para análise qualitativa.

A análise textual qualitativa foi utilizada para identificar categorias que pudessem descrever os fenômenos relativos a Catalogação de Assunto. Contudo levando em consideração a possibilidade da subjetividade de uma análise qualitativa, a discussão dessa etapa se respaldou nos dados quantitativos, mediante sua incidência e relevância obtidas durante a construção do referencial.

5.1.2 Aplicação da técnica introspectiva do protocolo verbal

Para análise qualitativa utilizamos a metodologia da técnica introspectiva de “pensar alto” conhecido como protocolo verbal, que se constitui em:

> [...] uma metodologia de coleta de dados introspectiva, a qual propõe o acesso ao processo de pensamento do indivíduo que executa determinada atividade com objetivo pré-determinado. Enquanto executa a tarefa, o indivíduo verbaliza “tudo o que lhe passa pela cabeça” e, após a transcrição de seu Protocolo Verbal, é possível observar os conhecimentos declarativo, procedimental e metacognitivo sobre a atividade realizada. (FUJITA e RUBI, 2007, p. 143).

A metodologia do protocolo verbal foi preconizada por Ericsson e Simon na década de 1980 (1987 apud FUJITA, 2003). Sendo ele um método de análise introspectivo, que consiste na gravação da exteriorização verbal do pensamento durante a atividade de leitura. Tem sido muito utilizado por várias áreas do saber, tais como a Psicologia Cognitiva, Educação, Lingüística e Ciência da Informação, com o intuito de observar e investigar os processos mentais, principalmente de representação da informação e de uso de estratégias para esse processo. (FUJITA, NARDI, FAGUNDES, 2003).

No Brasil, os estudos coordenados por Fujita e pelo grupo de Análise Documentária são precursores do uso dessa técnica na Ciência da Informação, mais especificamente na observação do processo de leitura documental, cujo propósito é identificar por meio do relato verbal do processo mental de leitura, análise e tradução do texto as estratégias utilizadas pelo bibliotecário catalogador de assunto durante o processo de representação da informação. (FUJITA, 1999, 2003; FUJITA, NARDI, FAGUNDES, 2003).

Dependendo dos objetivos a serem alcançados, ele pode ser aplicado em duas modalidades: a) protocolo verbal individual (PVI) sem interação; b) protocolo verbal em grupo (PVG) - também conhecido por "leitura como evento social". O protocolo verbal individual é comumente o mais utilizado nas pesquisas, cujo sujeito é solicitado a "pensar alto" e o pesquisador apenas acompanha a verbalização do pensamento dele, sem qualquer tipo de interferência ou comentário. (FUJITA; CERVANTES, 2005).

Essa modalidade do PVI se refere à exteriorização verbal de um sujeito acerca de seus processos mentais durante a execução de determinada atividade, ou seja, ele verbaliza tudo aquilo que está sendo processado pelo seu pensamento relativo à tarefa.

"Nesse caso, o pesquisador não pode interferir na realização da tarefa, como, por exemplo, interagir com o sujeito, questionando-o ou direcionando-o de acordo com os interesses da pesquisa". O único momento permitido de intervenção é lembrar ao sujeito participante que ele deve exteriorizar tudo aquilo que vier em sua mente, ou seja, pensar alto. Durante esse processo cabe ao pesquisador controlar o aparelho gravador e fazer anotações que considere pertinente para pesquisa. (FUJITA, RUBI, 2007).

A proposta inicial da metodologia do PVI preconizada por Ericsson e Simon (1987) serviu de base para estruturação de uma nova metodologia que é o PVG. Adaptada por Nardi (1999) para a investigação com grupos de pessoas envolvendo-se eventos de leitura realizada colaborativamente para a observação da cognição socialmente construída, que diferente do PVI permite obter maiores conhecimentos, pois há troca de informações e reflexão entre os sujeitos participantes. Conceitualmente o PVG se caracteriza:

> [...] na reunião de pessoas (sujeitos participantes e pesquisador) para leitura de um texto e discussão de temas suscitados pelo mesmo. Neste caso, diferentemente do protocolo verbal individual, o pesquisador interage como um dos sujeitos participantes, com uma única função a mais: controlar o gravador. (FUJITA, RUBI, 2007, p. 145)

Essa nova abordagem de leitura cujos vários indivíduos reunidos se socializam uns com ou outros e ao mesmo tempo discutem um texto-base, consiste num evento social e foi apresentada por Bloome (1983 apud NARDI, 1999). Para Zanotto (1995) o PVG se caracteriza como um evento social de leitura, “no qual os leitores, numa interação face a face, partilham, negociam, constroem e avaliam as diferentes leituras”. (NARDI, 1999, p. 42). Sendo ele utilizado com o objetivo de observar a cognição socialmente construída.

O uso do PVG para os estudos de percepção se destaca de suma importância para área, pois permitem observar como os sujeitos participantes percebem e interpretam o tema discutido por eles. Esse momento de interação entre os sujeitos pode revelar o modo como eles refletem, analisam e relacionam com outros aspectos pertencentes ao seu contexto.

Assim, aplicado em grupo, apresenta além das abordagens individuais, as conclusões alcançadas pelo grupo ao discutir o mesmo conteúdo, podendo proporcionar uma visão abrangente do tema, ao abrir espaço para a discussão do assunto.

Diante do exposto, justifica-se a escolha dessa metodologia para a análise qualitativa, aplicado nas esferas representativas de âmbito acadêmico e profissional, com o objetivo de observar: a) a visão dos sujeitos em torno do conceito de “Catalogação de Assunto”, verificando possíveis discordâncias e semelhanças com o processo de Indexação (se caracterizam como o mesmo processo, especificar diferenças e semelhanças metodológicas) e suas considerações sobre o tratamento temático da informação; b) o grau de relevância do assunto para estes sujeitos, tendo em vista sua posição de atuação (profissional e acadêmica) na área; c) de que modo os princípios estabelecidos por Cutter o influenciaram em suas atividades.

De modo a cumprir com os objetivos propostos aplicamos o PVG com docentes que ministram disciplinas relativas à área de representação e tratamento temático da informação no curso de Biblioteconomia, nas universidades da região sudeste do Brasil. Sendo eles sujeitos representativos da área acadêmica, responsáveis pela produção (massa crítica) da área e formadores de futuros profissionais. E com profissionais bibliotecários que atuam no processo de representação temática, em bibliotecas universitárias (pública e privada), municipal e especializada.

Para tanto, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos (NARDI, 1999; FUJITA, NARDI, FAGUNDES, 2003) que se constituem em procedimentos anteriores, durante e

posteriores a aplicação do PVG. Observamos, que esses três procedimentos da coleta de dados do protocolo verbal são utilizados em qualquer modalidade dessa técnica (FUJITA, RUBI, BOCCATO, 2009).

- **Procedimentos anteriores a aplicação do protocolo verbal em grupo**

Os procedimentos anteriores a coleta se constituíram do seguinte modo:

(a) Seleção dos sujeitos participantes: selecinamos os docentes que ministram aulas de tratamento temático no Curso de Biblioteconomia em universidades brasileiras. Essa busca foi feita através da plataforma lattes e do sítio eletrônico das respectivas instituições. Delimitando desse modo o universo da pesquisa.

(b) Seleção do texto-base para discussão entre os sujeitos: em virtude da carência de literatura nacional, optamos por utilizar um recorte bibliográfico do referencial teórico dessa pesquisa, de modo que abrangessem de maneira clara os objetivos a serem discutidos pelos participantes. Esse texto-base encontra-se no APÊNDICE A.

Vale destacar que a seleção desses *frames* não é usual e se caracteriza em algo novo para técnica de protocolo verbal. Tradicionalmente, no PVG escolhe-se um artigo científico ou texto monográfico pertinente que aborde os objetivos, ainda que indiretamente da pesquisa em andamento, de modo que suscite discussão, reflexão e percepção dos sujeitos participantes acerca do tema.

O pesquisador pode optar por delimitar no texto quais trechos que serão utilizados no momento da leitura sinalizando-o para evitar uma leitura extensa e cansativa como também, selecionar aquilo que julgue mais pertinente aos objetivos propostos.

A escolha do texto-base da nossa pesquisa embora não seja usual justifica-se pelo fato de não termos encontrado na literatura nacional um artigo que abordasse todos os objetivos propostos ou ainda que parcialmente suscitasse questões relativas ao tema, já que se trata de uma temática pouco investigada. Por isso, optou-se em utilizar recortes desse referencial teórico, tendo em vista que ele foi construído com respaldo na literatura científica. Dessa maneira, o recorte foi delimitado com o propósito de evidenciar os objetivos da pesquisa o roteiro pré-estabelecido para

que suscitasse a discussão e a percepção dos participantes sem interferência a indução da pesquisadora.

(c) Definição da tarefa: se constituiu na delimitação dos objetivos a serem alcançados com base nos questionamentos: o por quê do estudo? Que informações deverão ser obtidas? Quais tópicos serão abordados? Essas informações já foram citadas anteriormente e condizem com os objetivos da aplicação.

(d) Elaboração do roteiro: A realização desse protocolo verbal em grupo teve por base a necessidade de se verificar três grandes aspectos a partir da percepção dos docentes do curso de Biblioteconomia. Para tanto foi elaborado um roteiro a ser seguido durante a aplicação do PVG com base nos objetivos da pesquisa:

Catalogação de Assunto

Conceito de Catalogação de Assunto

Catalogação de Assunto X indexação

Procedimento metodológico da indexação X Catalogação de Assunto

Catalogação de Assunto no tratamento temático da informação

Relevância do tema para sujeitos.

Cutter

Princípios de Cutter para a Catalogação de Assunto.

A influência e o legado de Cutter para Catalogação de Assunto.

(e) Conversa informal com os sujeitos: que se constitui na 1) recepção e apresentação da pesquisadora e dos sujeitos participantes; 2) apresentação da pesquisa, destacando sua importância para área; 3) familiarização dos participantes com a metodologia de Protocolo Verbal em Grupo, explicando os procedimentos da técnica e como proceder durante sua aplicação; 4) expectativas almejadas; 5) justificativa da escolha dos sujeitos.

- **Procedimentos durante a aplicação do protocolo verbal em grupo**

(a) Gravação do "pensar alto" do grupo de sujeitos: que realizaram a leitura e discussão de texto-base referente ao tema a ser observado.

- **Procedimentos posteriores a aplicação do protocolo verbal em grupo**

(a) Transcrição dos dados na íntegra: realizamos a transcrição literal da gravação, com a identificação das fontes da fala individual, contudo foi preservada a identidade de cada sujeito, tendo seus nomes modificados. As falas são numeradas em *turnos* e divididas em *unidades de análise* para que a análise seja facilitada e a natureza contínua da interação mantida. Ao final de cada unidade é feita uma análise das falas dos sujeitos participantes.

(b) Análise dos dados: se constitui na leitura detalhada dos dados em busca de fenômenos significativos e recorrentes para a construção das categorias de análise;

(c) construção de categorias**:** que se constituem nas unidades de análise pelo qual serão analisadas e estruturadas as informações obtidas com a aplicação do protocolo verbal em grupo.

(d) Releitura dos dados: com intuito de retirar trechos da discussão que exemplifiquem cada fenômeno da categoria.

- **Procedimentos quanto às análises dos dados**

As categorias para análise foram elaboradas em conformidade com o roteiro elaborado para aplicação do protocolo verbal em grupo, que resultaram em cinco categorias de análise:

- O tratamento temático e as metodologias de representação
- Catalogação de Assunto versus indexação
- Conceito de Catalogação de Assunto
- Cutter
- A questão do assunto

Os dados coletados foram numerados em *unidades de análises* para que se torne viável a sua apresentação e análise, permitindo a divisão do grande volume de falas de toda interação entre os participantes. Todavia, ressalta-se que não foram divididos em turnos seqüenciais, em virtude do dinamismo das discussões e reflexões dos sujeitos participantes. Por isso, de modo que pudéssemos agrupar as informações foram destacados fragmentos das falas tendo o cuidado de respeitar o contexto o qual estão inseridas.

As unidades interacionais receberam numeração de acordo com a ordem em que aparecem na transcrição. Ou seja, o primeiro turno inicia toda a sessão de discussão do texto, seguindo numeração sucessiva de acordo com a interação. (NARDI, 1999).

Desse modo, as categorias são apresentadas em unidade. As falas seguem com a indicação do sujeito falante, entretanto nem todas as falas foram utilizadas e sintetizadas. Sendo destacados em negrito os fenômenos que melhor caracterizam o objetivo da unidade. Como são apresentadas a seguir.

5.2 Análise das transcrições

UNIDADE 1: O tratamento temático e as metodologias de representação

Esta unidade de interação teve por objetivo apresentar reflexões relativas à análise de assunto e a identificação para representação a partir das metodologias de representação. Com respaldo teórico em Cutter, (1904) e Chan (1994).

> **PVG ACADÊMICO**
>
> | ***2. Acadêmico 1:*** *(...)* ***na própria história da representação temática uma preocupação com a indexação por palavras não*** *é?* ***Onde nós tínhamos a extração das próprias palavras do documento*** *ta? E* ***isso era uma forma de representação****.* ***Depois nos preocupamos com a representação dos assuntos****, não é? Então* ***daí vem à Catalogação de Assunto,*** *(...)* ***aí para normatizar isso temos as regras de Cutter****, que inclusive* ***não são apenas regras, mas também muitas vezes princípios para a Catalogação de Assunto*** *e* ***para a representação dos assuntos nós tínhamos os cabeçalhos de assunto e os esquemas de classificação****, e* ***depois passamos à indexação dos conceitos e aí trabalhamos mais com os tesauros****.* ***Quando você está indexando você se preocupa mais com os pontos feitos do que com os assuntos em si.*** *Porque pra isso nós* ***utilizamos um esquema de classificação****, por exemplo,* ***se for numa unidade de informação geral****, mas* ***em unidades de informação especializadas nós trabalhamos até mesmo com cabeçalhos de assunto****, mas dando mais assim... um* ***cunho até de vocabulário controlado e preocupados com as definições dos assuntos e dos conceitos*** *(...)*
>
> **PVG PROFISSIONAL**
>
> ***Profissional 1:*** *(...)* ***Mesmo livros que são de outras áreas do conhecimento a gente coloca dentro de um assunto que é do interesse das pesquisas das pessoas que utilizam a biblioteca****. (...)* ***recorrer ao resumo do texto, ao sumário. Quando tem índice, a gente utiliza o índice, nos últimos casos eu utilizei a ficha catalográfica*** *que vinha nos próprios livros (...).*
>
> | ***48. Profissional 2****:* ***primeiro eu determino que assunto este está, e depois qual é o próximo passo, eu vou pra base da lista de cabeçalho*** *que a gente utiliza pra isso, ok?* ***Vou lá identificar o meu assunto*** *naquela lista (...).*

Síntese da unidade: a interação teve início ao apresentar a evolução do tratamento temático em diferentes momentos, no qual cada época tinha um propósito específico do que representar. É mencionado brevemente os instrumentos que auxiliaram o profissional em cada época específica,

que melhor atendia as necessidades do momento. Segue-se falando do procedimento de estabelecer o cabeçalho de assunto e o papel importante que a leitura documentária desempenha para análise de assunto. Destaca-se a necessidade da área estabelecer e construir mais metodologias para o tratamento temático da informação, no entanto a prática se torna muito imprescindível nesse processo. Os sujeitos chamaram a atenção para a análise do contexto institucional, usuário, política de indexação existente ou não, além do processo de leitura documentária. Merece destaque, pois é mencionado a influência que a LC impõe sobre quais metodologias e instrumentos utilizar na representação. É também bastante interessante o ponto em que os sujeitos apontam que o catalogador após algum tempo de prática, acaba por criar uma metodologia própria, pois afinal o que seria essa metodologia particular? Em que ponto de sua prática, o profissional internaliza tão bem os processos de exame do documento, que pode prescindir dos instrumentos e basear-se somente em sua experiência? Esse é um ponto altamente dependente do contexto em que ele está inserido, e que não tem como ser previsto pelos princípios, códigos etc.

UNIDADE 2: Catalogação de Assunto *versus* indexação

Esta unidade de interação teve por objetivo apresentar as discussões referentes a conceituação e metodologia da Catalogação de Assunto e indexação, pois não há um consenso na área sobre suas delimitações, que ora são entendido como o mesmo processo, ora como distintos. Com respaldo teórico em Milstead (1983) e Lancaster, (2004).

> **PVG ACADÊMICO**
> | ***3. Acadêmico 2:*** *Eu acho que eu* ***nunca pensei num catalogador como não sendo um indexador*** *a priori, assim, a parte de****... levantamento de... enfim, de entradas para assunto,*** *eu sempre* ***pensei enquanto catalogadora, que eu acho que eu sempre recorri à metodologias, à teorias de indexação para fazer a entrada de assunto****. Não consigo ver de forma dissociada o catalogador de assunto do indexador****. Mas eu posso estar equivocada. Não sei, estou pensando, não sei.*
>
> | ***4. Acadêmico 3:*** *Estou lembrando aqui que quando estudei* ***nos Estados Unidos****,* ***eles falavam que a Catalogação Descritiva e a Catalogação de Assunto, a de assunto eram os pontos de acesso conceituais que a gente dava****. E, outra coisa que estou lembrando é que* ***na literatura internacional que a gente vê que a indexação não é apenas a dificuldade de entender esta terminologia****, da... organização terminológica que a gente vê hoje lá no GT 2 {grupo temático da Organização da Informação} que* ***indexa é mais ligada à elaboração*** *de... talvez, do* ***ponto de vista americano*** *no texto que coloco ali, talvez a* ***catalogação... os objetos do "catalog"*** *que eles falam seria aí para diferenciar do "****index" que é a elaboração de índices****. Então a gente tem que ter esse cuidado aí também*
>
> **PVG PROFISSIONAL**
> | ***87. Profissional 1:*** *pelo menos* ***dentro da minha formação é a mesma coisa, pra mim é tudo a mesma coisa****, tanto que eu tenho muita dificuldade nisso de entender essa questão dos termos.*
>
> | ***102. Profissional 4.*** *: Ah e porque foi o que eu aprendi, com o que é* ***trabalhar com assunto é classificação****, então é isso!*

Síntese da unidade: nessa unidade os sujeitos levantaram vários pontos pertinentes e destaca-se pela quantidade de turnos que abordaram essa tão polêmica problemática. Pois além de abordarem a própria confusão conceitual e terminológica, citaram a formação das linhas de

pensamento e um ponto bastante interessante apontado na fala do turno 18 é em relação com a formação básica da área, ou seja, o início da formação acadêmica é de certa forma determinante. Como que os futuros profissionais aprendem os conceitos de tratamento temático? Isso nos chama a atenção, pois sabemos que essas discussões ficam mais restritas ao âmbito acadêmico e, profissionais que não participam dessa discussão, acabam por manter apenas os conhecimentos rasos dessa iniciação e dessa forma, consideramos que a responsabilidade dos professores também se amplia ao ter isso em vista. Também houve a citação quanto ao ensino nos Estados Unidos que como vimos difere do nosso. No entanto, percebe-se que no âmbito global da representação não há distinções sobre processos, todos atuam apenas com uma finalidade que é representar a informação.

UNIDADE 3: Conceito de Catalogação de Assunto

Esta categoria teve por objetivo reunir aspectos que possam delimitar o conceito de Catalogação de Assunto na percepção dos sujeitos. Com respaldo teórico em Milstead (1983) Lancaster (2004).

> **PVG ACADÊMICO**
> | ***4. Acadêmico 3:*** *do ponto de vista americano no texto que coloco ali, talvez a* ***catalogação...*** *os objetos do "****catalog****" que eles falam seria aí para diferenciar* ***do "index" que é a elaboração de índices.***
>
> | ***18. Acadêmico 4:*** *(...)* ***Catalogação de Assunto existem princípios, só para o cabeçalho de assunto,*** *(...).*
>
> | ***96. Acadêmico 3: Na Catalogação de Assunto não trata sinônimo,*** *eu acho que é isso!* ***A Catalogação de Assunto está mais para a garantia literária do conceito*** *(...)*
>
> **PVG PROFISSIONAL**
> | ***18. Profissional 4:*** *e primeiro eu quero dizer o meu plano em termo sobre Catalogação de Assunto, que pelo menos que eu me lembre durante* ***a faculdade surgiu catalogação como uma coisa e o processo de determinar o assunto ou seja a classificação como outra****, como coisas distintas.*

Síntese da unidade: não foram apontados conceitos sistematicamente definidos sobre a Catalogação de Assunto, embora descreva algumas de suas atribuições como representação do tema centrada na garantia literária, como princípios que norteiam seu processo na construção dos cabeçalhos de assunto. Todavia prevalece algo já verificado na literatura que é tendência em definir os processos de Catalogação de Assunto e indexação através de seus índices, um aspecto baseado na visão etimológica.

UNIDADE 4: Cutter

Esta unidade teve por objetivo reunir aspectos relativos as contribuições de Cutter, verificando a possível influência de suas idéias para área. O capítulo 4 deste trabalho é dedicado a esse teórico. Com respaldo teórico em Cutter (1876), Foskett (1973) e Miksa (1977).

> **PVG ACADÊMICO**
> | ***2. Acadêmico 1:****Então daí vem à* ***Catalogação de Assunto****, então até como está colocado aqui no texto, e aí* ***para normatizar isso temos as regras de Cutter****, que inclusive* ***não são apenas regras****,* ***mas também muitas vezes princípios para a Catalogação de Assunto e para a representação dos assuntos****.*
>
> | ***11. Acadêmico 1:****E aí quando você olha por exemplo o* ***princípio de Cutter, o princípio sindético, então você percebe que quando você vai fazer esta representação no catálogo, a mais pura Catalogação de Assuntos****, (...).*
>
> | ***14. Acadêmico 4:*** *[...]* ***porque o Cutter foi o primeiro a superar um pouco a pratica baseada só no bom senso.*** *Então vamos pensar,* ***propor algumas regras, algumas saídas para orientar mais o profissional****. Então a* ***primeiro momento eu acho que é necessário profissionalizar e cientifizar****.*
>
> **PVG – Profissional**
> | *7****3. Profissional 4:*** *pra mim o Cutter que eu* ***conheci dentro da faculdade na universidade, foi simplesmente a notação de autor*** *só.*
>
> | ***85. Profissional 3:*** *embora ele não tenha utilizado na prática, mas em termos de teoria ele é* ***muito citado pelos princípios de uso do catálogo, das idéias dele por essa questão dele ter sido visionário****.*

Síntese da unidade: percebe-se nessa unidade quão significativos são os princípios de Cutter para representação da informação, sendo eles que orientam diferentes sistemas e instrumentos, que foram elaborados como forma de normatizar, dar rigor metodológico para a Catalogação de Assunto. Destaca-se a fala do turno 14 que menciona que Cutter foi o primeiro a superar a prática baseada no bom senso, rompendo algumas barreiras. Cabe lembrar que Cutter, preponderou as decisões de acordo com o uso com os usuários e dessa forma, não apenas superou o bom-senso, mas colocou o usuário acima de todos fatores, dando ênfase da mediação na representação da informação.

UNIDADE 5: Questão do assunto

Esta unidade teve por objetivo reunir aspectos relativos a problemática de definição de assunto, aspecto importante para área de representação que foi abordada no referencial teórico no capítulo 3. Com respaldo teórico em Lancaster, (2003), Hutchins, (1977); Dias, (2004); Hjørland, 2007)

> **PVG ACADÊMICO**

| ***4. Acadêmico 3:*** *A gente vê na literatura que o bibliotecário, ainda mais a gente que é professor, que devemos* ***ensinar a diferença entre assunto e conceito não é****? Aí o aluno pergunta* ***qual a diferença entre conceito, assunto simples, composto. Isso é uma questão em que a gente vê muita dificuldade****.*

| ***10. Acadêmico 3:*** *(...)* ***a lista de cabeçalhos de assunto lá do congresso, ele aceita em assunto****. Ele* ***não fica assim avaliando os conceitos de representação em geral****. A* ***lista de cabeçalho de assunto da biblioteca do congresso partiu do momento****, ela* ***foi elaborada a partir do momento... da bibliografia já existente na biblioteca do congresso pra levantar terminologia****.* ***E não você estudar o conhecimento no todo e representá-lo****. Então eu acho* ***por exemplo, o que é assunto composto e complexo? Poderia falar*** *que são dois temas tratados ou dois conceitos tratados dentro de áreas diferentes. Áreas de assuntos.* ***Porque o assunto é mais abrangente. Então o assunto remete muito a gente a área de classificação. Quando você pensa na CDD, CDU, ali a gente tem um esquema de assunto. Não é conceitual no sentido de como foi elaborado****.*

| ***86. Acadêmico 3:*** *(...) tem um material que fala que* ***assunto seria o tema no todo*** *e* ***conceito em indexação*** *(...) eu acho que é difícil o ponto de partida para se dar continuidade a pesquisa seria é o* ***conceito na geração de assunto.***

PVG Profissional

| ***4. Profissional 3:*** *No caso dos códigos, eu fico pensando naquele "coiso" de rendimento fácil que você já tem, de como você vai* ***fazer um assunto, partimos de um ponto em que o assunto é algo subjetivo porém explicito****.*

Síntese da unidade: nessa unidade foram levantadas questões referentes a ambigüidade ou não entre “assunto” e “conceito”, no qual são apontadas algumas diferenças e semelhanças a partir de suas definições e contexto no qual estão inseridos. Lembramos que o conceito de assunto, também apresenta sérias discussões como apontado nesse relatório, há também a preocupação de se saber se essas definições de fato irão alterar a prática.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados provenientes da revisão de literatura e do protocolo verbal em grupo.

6.1 Quanto à revisão de literatura

A exploração da literatura para a fundamentação teórica da pesquisa nos levou inicialmente a confirmação de um ponto já levantado no projeto inicial, que é a pouca produção no tema em língua portuguesa, principalmente sobre Cutter. Contudo foi possível construir um referencial bastante abrangente e que serviu de base não apenas para esse momento da pesquisa, mas também possíveis segmentos investigativos em outras abordagens.

O resgate histórico sobre catalogação permitiu identificar a evolução da área a partir das construções de produtos e instrumentos, tais como o catálogo, listas de cabeçalhos de assunto e códigos de catalogação. Bem como as bases teóricas e metodológicas que alicerçaram a Catalogação de Assunto.

Observa-se também a inserção da mediação da informação ocorrida após a necessidade de tratar o documento com foco no conteúdo, tendo em vista a conveniência do usuário. Isso contribui para a construção de instrumentos que pudessem auxiliar o usuário no momento da busca, com intuito de fundamentar e normatizar essa prática, minimizando o uso do bom senso, aspecto subjetivo pelo qual os profissionais se orientavam.

Para construção desses instrumentos verificamos que a área buscou-se respaldo teórico de outras áreas do conhecimento, que contribuíram de forma significativa para redução de lacunas nos estudos da área de representação.

Em relação à Catalogação de Assunto percebe-se que dois marcos importantes contribuíram para o desenvolvimento da área. Primeiro a trajetória dos catálogos a partir do desenvolvimento da Biblioteconomia, que contribui para a cientifização da área. Segundo, essa cientifização ocorreu a partir das propostas de Charles Cutter, que além de apresentar as *Rules for a dictionary catalog*, que serviu de base para construção de outros instrumentos utilizados nas bibliotecas norte-americanas e que influenciou a Biblioteconomia em vários outros países.

A influência de Cutter ocorre tendo em vista, que foi o primeiro sistematizador de regras e princípios para a Catalogação de Assunto, abordando pontos importantes, desde como selecionar qual o termo mais importante em assuntos compostos, mesmo que não oferecesse regras estritamente definidas, e a importância de levar em consideração a comunidade utilizadora do acervo, sendo que a atribuição dos assuntos deveria estar em consonância com o seu uso público e não alheio a ele. Esse é um ponto importante, pois transparece o viés de intermediação e responsabilidade social que já estava presente na obra de Cutter.

Cutter ofereceu não apenas um tratado teórico das suas reflexões sistematizadas nas *Rules* marco conceitual e teórico da área de catalogação, mas também ofereceu uma ferramenta de uso prático, que foi a Classificação Expansiva, na qual veio a ser baseado os Cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*. Dessa forma, ficou claro como a visão de Cutter abarcou os dois lados do problema, pois buscou materializar as suas reflexões em uma ferramenta de uso prático.

6.2 Quanto à aplicação do PVG

A análise do protocolo verbal em grupo foi realizada a partir de cinco categorias de análise. Os resultados aqui apresentados estão descritos seguindo a ordem de análise das categorias.

Categoria 1 - O tratamento temático e as metodologias de representação

A análise demonstrou que na percepção dos sujeitos ao realizar os processos de análise de assunto para identificação do tema, eles devem considerar o ponto de vista do usuário, de modo que possa identificar e selecionar os termos que melhor se adaptem as necessidades do usuário. O que reflete tanto o princípio de uso como o de conveniência propostos por Cutter (1904), Chan (1994). Observa-se também como resultado que o processo identificação deve se ater ao contexto institucional, do usuário e da política de indexação da unidade de informação. O que reflete o princípio de conveniência do usuário (CUTTER, 1904; CESARINO e PINTO, 1978) na tomada de decisão.

Exemplos:

> ***122. Acadêmico 1: Na análise de assunto,*** *na leitura documentária que* ***você já identifica tudo isso para fazer o tipo de representação*** *(...)* ***dependendo da política de indexação*** *(...)* ***Qual é a primeira coisa que você faz ao querer indexar um documento? Do ponto de vista, do seu tema, você tem que fazer uma leitura documentária, não tem como ao fazer essa leitura documentária você vai analisar que conteúdo é esse, para quê? Para representar, dependendo do contexto, dependendo do usuário, ou seja, da política de indexação estabelecida é que você vai representar***
>
> ***27. Profissional 2:*** *(...) mas sempre pensa na recuperação disso como vai ser, entendeu? mas conforme você vai colocar,* ***pense sempre na sua pretensão, no seu usuário, quem é o meu usuário****?*
>
> ***28. Profissional 1:*** *uma das vantagens por exemplo, no caso onde eu trabalho é que são* ***poucos usuários e esses usuários você já tem um contato maior*** *(...)*
>
> ***|30. Profissional 3:*** *, então é algo onde estou vendo essa diferença, que é você fazer* ***uma indexação já sabendo quem é o usuário****, e quando não sabe quem é. Então você fica meio que no escuro,* ***agora você com o material na mão você do que aquele material trata, mas a partir do momento que você não conhece a linguagem do seu usuário, você não sabe quem é o seu usuário, como você vai definir o termo para que fique fácil para ele chegar no documento****!*
>
> ***45. Profissional 3:*** *Então, a princípio é uma coisa muito fácil você pegar o material na mão, por exemplo um texto fala sobre* ***determinado assunto, na sua mente as vezes é muito claro mas a dificuldade está na hora de você registrar isso, o Termo, e se na hora de você colocar isso você se preocupar com o usuário é uma dificuldade maior ainda****...*
>
> ***46. Profissional 2:*** *mas eu penso que o assunto não pode ser determinado, se não for centrado no usuário.*

É importante destacar o ponto em que o catalogador após algum tempo de prática, desenvolve sua própria metodologia de representação. A necessidade de construir diferentes metodologias de análise é algo inerente a área de tratamento temático e resgata seu percurso histórico a partir das contribuições dos teóricos: Ranganathan (1958), Cutter (1904), Kaiser (1911), Coates (1960) entre outros. As obras de Cutter são bons exemplos, pois foram desenvolvidas a partir da sua atuação profissional enquanto bibliotecário. Exemplos:

> ***| 50. Acadêmico 4:*** *Então eu acho* ***importante que a área acumule mais em termos de metodologia de tratamento dos documentos do ponto de vista do conteúdo***
>
> ***| 48. Profissional 2****:* ***primeiro eu determino que assunto este está, e depois qual é o próximo passo, eu vou pra base da lista de cabeçalho*** *que a gente utiliza pra isso, ok?* ***Vou lá identificar o meu assunto*** *naquela lista*
>
> ***| 56. Profissional 4****: quando* ***você fala em descrever catalogação é uma coisa mais exata, agora já para assunto é uma coisa mais subjetiva então****, mesmo tendo um código... não tem como ter um código para lidar com alguma coisa subjetiva*

Isso demonstra a necessidade de se ter metodologias que respaldem representação de assunto, sistematizando esse processo. Destaca-se as regras de Cutter e a utilização de instrumentos como os tesauros, listas de cabeçalhos de assunto e os códigos de classificação.

Exemplo:

> | ***2. Acadêmico 1:****O interessante é que nós temos* ***na própria história da representação temática uma preocupação com a indexação por palavras não*** *é?* ***Onde nós tínhamos a extração das próprias palavras do documento*** *ta? E* ***isso era uma forma de representação****.* ***Depois nos preocupamos com a representação dos assuntos****, não é? Então* ***daí vem à Catalogação de Assunto,*** *então até como está colocado aqui no texto, e* ***aí para normatizar isso temos as regras de Cutter****, que inclusive* ***não são apenas regras, mas também muitas vezes princípios para a Catalogação de Assunto*** *e* ***para a representação dos assuntos nós tínhamos os cabeçalhos de assunto e os esquemas de classificação****, e* ***depois passamos à indexação dos conceitos e aí trabalhamos mais com os tesauros****.*

Outro ponto importante que pode ser destacado como resultado é a forte influência que *Library of Congress* exerce (MILSTEAD, 1983; MAYER, 1952; GOMES: MARINHO, 1984) a partir das suas listas de cabeçalhos de assunto, pois nos Estados Unidos mais de 80% (FOSKETT, 1973) das bibliotecas utilizam esse padrão desenvolvido por eles. Exemplo:

Por um lado isso facilita o intercâmbio de informação, por outro limita a construção de novas metodologias (MILSTEAD, 1983).

Categoria 2 - Catalogação de Assunto versus indexação

Na análise dessa categoria foi possível verificar cinco percepções diferentes sobre a questão: (a) processos idênticos a partir do ponto de vista metodológico; (b) processos diferentes a partir do ponto de vista metodológico; (c) processos diferentes a partir do ponto de vista dos produtos (d) processos idênticos a partir do ponto vista metodológico, mas diferentes do ponto vista histórico e e) processos idênticos, com nomes distintos. *Quadro 5*

CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO VERSUS INDEXAÇÃO	
Concepção	**Declaração dos participantes do PVG**

Processos idênticos a partir do ponto de vista metodológico		***3. Acadêmico 2:*** *Eu acho que eu* ***nunca pensei num catalogador como não sendo um indexador*** *a priori, assim, a parte de****... levantamento de... enfim, de entradas para assunto,*** *eu sempre* ***pensei enquanto catalogadora, que eu acho que eu sempre recorri à metodologias, à teorias de indexação para fazer a entrada de assunto****. Não consigo ver de forma dissociada o catalogador de assunto do indexador****.*** *Mas eu posso estar equivocada. Não sei, estou pensando, não sei.* | ***15. Acadêmico 3: Quando eu estudei lá*** *{Estados Unidos} em 91, que eu fiz mestrado, eu* ***não tive a disciplina "indexação". Eu tive "catalogação do objeto catalog****" e o "descritivo catalog". É o que eu posso falar.* ***Porque essa de "objeto catalog" que eu fiz foi "indexação", era analisar o documento, e colocar os pontos de acesso*** *um, dois e três e* ***utilizava metodologia de indexação*** *propriamente pra fazer o cabeçalho de assunto.* | ***20. Acadêmico 1:****Então, mas eu acho que* ***na própria literatura existe uma confusão****, até mesmo aqui. Pelo que a gente tá colocando aqui, vejam,* ***nós falamos de Catalogação Descritiva e de Catalogação de Assunto****.* ***Isso numa linha meio norte-americana****. Mas* ***numa linha mais européia, sobretudo na francesa, o que se fala é na descrição de conteúdo, e a própria descrição do conteúdo como a descrição de um documento. (...) Porque se nós formos analisar a catalogação e a indexação, são praticamente sinônimos****... Mas aí é que está, a indexação, se você falar assim:* ***o que você faz numa catalogação? Você está indexando o documento****, só que aqui,* ***nós tomamos a indexação como indexação temática. Ou indexação de assunto.***
Processos diferentes a partir do ponto de vista metodológico			***12. Acadêmico 4: Mas eu acho que implica em formas diferentes de fazer, porque os estudos caminham para lados diferentes e as praticas também.***
Processos diferentes a partir do ponto de vista dos produtos		***4. Acadêmico 3:*** *Estou lembrando aqui que quando estudei* ***nos Estados Unidos****,* ***eles falavam que a Catalogação Descritiva e a Catalogação de Assunto, a de assunto eram os pontos de acesso conceituais que a gente dava****. E, outra coisa que estou lembrando é que* ***na literatura internacional que a gente vê que a indexação não é apenas a dificuldade de entender esta terminologia****, da... organização terminológica que a gente vê hoje lá no GT 2 {grupo temático da Organização da Informação} que* ***indexa é mais ligada à elaboração*** *de... talvez, do* ***ponto de vista americano*** *no texto que coloco ali, talvez a* ***catalogação... os objetos do "catalog"*** *que eles falam seria aí para diferenciar do "****index" que é a elaboração de índices****. Então a gente tem que ter esse cuidado aí também* | ***21. Acadêmico 4:*** *Porque a* ***indexação seria a geração de índices****?* | ***22. Acadêmico 1:****Isso.* ***É um problema conceitual****. E* ***a catalogação é a geração de catálogos****. Então veja...*
Processos idênticos a partir do ponto vista metodológico, mas diferentes do ponto vista histórico		***8. Acadêmico 3:*** *Não, a mesma atividade. Só me deixa terminar o raciocínio.* ***Quando você fala em indexação você esta pensando mais no conceito. Quando você fala do objeto que você cataloga, você esta pensando mais nos cabeçalhos de assunto e nos sub-cabeçalhos de assunto.*** *A* ***representação do assunto é a temática****... e se você pensar se aquele conceito está inserido dentro de uma área de um domínio ou não* | ***14. Acadêmico 4:*** *Então eu acho que* ***por conta deste histórico, com a noção de conceitos, ficou mais relacionada aos estudos e as praticas da indexação****. E* ***a noção da descrição, da Catalogação de Assunto, acho que ela acabou ficando mais vinculada tanto aos estudos como as praticas que são disseminadas aí pelos Estados Unidos****. (...)* | ***35. Acadêmico 4:*** *E acho que é* ***marcado por culturas diferentes né, porque quando a gente fala da catalogação, estamos falando de biblioteca e de contexto nos Estados Unidos.*** *Então estamos* ***falando de um país diferente e de uma instituição informativa... específica que é a biblioteca.*** *A questão da* ***indexação caminhou para contemplar mais a questão do conceito propriamente,*** *porque seria uma representação mais fiel, fiel não fiel não é uma palavra boa ((RI)), com mais rigor do ponto de vista do registro, mas para contemplar a área especializada,* ***então a indexação tinha a ver com esse universo do tratamento da informação especializada****, e portanto* ***não estava falando muito das bibliotecas em geral****. Não é?* ***Estava falando do centro de documentação****, já tem outro movimento.*
Processos idênticos, com nomes distintos			***6. Acadêmico 3:*** *Não,* ***eu acho que é a mesma atividade com nomes diferentes.*** | ***18. Acadêmico 4:*** *Então, é que eu acho que você falando com as suas palavras, com a sua formação, é* ***aquilo que existe em outro universo de forma parecida****. (...) Complementando a questão da formação, eu fiquei, digamos assim, eu* ***fui conhecer essa distinção quando eu fui trabalhar na UFMG que tem essa linha mais norte-americana****. Mas eu* ***me formei aprendendo classificação, catalogação e indexação****. Eu não conhecia essa distinção. Mas é* ***interessante porque você vê que nessa linha da Catalogação de Assunto existem princípios, só para o cabeçalho de assunto, por mais que ele não seja tão adequado nem informatizado, existe um princípio de formação****...* | ***24. Acadêmico 1:****Agora seria indexação temática então, e* ***Catalogação de Assunto, então seriam sinônimos****, mas* ***se você fala no geral indexação e catalogação, então são genéricos****.* ***São termos sinônimos****. Aí no que tange a descrição, não é, quando nós falamos de descrição, aqui, por exemplo, no Brasil,* ***temos muita descrição apenas do suporte físico, mas a descrição também do conteúdo.*** | ***87. Profissional 1:*** *pelo menos dentro da minha formação* ***é a mesma coisa, pra mim é tudo a mesma coisa****, tanto que eu tenho muita dificuldade nisso de entender essa questão dos termos.*

Processos diferentes do ponto vista teórico, mas semelhante na prática		***88. Profissional 3:*** *eu acho que é a diferença está logicamente posta na teoria, assim, acho que na teoria ela pode ser muito discutida, pode ser encontrando muitas divergências, mas na pratica* | ***98. Profissional 2:*** *porque as vezes, fala assim****, a Catalogação de Assunto é mais genérico e a indexação é mais especifica, eu acho errado*** *quando faz uma especificação dessa.* | ***103. Profissional 1: é Catalogação de Assunto na totalidade no geral, e a indexação é um pouco mais especifico, o que eu faço é o especifico, pra mim isso é Catalogação de Assunto, da forma que colocam aqui então pra mim é a mesma coisa, os termos só diferem*** *(...)como foi discutido até agora, a gente vai pensar no usuário, e vai ficar pensando no usuário no geral, a gente vai oferecer o máximo de opções pra ele encontrar aquele registro, então pra mim é a mesma coisa.*

QUADRO 06: Sistematização das concepções da Catalogação de Assunto e Indexação.
FONTE: Autora.

Na primeira concepção observa-se que a Catalogação de Assunto e a indexação não são processos dissociados, pois ocorrem a partir dos mesmos procedimentos teóricos e metodológicos para representação de assunto, o que se configura em processos idênticos. Em contraponto, a segunda concepção vê como processos diferentes já que os estudos e a prática percorrem caminhos distintos, mas será que realmente na prática o profissional vê a distinção entre os processos na hora de representar?

A terceira concepção já trata como processos distintos, pois o resultado do processo da representação resulta em produtos diferentes, como índices para indexação e os catálogos para catalogação. O que reflete também a concepção histórica e etimológica dos termos.

Na quarta, observa-se que os processos se desenvolvem a partir da mesma metodologia, todavia refletem-se distintos naquilo que tem por propósito representar. Ou seja, a indexação trabalha com a representação de conceitos, já a catalogação, como o próprio nome já diz com a representação de assunto. Integra-se ainda a própria utilização dos instrumentos utilizados, como os tesauros e as listas de cabeçalhos de assunto.

A quinta percepção aponta que isso é apenas uma questão conceitual, que os processos receberam nomes diferentes, mas que resultam no mesmo processo.

Como visto essas concepções mostram que não há consenso na literatura sobre as delimitações desses processos, como mencionado no turno 20. Apesar disso, acredita-se que independente de entraves conceituais, a Catalogação de Assunto e indexação tem seu objetivo unificado que é representar a informação, suas técnicas e procedimentos devem se desenvolver com esse propósito.

Categoria 3 - Conceito de Catalogação de Assunto.

Nessa análise observa-se como resultado a tendência etimológica em definir o processo a partir do seu produto (LANCASTER, 2004; FIUZA, 1973). Exemplo:

> | ***4. Acadêmico 3:*** *do ponto de vista americano no texto que coloco ali, talvez a* ***catalogação...*** *os objetos do "****catalog****" que eles falam seria aí para diferenciar* ***do "index" que é a elaboração de índices.***

Não se obteve nenhum conceito concreto sobre a catalogação. Relativo a esse resultado destaca-se a fala ao turno 82 que menciona que essa questão em definir o conceito deve ser entendida a partir do objetivo geral que ele propõe enquanto instrumento de uma ação, sendo ele dependente da leitura que a pessoa faz. Exemplo:

> | ***82. Acadêmico 4.*** *De fato,* ***existem estudos que tentam superar essa idéia de conceito, no sentido mais ostensivo, Dahlberg coloca que tem que superar a terminologia clássica*** *(...) a* ***terminologia que vem depois considera a terminologia clássica*** *(...),* ***então existe uma linha trabalhando no sentido de como pensar o conceito como algo que dá essa abertura para essa idéia de informação que tem haver com algo que acontece no uso, no acesso, na interpretação, isso é o problema*** *(...)* ***o conceito é o instrumento*** *(...)* ***depende da leitura que eu estou fazendo dele*** *(...) ((RI))* ***vai ter uma teoria, uma metodologia que dão conta, que vai trabalhar com isto que a gente ta chamando, o conceito ...*** *dos documentos na informação.* ***Mas, esse conceito dá acesso à informação, porque não é possível que um contexto no conceito mais positivista sirva num outro e num outro não, estamos falando de um objetivo geral.*** *Então, qual a metodologia mais elaborada, mais rigorosa que daria conta? E não é a mais positivista ainda e não nos interessa (...).*

Apesar de ter termos obtido um conceito claro, verifica-se algumas delimitações e funções do processo da catalogação bem esclarecedor como a representação do tema centrada na garantia literária. Exemplos:

> | ***96. Acadêmico 3: Na Catalogação de Assunto não trata sinônimo,*** *eu acho que é isso!* ***A Catalogação de Assunto está mais para a garantia literária do conceito*** *(...)*
> | ***117. Acadêmico 2:*** *Embora tenha se discutido muita coisa, no fundo a gente tem a idéia comum é que a* ***ação da Catalogação de Assunto é comum****. Acho que* ***a gente representa temas na Catalogação de Assunto.*** *No tratamento um pouco mais sistematizado em cima do documento (...) ele permite descrever descritores*

A questão da garantia literária resgata aspectos de relevância para o estudo, quando Milstead (1983) menciona a questão da padronização dos cabeçalhos de assuntos pela LC e que muitas vezes limita a customização de acordo com as necessidades da unidade. Isso resgata o turno 80 da categoria 1 quando o sujeito menciona a influência da LC no ditame de metodologias. Exemplo:

> | ***80. Acadêmico 4:*** *O que eu quero dizer é que não insere é o* ***peso da Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos é que acaba ditando a metodologia, o uso de certos instrumentos*** *(...) isso não quer dizer que tem que ser assim. (...)*

A garantia literária não é importante apenas pelo aspecto técnico, mas principalmente ético (BEGTHOL, 2002; PINHO e GUIMARAES, 2006) e é necessário para representação da informação, pois se baseia na idéia do princípio de conveniência do usuário e de uso (CUTTER, 1094; IFLA, 2008; GUIMARAES, 1986). Porque durante o momento da busca de informações o usuário precisa se identificar com o sistema. Os termos pelo quais as informações são representadas devem refletir o contexto de mundo do usuário, caso contrário ele corre o risco de não recuperar aquilo que necessita (BOCCATO e FUJITA, 2006).

Outra questão que se observa é com relação ao uso da classificação para estabelecer o assunto do documento (CHAN, 1994).

> | ***18. Profissional 4:*** *e primeiro eu quero dizer o meu plano em termo sobre Catalogação de Assunto, que pelo menos que eu me lembre durante a faculdade surgiu* ***catalogação como uma coisa e o processo de determinar o assunto ou seja a classificação como outra****, como coisas distintas.*

Isso evidencia uma prática muito comum nas bibliotecas brasileiras e demonstra uma preocupação com relação ao ensino das disciplinas de representação temática. A fala do profissional 4 revela seu desconhecimento sobra a Catalogação de Assunto. O que reforça a necessidade de rever os conteúdos curriculares.

Outro aspecto importante a se notar é tendo em vista a forte influência norte-americana que o Brasil recebeu, o desconhecimento por parte dos profissionais sobre a Catalogação de Assunto, tanto em questão conceitual como metodológica. Embora eles tivessem vaga noção do que se tratava por associação de idéias.

Categoria 4 – *Cutter*

Nesta categoria pode-se obter dois resultados relevantes para a pesquisa. Primeiro verifica-se segundo a visão do sujeito do turno 99 a importância dos princípios de Cutter que foram elaborados como forma de normatizar, dar rigor metodológico para a Catalogação de Assunto, que podem ser adotados na utilização de outros instrumentos de representação, como os

códigos de classificação. Isso reflete a importância e relevância da criação de normas, regras e princípios que orientem o profissional (GUIMARÃES, 2007). Exemplo:

> | ***99. Acadêmico 1:****Não diz respeito a forma do cabeçalho de assunto. De qualquer maneira,* ***tem os três princípios mais importantes que eu considero que você também encontra na literatura que é o princípio do uso, o princípio sindético e o princípio específico****. Você tem a* ***entrada pelo princípio específico*** *e isso você vai fazer sempre (...)* ***Isso se reflete também em outros instrumentos de representação da catalogação*** *e você tem* ***esquemas de classificação****, quando você vai classificar uma obra, por exemplo,* ***você vai utilizar a classificação mais específica;*** *se você vai atribuir algum descritor* ***você vai utilizar o mais específico; se você utilizar um cabeçalho de assunto você vai utilizar o mais específico****. O mesmo* ***princípio sindético*** *onde você elabora* ***essa rede de remissivas quando você tem no tesauro, cabeçalho de assunto****,* ***você tem isso no sistema de classificação****. E, também, o* ***princípio do uso****, que a primeira coisa é você* ***fazer um estudo para você implantar uma unidade de informação*** *(...) ou se* ***você for redirecionar*** *etc. você sempre* ***vai pensar no usuário****.* ***Esses três princípios sempre estão em qualquer um*** *(...)*

Outro aspecto é a menção sobre a influência que os estudos de Cutter exerceram sobre outros teóricos, que tiverem seus estudos baseados nas concepções dele (DIAS, 1967; FOSKETT, 1973; GARRIDO ARILLA, 1996). Exemplos:

> | ***100. Acadêmico 3:*** *Estamos trabalhando categorização,* ***Lancaster mostra o cabeçalho de assunto, que é o primeiro a pensar como utilizar*** *(...) Isto está mal formulado. Depois vem* ***Kaiser, depois Ranganathan, depois vem Coates****. Então, todos eles vão tentar sintetizar (...)* ***Kaiser ... usa o concreto*** *(...)* ***Todos se basearam na idéia de Cutter*** *(...) aplico as mesmas ordens de citação para citar assunto, ela é também aplicada para se fazer uma análise de assunto (...)*
>
> | ***85. Profissional 3:*** *embora ele não tenha utilizado na prática, mas em termos de teoria* ***ele é muito citado pelos princípios de uso do catálogo****, das idéias dele por essa questão dele ter sido visionário.*

O segundo resultado se baseia numa questão muito preocupante para área que é o uso do bom senso nas atividades de representação. Durante muito tempo a área de representação foi vista como fruto de uma arte, não haviam critérios metodológicos que norteassem o seu fazer (GUIMARÃES, 2007 e 2003; CUNHA e KOBASHI, 1991; CAMPOS, 1987; MEY, 1987). Cutter foi o primeiro teórico a propor princípios e instrumentos para sistematização dessa prática (FOSKETT, 1973). Exemplo:

> | ***14. Acadêmico 4:*** *[...]* ***porque o Cutter foi o primeiro a superar um pouco a pratica baseada só no bom senso.*** *Então vamos pensar,* ***propor algumas regras, algumas saídas para orientar mais o profissional****. Então a* ***primeiro momento eu acho que é necessário profissionalizar e cientifizar****.*

A influência de Cutter no Brasil ocorre de modo empírico a partir do uso da tabela de notação desenvolvida por ele, amplamente utilizada e adotada nas bibliotecas brasileiras. Todavia as questões relativas a seus princípios são pouco conhecidos.

> | *73. **Profissional 4:** pra mim o Cutter que **eu conheci dentro da faculdade na universidade, foi simplesmente a notação de autor** só.*

Vale lembrar que Cutter, desenvolveu um grande papel na mediação da informação, pois suas concepções tiveram como foco o usuário, dessa forma, não apenas transpôs a barreira do uso do bom-senso, mas colocou o usuário acima de todos os fatores, dando ênfase na mediação na representação da informação. Todavia vale destacar que na esfera profissional não foi notada influência do legado de Cutter, seu reconhecimento maior se deve à Tabela de Autor e não às regras que tiveram um impacto maior para área acadêmica.

Categoria 5: A questão do assunto

Nesta categoria foram discutidas questões referentes à ambigüidade ou não entre "assunto" e "conceito", no qual são apontadas algumas diferenças e semelhanças. Essa discussão é muito importante para a área, pois o assunto se caracteriza como núcleo central na de representação da informação, já que para representar é preciso ter em mente claramente o que será representado.

"Estas expressões talvez não sejam muito precisas e não é fácil definir 'trata de' e 'tem por assunto' (LANCASTER, 2003). Vários teóricos (HUTCHINS, 1977; DIAS, 2004; HJØRLAND, 2007) já discutiram essa temática como foi apresentado no capítulo 3, porém a área ainda não chegou ao consenso, devido a própria dificuldade de se entender do que trata o assunto. Exemplo:

> | ***4. Acadêmico 3:** A gente vê na literatura que o bibliotecário, ainda mais a gente que é professor, que devemos **ensinar a diferença entre assunto e conceito não é**? Aí o aluno pergunta **qual a diferença entre conceito, assunto simples, composto. Isso é uma questão em que a gente vê muita dificuldade**.*

Observa-se que há uma concepção relacionada aos produtos e instrumentos. Exemplo:

> | ***85. Acadêmico 1:****Num primeiro momento, (...) isso é processo da informação, mas antes de mais nada,* ***quando nós falamos das áreas de conhecimento ou nos domínios de conhecimento*** *(...) mas domínio para mim é o que é final, interdisciplinar, multidisciplinar.* ***Uma área de conhecimento é hierárquica e depois ela até pode se transformar em domínio*** *(...) o* ***que ocorre é que nós não nos preocupamos com a natureza do conhecimento****, que conhecimento é esse?* ***Que está ali registrado está no alto da informação, processo da informação*** *(...) por exemplo,* ***o conceito é a unidade do conhecimento e trabalhamos com a Organização do Conhecimento, logo, a Organização do Conhecimento ocorra é necessária que as organizações dos conceitos*** *(...)* ***nós estamos, muitas vezes, tomando o assunto pelo conceito e vice-versa*** *(...)*
> | ***86. Acadêmico 3:*** *(...) tem um material que fala que* ***assunto seria o tema no todo*** *e* ***conceito em indexação*** *(...) eu acho que é difícil o ponto de partida para se dar continuidade a pesquisa seria é o* ***conceito na geração de assunto.***
> | ***87. Acadêmico 2: O assunto seria que tivesse algo composto*** *(...)* ***como se trabalha com conceito seria unidade*** *(...)*
> | ***88. Acadêmico 1:O assunto é construído*** *(...) e* ***o conceito ele está em construção****.* ***Agora o conceito pode se encaixar no assunto*** *(...)*
> | ***89. Acadêmico 3:*** *Você pode ler tem vários autores (...) que trabalham com Catalogação de Assunto sem de diferenciar!* ***Quando se fala Catalogação de Assunto se fala em conceito****, porque nós temos tesauros construídos com base na terminologia e outros com tesauros conceitual. Nos* ***tesauros conceitual você estuda os conceitos que representa naquela área*** *e os* ***tesauros terminológicos, lógico você vai na literatura, pesquisa literária ela não te dá conceitos*** *ela te dá termos que representa aquela área (...)*
> | ***96. Acadêmico 3:*** *O* ***conceito tem o controle terminológico em determinada área****, que ele representa.*

Outro aspecto abordado é com relação a criação de um código para identificação de assuntos a partir da catalogação:

> | ***4. Profissional 3:*** *No caso dos códigos, eu fico pensando naquele "coiso" de rendimento fácil que você já tem,* ***de como você vai fazer um assunto, partimos de um ponto em que o assunto é algo subjetivo porém explicito.***
>
> | ***56. Profissional 4****: quando* ***você fala em descrever catalogação é uma coisa mais exata, agora já para assunto é uma coisa mais subjetiva então****, mesmo tendo um código... não tem como ter um código para lidar com alguma coisa subjetiva*

Sintetizando as idéias apresentadas, pode-se dizer: a Indexação trabalha com conceito, o conceito tem controle terminológico, é a unidade do conhecimento e está em construção e pode ser entendido como uma unidade menor dentro do assunto. Já o assunto seria o tema no todo, sendo ele composto e construído.

7 CONSIDERAÇÕES

Nossa pesquisa teve por intuito principal, auxiliar na compreensão dos fundamentos conceituais da Catalogação de Assunto, concedendo subsídios teóricos, que contribuam para minimização da carência de literatura em língua portuguesa.

Como visto no decorrer deste trabalho foi nos Estados Unidos que ocorreu o maior avanço e aplicação da catalogação e consequentemente dos cabeçalhos de assunto. Essa liderança estadunidense com relação à criação de catálogos decorreu não apenas por causa do acelerado desenvolvimento científico, educacional e tecnológico que o país conheceu e investiu, mas também de uma tradição organizacional bibliotecária já existente no século XIX.

O próprio contexto social, político e democrático do país contribuiu para o avanço da área da Organização da Informação, cuja necessidade de permitir o livre o acesso do cidadão à informação desencadeou um anseio crescente em organizar o acervo das bibliotecas, de modo a facilitar o trânsito e a mediação informacional.

Obviamente devemos destacar também que os investimentos governamentais foram realmente expressivos, tendo em vista, por exemplo, a própria estrutura da *Library of Congress*. E não apenas isso, mas também os movimentos sociais para reorganização e criação de bibliotecas.

É também notório que isto reflita uma mentalidade preocupada com o desenvolvimento do país em termos de acesso e estímulo ao uso da informação, tendo isso como pilares para o progresso da sociedade. Infelizmente a nossa realidade mostra que ainda temos muito a avançar e aprender nesse sentido.

Os aspectos apontados foram decisivos para área de Organização da Informação, que evoluiu a partir da construção de produtos e instrumentos de representação temática e descritiva, contribuindo desse modo para fundamentação teórica da área.

No contexto geral, do nosso estudo foram apresentados e discutidos a partir da revisão de literatura vários aspectos fundamentais relativos ao percurso histórico da Catalogação de Assunto e de Charles Ammi Cutter. Compreender este universo não foi tarefa fácil. No qual muitas vezes se apresentava tão próximo e ao mesmo tempo tão distante, outras velado, o que pode ter ocasionado a geração de ruídos no nosso diálogo com este tão complexo e fascinante tema.

Afinal o que contar e recontar sobre séculos de história? Foi preciso revisitar vários momentos da história para compreender outros pouco esmiuçados. O que ocasionou o pecado da omissão e do exagero em vários aspectos. Pois muitas vezes aquilo que julgamos pertinente aos nossos olhos, enquanto pesquisadora, pode ser indiferente aos olhos do leitor.

Dadas suas limitações naturais quanto à uma dissertação de mestrado, enveredamos por uma abordagem da obra de Cutter com uma natureza mais descritiva, do que qualitativa. Ou seja, não nos coube, avaliar ou comparar com trabalhos de outros autores as propostas apresentadas por Cutter, fomos meros mensageiros dos feitos de um personagem tão marcante para área de Organização da Informação.

Em alguns momentos esse trabalho pode ter se assemelhado à uma 'apologia' a Cutter. Mas é quase inevitável para um pesquisador que tenha se envolvido com seu objeto de investigação durante 30 meses e não sair em sua defesa.

O estudo da vida e obra de Cutter nos permitiu conhecer um homem de extraordinário senso crítico e de visão, cujo trabalho permitiu revolucionar as práticas existentes da Biblioteconomia.

Não podemos também deixar de relatar que o estudo da história da Biblioteconomia norte-americana nos fascinou pela extensa documentação histórica existente e pelo reconhecimento da importância dada às bibliotecas. Esse fato foi ainda mais enriquecido pela leitura de Rubens Borba de Moraes, em que enfatiza essa questão de modo entusiasmado.

Entender como a Catalogação de Assunto se desenvolveu, nos permitiu entender de modo mais claro o real significado da Organização da Informação. Sua importância no contexto histórico social enquanto processo mediador.

No entanto outras questões foram suscitadas no decorrer dessa pesquisa. Mesmo que talvez sua pertinência nesse trabalho possa ser questionada, assim esperamos, pois este é o papel da Ciência, consideramos importante relatá-las.

- Com relação a obra de Cutter:

Ao analisamos as regras de Cutter a fim de identificar o papel de suas regras e princípios como a mediação da informação, pudemos inferir vários aspectos em que ele atuou como mediador. Sua preocupação em colocar o usuário como centro do processo informacional, delimitando o produto para sua serventia, nos faz entender o porquê da existência da Organização da Informação. Afinal, organizar para quem a informação? Isso resgata aquilo que o intelectual

Edson Nery da Fonseca já dizia, “é preciso que o bibliotecário atue numa abordagem antropobibliocêntrica”. Isso ocorre numa época de forte transição na área de Organização da Informação. Por isso, as idéias implantadas por ele, foram visionárias, e hoje mais de um século permanecem atuais.

Dessa forma, essa nossa aproximação inicial à sua obra, não teve por intuito avaliar ou comparar as regras específicas de catalogação e sua adequação ao contexto atual, embora ainda se apresentem atuais, ou mesmo comparar com outras propostas. Todavia pudemos perceber a riqueza da obra do autor, que se constituí a base teórica da moderna Catalogação. Dada sua amplitude forneceu subsídios teóricos para a criação de códigos, sistemas e produtos.

Outrossim, o estudo permitiu maior entendimento sobre as regras e os princípios propostos por Cutter. Cada qual compreendendo um domínio distinto, o que se configura de vital importância para que o catalogador entenda e os compreenda.

No entanto, não coube ao escopo dessa pesquisa a comparação das regras de Cutter a outros conjuntos de regras sugeridas ao longo do século XX. Mas sugerimos que estudos comparativos da obra de Cutter com demais obras similares possam ser realizados, tais como Lubetzky, IFLA, até mesmo contextualizá-las ou revisitá-las para o ambiente digital, analisando sua aplicabilidade nos atuais sistemas informacionais.

Outro aspecto importante que merece destaque é a menção da “catalogação como arte” afirmada por Cutter no prefácio de sua obra (4.ed.). O que ao primeiro olhar nos parece contra senso, admirável e imprudente. Para entender esta visão foi preciso muita reflexão sobre o contexto daquela época, e nos abster do percurso histórico da catalogação. Até que ponto o excesso de regras, normas e padrões não imobiliza os processos de Organização da Informação?

Outrossim, é importante afirmar quanto à obra de Cutter é a sua profunda consciência da Biblioteconomia enquanto um campo científico.

A fase do trabalho em que nos deparamos com a história relacionada à fundação da ALA e seus desdobramentos como a organização profissional bibliotecária. No qual, apresenta um relato curioso é a “rivalidade” entre Dewey e Cutter.

Obviamente, não podemos encarar como uma “história de mocinho e bandido”, mesmo que a visão geral pareça a de que Dewey foi o pivô dos desentendimentos, há outras visões que colocam Dewey como sendo propulsor da divulgação do ensino da Biblioteconomia e sua sistematização.

Todavia nos faz refletir ora, houvesse esse momento pessoal entre dois personagens ter sido diferente, qual seria então atualmente o código de classificação que nortearia o desenvolvimento das bibliotecas? O que poderia ter sido diferente? O que teria mudado na Biblioteconomia a somatória de idéias dos dois?

É algo a se pensar, porque se por um lado a visão de Dewey proporcionou uma "simplificação" dos processos e norteou toda uma prática de Catalogação de Assunto. Por outro, se houvesse o sistema de Cutter prevalecido, como isso poderia ter alterado o desenvolvimento da organização das bibliotecas?

Embora não esteja no escopo desse trabalho abordar os conflitos entre duas figuras tão emblemáticas da história da Biblioteconomia, percebemos na análise da literatura que as divergências entre os dois podem ter alterado grande parte do desenvolvimento subseqüente da Biblioteconomia. Essa questão também foi abordada por Miksa e Olson.

Tal análise deixa espaço a novas pesquisas. No trabalho de Wedgenworth (1993) os perfis dos dois são retratados da seguinte maneira: Cutter, junto com outros era conservador quanto à profissão e se contentava com os encontros da ALA e com o Library Journal, enquanto espaços de discussão e compartilhamento entre bibliotecários, a partir disso os bibliotecários podiam adotar o que consideravam apropriado para suas situações. De outro lado, Dewey enxergava o futuro da profissão a partir do seu poder de organização, a definição de padrões explícitos, controle centralizado dos processos, métodos e liderança, além de soluções simples e pragmáticas para os problemas das bibliotecas.

Outro aspecto relevante é ausência de estudos no Brasil sobre Cutter. As poucas menções encontradas se referem apenas aos princípios e aos objetivos do catálogo. Entretanto como pudemos observar ao longo deste trabalho, o legado de Cutter suscita diferentes abordagens investigativas em diferentes campos.

Indiscutível que Cutter marcou a Biblioteconomia norte-americana e por conseqüência sua influência se propagou pelo mundo. Atualmente mesmo que não sejam adotados na prática, grande parte de suas proposições, esquemas de classificação e conceitos contribuíram para sistematização de instrumentos e produtos.

Como prova disso observou-se no decorrer do trabalho a amplitude das idéias de Cutter, sua obra pôde permear várias discussões em diferentes momentos dos temas discorridos

refletindo seu impacto e influência para Documentação, que ainda hoje ecoam nos estudos e práticas da área de representação.

- Com relação a questão do assunto:

Nosso propósito foi apresentar diferentes visões conceituais, pois a área em si não chegou ao consenso do domínio conceitual do assunto. Essa dificuldade em entender ou delimitar aquilo que se busca no documento para representar pode gerar diferentes ruídos no processo de organização.

No Brasil são modestos os estudos dedicados a discutir o que é o assunto. As pesquisas se centram nos processos de representação. Já no exterior há vários teóricos que abordam esta temática com aportes teóricos de outros ramos do saber. O que permite um vasto campo de investigação.

Para nós, todavia, compartilhamos da visão de Joudrey ao afirma que o "assunto é o conceito filosófico" e "*aboutness* o conceito operacional", que no Brasil podemos entender como a tematicidade do documento.

- Com relação a Catalogação de Assunto:

A respeito da Catalogação de Assunto durante o estudo ficou ainda mais evidente o modo como ela caracterizou toda uma praxe norte-americana de representar a informação, principalmente a partir da influência da LC. Está prática de certa maneira direcionou o percurso teórico investigativo da área.

Na nossa concepção, a Catalogação de Assunto compreende a fase de determinação e representação de assunto, presente no processo global de catalogação. No estudo foi possível entender como ocorreu o desmembramento da catalogação, em descritiva e assunto. O que desencadeou duas linhas teóricas e metodológicas de desenvolvimento de instrumentos. O que refletiu até mesmo no ensino acadêmico.

Nesta dicotomia observa-se que a Catalogação Descritiva teve um desenvolvimento mais significativo com relação aos seus instrumentos. Já o mesmo não ocorreu com a Catalogação de Assunto. O que levanta questões relativas a pertinência ou não da construção de um código tal qual a descritiva tem.

A literatura aponta uma forte tendência em estudar a Catalogação de Assunto a partir de seus produtos. O que evidencia de certa maneira o detrimento do processo em virtude da valorização do produto, certamente não menos importante, pois como visto, eles possibilitam a

passagem contínua dos fluxos informacionais. Entretanto, deixa em segundo plano um aspecto importante para Catalogação de Assunto, que é o processo de como identificar o assunto para representá-lo.

Destaca-se também que a falta de consenso e domínio conceitual da Catalogação de Assunto, realmente causam problemas na prática dos profissionais da área, por desconhecerem a teoria. Esse problema reflete inclusive na própria formação acadêmica, pois não há na academia uma disciplina que contemple a especificidade deste conteúdo. O que pode acarretar danos ao profissional durante sua atuação.

Diante o exposto seria pertinente a inclusão de uma disciplina no currículo acadêmico de Biblioteconomia que tratasse dos aspectos teóricos, conceituais e metodológicos da Catalogação de Assunto.

Por acreditar que a Catalogação de Assunto não pode ser desmembrada da catalogação (que na academia abarca somente a descritiva), seria pertinente e justificável a junção das disciplinas de representação descritiva e temática, certamente respeitando suas especificidades.

Com relação a questão conceitual da Catalogação de Assunto e a confusão terminológica existente na literatura. Acreditamos que a Catalogação de Assunto e a indexação, compreendem o mesmo domínio conceitual que é a representação temática da informação. Todavia, apresentam diferenças no seu percurso histórico, pois tiveram diferentes origens a partir de seus produtos e instrumentos, e os ambientes as quais foram empregadas, o que desencadeou desenvolvimentos distintos.

Do ponto de vista teórico e metodológico a Catalogação de Assunto se fundamentou na área a partir das regras e principalmente dos princípios propostos por Cutter, que forneceram a base para sua aplicação.

Outro aspecto identificado é com relação à relevância social dos catálogos, - haja vista seu valor histórico e conceitual, pois como vimos eles refletem uma mentalidade ao denominar gêneros sexuais, religiões, ou a necessidade de adequação a públicos específicos. Esse papel do catálogo reflete de forma extremamente pungente a necessidade de coerência e seriedade em sua construção, pois ele é a materialização da idéia de intermediação entre a biblioteca e o público. Afinal ainda hoje o catálogo se configura como ferramenta eficaz para disseminar e organizar a informação.

Ainda mais se considerarmos o aumento dos catálogos eletrônicos como forma de consulta às bibliotecas, podemos imaginar que alguns bibliotecários não terão muitas oportunidades de contato com uma parcela do público. Oportunidades que poderiam ser utilizadas para o atendimento mais adaptado às necessidades do usuário, através das técnicas de "investigação" quanto ao que o usuário necessita, quando ele próprio não sabe formular exatamente qual a sua busca.

Nesse caso, os catálogos eletrônicos podem apresentar um problema, por exemplo, caso o usuário não encontre no catálogo um termo com o qual identifica sua busca, é possível que ele não tenha motivos para visitar a instituição.

Outro aspecto que deve ser investigado é a viabilidade da Catalogação de Assunto em ambientes digitais. Como ela se comporta frente a esta demanda pungente.

A metodologia do Protocolo Verbal em Grupo utilizada em estudos de percepção de usuários proporcionou a observação da interpretação e ponto de vista dos participantes da área acadêmica e profissional sobre o tema proposto para discussão. Essa interação entre sujeitos suscitou questões e reflexões muito pertinentes para a pesquisa, das quais muitas vezes não são abordadas pela literatura tradicional da área, nem discutidos em fóruns científicos, muitas vezes por serem considerados assuntos ultrapassados, cujas dúvidas e consolidação estejam esgotadas.

Todavia a análise dos dados coletados pelo protocolo verbal em grupo vai de encontro a essas argumentações, pois ainda hoje não temos clareza dos conceitos que cercam as operações de Catalogação de Assunto e de indexação, que ainda suscitam dúvidas quanto a suas delimitações conceituais e metodológicas. O que torna imprescindível a clareza e conhecimento das bases epistemológicas que norteiam os processos mais utilizados na representação de assunto, pois a mera execução alicerçada no bom senso pode ocasionar sérios ruídos na disseminação da informação.

O ponto principal a ser discutido é o desconhecimento dos profissionais sobre a Catalogação de Assunto. O que suscita uma série de questionamentos. Tendo em vista, que os primórdios da formação acadêmica e profissional foram influenciadas pela escola norte-americana, no qual é berço da Catalogação de Assunto, o porquê desta ausência de conhecimento? Para os profissionais o processo responsável pela representação temática dos documentos é a indexação e classificação. Essas disciplinas constam no atual currículo mínimo de Biblioteconomia, sendo que a Catalogação de Assunto não.

Todos os participantes indicaram que durante a sua formação acadêmica não tiveram contato ou conhecimento com esta terminologia, se tratando para eles de algo novo introduzido recentemente na academia.

Para avaliar a fundo esta questão do currículo, seria necessário investigar como ocorreu o ensino da representação temática no Brasil a partir do desenvolvimento dos cursos de Biblioteconomia em vista as mudanças curriculares ocorridas desde a implantação dos primeiros cursos (início do século XX), passando pela instituição do currículo mínimo na década de 1960 até os dias atuais. O que seria pertinente também avaliar as especificidades curriculares de cada curso.

A questão curricular levanta a hipótese de quando ocorreu esta ruptura no ensino acadêmico e profissional (se é que existiu) da Catalogação de Assunto no Brasil. Existia o ensino de Catalogação de Assunto, ou apenas de catalogação? A disciplina de catalogação era tal qual é ensinada hoje, dando ênfase apenas a descritiva? Deixando a cargo da indexação e classificação o ensino da representação temática? Quando se adotou o ensino da indexação?

Será que a adoção em massa do AACR no Brasil que segundo consta acabou com a diversidade do ensino de catalogação nas escolas de Biblioteconomia? Influenciou no abandono da Catalogação de Assunto, pelo simples fato do AACR trabalhar exclusivamente com a Catalogação Descritiva? Lembrando que o AACR substituiu o uso do código da Vaticana (que era baseado em Cutter e apresentava regras para os cabeçalhos de assunto). Qual a participação da influência européia neste contexto? Em qual momento? São várias as indagações a este respeito que merecem ser investigadas.

Fato pertinente foi entender o envolvimento direto da Classificação na Catalogação de Assunto. O que foi visto na revisão de literatura e na aplicação do protocolo. A realidade as bibliotecas brasileiras que contempla uma escassez de recursos humanos e financeiros, o que contribui para que muitos profissionais façam a Catalogação de Assunto apenas a partir dos sistemas de classificação, fazendo o desdobramento da catalogação a partir da notação. Ou seja, classificação exerce dupla função.

Também foi possível notar um desconhecimento dos profissionais com relação à prática da Catalogação de Assunto, o que reforça a necessidade de se estabelecer uma disciplina no curso de Biblioteconomia.

Acreditamos que esse estudo suscitou muitas questões e reflexões pertinentes para área, contemplando os objetivos assim alcançados. Quanto aos resultados obtidos almejamos que eles possam contribuir de modo consistente para base referencial da Organização da Informação a partir da abordagem da Catalogação de Assunto. Por fim, são muitas as indagações que surgem num estudo dessa amplitude, que não estão por encerradas, mas sim a espera de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, Hanne. Subject analysis and indexing: from automated indexing to domain analysis. **The Indexer**, London, v.18, n. 4, p. 219-24, 1993.

ANDERSON, J. D. (1996). Organization of knowledge, In: FEATHER, J.; STURGES, P. **International encyclopedia of information and library science**, London & New York: Routledge, p. 336-353.

ASHEIM, L. Planejamento bibliotecário nos Estados Unidos**. Rev. Biblio. de Brasilia, Brasília**, v.8, n.1, 1980, p. 3-13.

ASHWORTH, W. **Handbook of special libraship and information work**. London: Asliv, 1955.

BARBOSA, A.P.B. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001.

BAKEWELL, K.G.B. **A manual of cataloguing practice.** New York, MacGraw-hill, 1974.

BAPTISTA, D. M. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário**. Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 11 , n . 1 , jan./jun. 2006.

BATES,R.S. **Scientific societies in the United States**. 2.ed. New York, Columbia Universty Press,1958.

BEGHTOL, Claire. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June. 1986.

BEGHTOL, C. A. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation,** London, v. 58 n.5, p. 507-532, 2002.

BERMAN, S. The practicing librarian. **Library journal**, v.15, 1982.

BERMAN, S. **Subject cataloging**:critiques and innovations. New York: Haworth Press, 1984.

BLOMME, D. Reading as a social process. **Advances in Reading/Language Research,** v. 2, 165-95, 1983.

BOCCATO, V.R.C. **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal.**. 2009. 299f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2006 .

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: E**ncontro nacional de pesquisa em ciência da informação,** 9, 2008, São Paulo, Anais. São Paulo: ANCIB, 2008.

BUENO, F. S. **Grande dicionário etimológico** – prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1968.

BUFREM, L. S. **Levantando significações para significantes: da gestão do conhecimento a organização do saber.** Disponível em: <http://www.encontrosbibli.ufsc.br/bibesp/esp_01/1_bufrem.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2008.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecologia**. Buenos Aires: Marymar, 1976

BUTLER, P. **Introdução à ciência da Biblioteconomia.** São Paulo: Lidador, 1971.

CAMPOS, A. T. A indexação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n.1, p. 69-72, jan./jun. 1987.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H, E. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 348-359, set./dez. 2006.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasilia: Thesaurus, 2000.

CESARINO, M.A.N.; PINTO, M.C.M.F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Rev. Esc. de Biblioteconomia da UFMG,** Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-88, set. 1978.

CHAN, L.M. **Cataloging and classification:** na introcdution. 2.ed. New Yor, MacGrawll, 1994.

CHAN, L.M. A sunject cataloging code? **Cataloging and classification quarterly**, v.10,n.2, p.202-204, 1989.

CHAUMIER, J. **Analisis y lenguajes documentales**: el tratamiento linguistico de la *información documental*. Barcelona: Mitre, 1986.

COATES. J. **Subject catalogues**. Library association, 1960.

CONNELL, T.H. Subject cataloging. In: SMITH, L.C.; CARTER, R.C. (ed) **Techinal services management**, 1965-1990: a quarter century of change and a look to the future. New York/; Haworth Press, 1996.

CORBETT, E. **Fundamentals of library organisation and administration**. Library Association, 1978.

COSTA, M.D.; KRUCKEN, L.; ABREU, A. F. **Gestão de informações ou gestão do conhecimento?** Disponível em: http://dici.ibict.br/archive/00000829/01/T180.pdf . Acessado em: 11 maio 2009.

CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990. (Teses; v. 11).

CUNHA, I.M.R.F.; KOBASHI, N.Y. Análise Documentária e Inteligência Artificial. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, V.24, n. 1/4, p. 38-62, 1991

CURLEY, A.; VARLEJS. **AKERS simple library cataloging**. 6.ed. Metuchen: Scarecrow Press, 1977.

CUTTER, C.A.**Rules for a printed dictionary catalogue**. US Bureau of education. Public Libraries in the united states of America? Washington Government, 1876.

CUTTER, C.A.**Rules for a dictionary catalogue**. 2.ed. US Bureau of education. Public Libraries in the united states of America? Washington Government, 1889.

CUTTER, C.A.**Rules for a dictionary catalogue**. 3.ed. US Bureau of education. Public Libraries in the united states of America? Washington Government, 1891.

CUTTER, C.A**. Rules for a dictionary catalog**. 4th ed. rewritten. Washington, Govt. printing office, 1904, p. 69

CUTTER, W. P. **Charles Ammi Cutter.** Chicago: American Library Association, 1931. (Repr. Ann Arbor, MI: University Microfilms, 1969.)

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 101-07, 1978.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization,** Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAVIDSON, J. H. **Famous Librarian:** Charles Ammi Cutter. [199-]. Disponível em: <http://www.chebucto.ns.ca/~ab443/cutter.html> Acessado em: <28 out./2008>.

DIAS, A.C. **Elementos de catalogação.** Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Bibliotecários, 1967

DIAS, A.C. **O ensino da Biblioteconomia no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro; IPASE, 1955.

DIAS, E. W. Análise de assunto: percepção do usuário quanto ao conteúdo de documentos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.9 n.2, p. 146-157, jul./dez. 2004.

DIAS, E. W. NAVES, M. M. L. **Análise de assunto:** teoria e prática. São Paulo : Thesaurus, 2007.

DUNKIN, P. **Cataloging USA.** Chicago: Amarican Library Association, 1977.

ERICSSON, S; SIMON, H. A. Verbal reports on thinking . In: FAERCH, C.; KASPER, G. (Eds.). **Introspection in second language research**. Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 24-53.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeiras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire: organización y representación del conocimiento,** Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 150-157, jan./jun. 1995.

FARRADANE, J. A. A comparison of some computer produced permuted alphabetical subject indexes. **International classification**, Munich, v. 4, n. 2, p. 94-101, 1977.

FERRAZ, W. **A biblioteca.** 5.ed. São Paulo: Livraria Bastos, 1957.

FERRAZ, I.M.C. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. **Transinformação,** v. 3, p.90-114. jan-dez. 1991.

FIUZA, M.M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **Rev. Esc. De Biblioteconomia da UFMG,** v.16, n.1, p.43-53, mar.1987.

FIUZA, M.M.. O ensino da Catalogação de Assunto. **Rev. Esc. de Biblioteconomia da UFMG,** Belo Horizonte, v. 14, n.2, p. 257-269, set.1985.

FOSKETT, A. C. A **abordagem temática da informação**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FOSTER, W. E. Charles Ammi Cutter: a memorial sketch. **Library Journal**, v. 28, 1903, p. 697-704

FRÓIS, M.M.LC. **Catalogação**. [S.l.: s.n]. (Texto didático)

FUJITA, M. S. L ; RUBI, M. P. Protocolo verbal como metodologia sociocognitiva para coleta de dados e recurso pedagógico em sala de aula. In: Machado, L. M.; *et al* (Org.). **Pesquisa em educação**: passo a passo. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007, v. 2.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero -** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/F_I_art.htm>

FUJITA, M. S. L. **A análise documentária no tratamento da informação**: as operações e os aspectos conceituais interdisciplinares. Marília: Departamento de Ciência da Informação, 2003.

FUJITA, M. S. L. Abordagem cognitiva e sócio-cognitiva da leitura documentária na formação inicial do indexador: análise da perspectiva individual em contexto sociocultural. In:VII ENANCIB, 2006, Marília. **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Marília: FFC/UNESP-PUBLICAÇÕES, 2006. P. 1-12.

FUJITA, M. S. L.; CERVANTES, B.M.N. Abordagem cognitiva do protocolo verbal na confirmação de termos para a construção de linguagem documentaria em inteligência competitiva. In: VALENTIM, M.L.P. (Org). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. 29-56 p

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; FAGUNDES, S. A. A observação da leitura documentária por meio de protocolo verbal. In: RODRIGUES, G. M., LOPES, I. L. (Org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p.141-178. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v.2)

FUJITA, M.S.L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V.R.C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramaZero -** Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. , 2009.Disponivel em: http://www.datagramazero.org.br/abr09/Art_06.htm > Acessado em jun./2009.

FUJITA, M. S. L. (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FONSECA, N. E. da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FURLANETO NETO.M. **O assunto do email como indicio de fraude**: contribuições da Organização da Informação para prevenção criminal, 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

GALLAGHER, H.M. (1991 Dr. Osborn's 1941/; the crisis in a shift in thought toward american pragmatism. **Cataloging Cataloging and Classification Quarterly**, v.12, n.3, p.33. 1991

GALVÃO, M.C.B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.27, p.40 - , 1998.

GARDIN, J.-C. ***Le calcul et Ia raison***. Paris: EHESS, 1991.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoria e historia de la catalocagión de documentos.** Madri : Síntesis. 1996.

GATES, J.K. **Introduction to librarianship**. New York, MacGraw-hill, 1958.

GIASSON, J.A. **A compreesão na leitura**. Lisboa: As, 1993.

GOMES, H. E.; MARINHO, M. T. **Introdução ao estudo do cabeçalho de assuntos.** BITI - Biblioteconomia, Informação & Tecnologia da Informação. 1984. Disponivel em: <http://conexario.com/biti/cabecalho/cab_ass.htm>. Acesso em: 10 ago. 2008.

GUEDES, E.G.F. **O conceito aboutness na organização e representação do conhecimento**. 2009. 89f. Tese (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

GUIMARÃES, J. A. C A **dimensão teórica do tratamento temático da informação no universo científico da International Society for Knowledge Organization** – ISKO. Marília, 2007. Projeto integrado de pesquisa apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação:elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES.Georgete Medleg; LOPES. Ilza Leite.**Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasilia: Thesaurus, 2003. 300p. p:100-117. (estudos avançados em Ciência da Informação; 2003).

GUIMARÃES, J. A. C. **Cabeçalhos de assunto**. Marília: [S.n], 1986 (Texto didático)

GUIMARÃES, J. A. C. **Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI):** Catalogação de Assunto, indexação e análise documental. Ibersid, 2009, p. 105-117.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília : IBICT, 1994. p.540.

HAYKIN, D. J. **Subject headings**: a practical guide. Library of congress: Washington, 1951

HARRIS, M.H. **The role of the public library in American life**: a speculative essay. Urbana: University of Illinois, 1975.

HARROD'S Librarian's Glossary of terms used in librarianship, Documentation and the Book Crafts and Reference Book. 6th edition, Aldershot: Gower, 1989, p. 281.

HICKEY, D. H. Subject Analysis: an interpretative survey. **Library Trends**, July 1976. 273-291.

HICKEY, D.H. The search for uniformity in cataloging: centralization and standardization. **Library trends,** v.25, n,3, jan. 1976, p. 565-586.

HJØRLAND, B. The concept of 'subject' in Information Science. **Journal of Documentation**. v.48. no. 2 , jun, 1992. p. 172-20.

HJØRLAND. B. **Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to Information Science**. New York: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND. **Subject**.2007. Dispon'ivel em: http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/subject.htm

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization:. **Knowledge organization**, v 30, p.87-111

HOOVER, L. **A Beginners guide for subject analysis of theses and dissertations in the hard sciences**, v.41. n.1, 2005.

HUTCHINS, John W. On the problem of 'aboutness' in document analysis. **Journal Of Informatics**, East Anglia, v. 1, n. 1, p.17-35, 1977. Disponível em:<http://www.scils.rutgers.edu/~muresan/551_IR/Resources/Docs/jinfHutchins1977.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2007.

IFLA. **Principles underlying subject headings language (SHLs)**. LOPES, M. I.; BEALL, J. (org) München: UBCIM, 1999. (New Series v. 21).

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS (IFLA). **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <www.ifla.org/VII/s13/icp/>. Acesso em: 18 abr. 2009.

IMMROTH, J. P. **Cutter, Charles Ammi.** *Encyclopedia of Library and Information Science.* Ed. Allen Kent and Harold Lancour. 47 vols. New York, M. Dekker [1968-]

IWE, J.I. Linguistics and information processing: provision of syntactic and semantic consistency in the language of library of congress subject headings (lcsh) pertaining to literature and librarianship: a comparative analysis, **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 32, n.2 2001.

JOUDREY, Daniel N. **Building puzzles and growing pearls**: a qualitative exploration of determining aboutness. 2005. 475p. Phd Thesis – School of Information Sciences, University of Pittsburgh.

KAISER, J. O. **Systematic indexing**. London: Pitman, 1911.

KNOWLTON, S. **Effective cataloging instruction**. St. John's University, 27, jul. 2004

KOBASHI, N. Y. Análise documentária na representação da informação**. INFORMARE -** Cad. Prog. Pós-Grado Cio rnf., Rio de Janeiro, v.2, n.2 p. 5-27,jul./dez, 1996.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOGER, E. Subject Headings for Children´s Fiction. In: BERMAN, S. **Subject cataloging: critiques and innovations**. New York : The Haworth Press, 1984.

LANCASTER, F.W. **The measurement and evaluations of library services**. Arlington: Information Resources Press, 1977.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANGRIDGE, D. **Classificação:** abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LARA, M.L.G. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 1999 (Tese de Doutorado).

LEHNUS, D. **Notação de autor**: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG, 1978.

LYNCH, M. F. A program siute for the production of articulated subject indexes. **Computer Journal**, Oxford, v. 16, p. 46-51, 1973.

LIKINS, J. R. Subject Headings, Silly, American-20th century-Complications and Sequelae-Adresses, Essays, Lectures. In: BERMAN, S. **Subject cataloging**:critiques and innovations. New York: Haworth Press, 1984.

LITTON, G. **A documentação**. São Paulo: Mcgraw-hill, 1976.

LITTON, G. **Classificação e catálogos**. São Paulo: Mcgraw-hill, 1971.

LUBETZKY, S. **Principles of cataloguing. final report**: phase i: descriptive cataloging. Los Angeles, Calif.: University of California, Institute of Library Research, 1969.

LUBETZKY, S. **Cataloging rules and principles.** Washington: Library of Congress, 1953.

MAGALHÃES Álvaro. **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**. 2a ed. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo:Editora Globo, 1946.

MANN, M. **Catalogação e classificação de livros.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

MANN, T. **The changing nature of the catalog and its integration with other discovery tools**. March 17, 2006.

MAYER. S.G. **Place of Subject Cataloging in Biblitographic Organization.** Bulletin of Medical Library Association. 1953 April; 41(2): 114–117. Disponivel em:http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=199626. Acesso em: 20/01/2009.

MCGOVERNY, J. E. **Subject Cataloging**: a beacon for readers in search of book. Contemporary Sociology, v. 28, n. 2, mar., 1999, p. 142-143.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

METCALFE, J. **Subject classifing and indexing of libraries and literature**. New York; Scarecrow, 1959.

METCALFE, J. When a subject is not a subject? In C. H. Rawski (Ed.), **Towards a theory of librarianship**. New York: Scarecrow Press, 1973.

MEY, E.S.A. **Introdução à catalogação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E.S.A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília : Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987. 201p.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

MIKSA, F. L. **Charles Ammi Cutter**: library systematizer. Colorado: Libraries unlimited, 1977.

MIKSA, F. A review article Chan, Taylor, and the future of cataloging texts. **Library Quarterly**, v. 79, n. 1, pp. 131–143, 2007.

Miller, R. E.; Jane C. Terwillegar. **Connmonsen.se Cataloging***:* a cataloger's mannual. **4"'** ed. New York: The Ff. W. Wilson Co., 1990.

MILLER, M.L.; YONTTZ, E. **Back to the future of bibliographic control**, MLIS, nov.2007.

MILSTEAD, J.L. Indexing for Subject Cataloguers. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 3, n.4, p.37-43, 1983.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas públicas brasileiras**. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

MORAES, J. B. E. ; GUIMARÃES, J.A.C. . **Análisis documental de contenido de textos literarios narrativos**: en busca del diálogo entre las concepciones de aboutness/meaning y de recorrido temático/recorrido figurativo. **Scire** (Zaragoza), v. 12, p. 71-85, 2006.

MORAES, J. B. E. ; GUIMARÃES, J.A.C. . Análise documental de conteúdo de textos literários narrativos: em busca de um diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e percurso temático/percurso figurativo. In: GASPAR, Nádea Regina; ROMÃO, Lucilia Maria Sousa.. (Org.). **Discurso e Texto multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EDUFSCar, 2008, v. , p. 35-45.

MORAES, J. B. E. . Análise documental de crônicas:reflexões sobre uma trajetória de interlocução entre literatura, lingüística e ciência da informação. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.). (Org.). **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2008, v. , p.

MORAES, J. B. E. ; DAMAZO, Alessandra Cristina ; LARA, L. M. . Avaliação da proposta de análise documental de textos narrativos de ficção. In: Francisco Javier García Marco. (Org.). Ibersid 2008 - **Revista de sistemas de información y documentación. Zaragoza**: Ibersid/Prensas Univesitarias de Zaragoza, 2008, v. , p. 177-184.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M. Á. M. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005.

MULLER, S.P. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ci.Inf., Brasília**, v.14, n.1, jan./jun.1985

MURDOCK, P.R. Multilingual access: The Jefferson County Public Library Experience. In: BERMAN, S. **Subject cataloging**: critiques and innovations. New York: Haworth Press, 1984.

NARDI, M.I.A. **A metáfora e a leitura como evento social:** instrumentos do pensar a Biblioteconomia do futuro. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

NAVES, M. M. L. A importancia de Ranganathan para Organização do Conhecimento. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO. H. (Org). **Organização da Informação**: principios e tendencias. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLINTO, A. **Minidicionário Antonio Olinto da língua portuguesa**. São Paulo : Moderna, 2000.

OLSON, H. A.; BOLL, J. **Subject analysis in online catalogs**. 2. ed. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001.

O'neill *et al*. FAST: faceted application of subject terminology. In: **Subject retrieval in a network environment**. Munique: Munchen. 2003.

OSBORN, A. From cutter and dewey to mortimer taube and beyond: a complete century of change in cataloguing and classification. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 12, n. 3/4, 1991

PEIXOTO, J. **Técnica bibliográfica:** catalogação. Coimbra: Atlântida, 1962

PETTEE, J. **Subject headings** : the history and theory of the alphabetical subject approach to books. New York: Wilson, 1946.

PIEDADE, M.A.R. Prefácio. In: LEHNUS, D. **Notação de autor**: manual para bibliotecas. Rio de Janeiro: BNG, 1978.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Intercência, 1983.

PIGGOTT, M. **A topography of cataloguing**. London: The Library Association, 1988.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.). In: **Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação**, 7., 2006, Marília. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção acesso e disseminação da informação.. Marília : UNESP, 2006.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental**: fundamentos y procedimentos. 2. ed. rev. ampl. Madrid: Eudema Universidad; Manueles, 1993.

QVORTRUP, L. The controversy over the concept of information. **Cybernetic and Human Knowing**, vol. 1, n. 4, 1993.

RANGANATHAN, S. R. **Classified catalogue code**: whit additional rules for dictionary catalogue code. Madras: Madras Library Association, 1958.

RANGANATHAN, S. R. **Colon classification**. 6. ed. Bombay: Asia Publishing House, 1960.

RANGANATHAN, S.R. Subject heading and facet analysis. **Journal of Documentation**, v.20, n.3, 1964, p.109-119.

Ranganathan, S.R.: **Heading and canons**. Madras [Índia] : S. Viswanathan, 1955,

RAYWARD, W.B. Librarianship in the new world and the old some points of contact. **Library trends**, v. 25. N.1, jul. 1976, p. 209-226.

REITZ, J. M. Dictionary for library and Information Science. Lodon: Libraries, 2004.

RUBI, M.P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUSSEL, B. M. Hidden wisdom and unseen treasure: revisiting cataloging in medieval libraries. **Cataloging & Classification Quarterly**, v.26 n.3. 1991998

SACCONI, L.A. **Minidicionário Sacconi da língua portuguesa**. São Paulo : Atual, 1996.

SANTOS, G.C.; RIBEIRO C.M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos:** arquivística Biblioteconomia, documentação, informática. Campinas : Átomo, 2003. 277p. 23

HAIGHT, S. M. **American Art Lending**, 1895-1975. A Master's Paper for the M.S. in L.S degree, 2006.

ŠAUPERL, A. **Subject determination during the cataloging process**. Lanham: Scarecrow Press, 2002.

ŠAUPERL, A. Subject cataloging process of Slovenian and American Catalogers, **Journal of Documentation**, v. 61, n.6, 2005, p. 713-734.

Scheerer. G. The subject catalog examined author(s). **The Library Quarterly**, v. 27, n. 3 jul./ 1957, p. 187-198.

SHARMA, J.S. **Fundamentals of Library Science**, 1977.

SHERA. J. Classification as the basis of bibliographic organizatio. In: SHERA, J.H.;EGAN, M.E. **Bibliographic organization**: papers present before the 15th annual conferece of the graduate library school. Chigado: University Chicago Press, jul. 24-29, 1950.

SHERA, J.H.; EGAN, M.E. **Catálogo sistemático:** princípios básicos e utilização. Brasília :Universidade de Brasília. 1969.

SHOHAM. S; KEDAR, R. The subject cataloging of monographs with the use of keywords. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 33, n.2, p.29-54, 2001.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

SILVA, José Fernando Modesto da . **FRBR modelando a catalogação sem anoroxia**. 2007

SILVA, José Fernando Modesto da . **Panorama da catalogação no Brasil**: Da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 22, 2007, Brasília - DF. Congresso Brasiliro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. São Paulo : FEBAB, 2007.

SMIRAGLIA, R.P. The progress of theory in knowledge organization. **Library trends**, v.50, n.3, 2002, p.330-346.

SOERGEL. D.**Organizing information**: principles of data base and retrieval systems. Orlando: Academic Press, 1985.

SOUZA, F.C. de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

Stone , A. A. Brief history of the library of congress subject headings, and introduction to the centennial essays. **Cataloging & Classification Quarterly**, v.29,n.1-2. 2000

STRAIOTO, A .C.; GUIMARÃES, J. A. C. A abordagem facetada no contexto da Organização do Conhecimento: elementos históricos. **Páginas a&b** (arquivos & bibliotecas), Lisboa. n.14, 109-136. 2004.

SVENONIUS, E. (Ed.). **The conceptual foundations of descritive cataloging**. San Diego: Academic Press, 1989.

TAUBER, M; F. **Techinical services in library.** New York: Columbia University Press, 1953.

TAYLOR, A.G. On the subject of subjects. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 21, n. 6, p. 484-491, nov. 1995.

TEDDER, H.R. **The American library association and the Cincinnati Conference**. Library Association of the United Kingdon, 1882.

TEIXEIRA, J.C.A. **Cabeçalhos de assunto:** manual para estudantes. Niterói: UFF, 1979.

TODD, R. T. Academic indexing: what`s it all about? **The Indexer**, London, v. 18, n. 2, p. 101-104, abr. 1992.

VERNER, M . : Adrien Baillet (1649-1706) and his Rules for an alphabetic Subject Catalog . **Library Quaterly**, v. 38, n. 3, 1968.

VOGEL, M. J. M. A evolução do conceito de Linguagem Documentária: as linhas francesa e brasileira. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – VIII ENANCIB**. Salvador: 2007.

Wedgeworth, R. **World Encyclopedia of Library and Information Services**, 3a ed., ALA 1976.

WHEELER, J.L., GOLDHOR'S, H.G. **Practical administration of public libraries**. New York? Harper, 1981.

WINKE, R. Conrad. The contracting world of Cutter's expansive classification. **Library Resources & Technical Services**, April 01, 2004.

WYNAR, B.S. **Introdctuin to cataloging and classification.** 5.ed. Colorado: Libraries unlimited, 1976

YI, K. CHAN, L.M. Revisiting the syntactical and structural analysis of library of congress subject headings for the digital environment. **Journal of the american society for information science and technology**, v.61, n.4, p.677–687, 2010.

ZANOTTO, M.S. Metáfora, Cognição e Ensino de Leitura. **D.E.L.T.A.,** v. 11, n. 2, 1995.

Apêndice A – Texto-base utilizado na aplicação do protocolo verbal em grupo

MARTINHO, N. O.

Frames do Relatório de Pesquisa Científica – FAPESP.

[...] Assim como Cutter, Ranganathan também idealiza os objetivos do catálogo na pessoa/acervo, utilizando-se de suas 5 leis da Biblioteconomia tais "[...]o catálogo da biblioteca deveria ser projetado para: 1) revelar a cada leitor seu documento; 2) assegurar a cada documento o seu leitor; 3) poupar o tempo do leitor e por este fim, 4) poupar tempo da equipe" (RANGANATHAN, 1958 *apud* MEY, 1987, p.19).

Diante o exposto, percebe-se que a idéia básica da catalogação é a representação de um determinado item com o objetivo de permitir o acesso à obra física e intelectual nela contida. E à medida que a coleção da biblioteca aumenta se faz mais necessário o uso da catalogação como processo de tratamento da informação, pois ela como já dito, permite identificar, localizar os documentos e assim recuperá-los por autor, assunto, data, entre outros elementos.

Destacamos entre essas funções, o de recuperar documentos a partir de assuntos, uma vez, que segundo Mey (1987) e Taylor (1995 *apud* DIAS, 2004), esse é o tipo de busca mais utilizado pelo usuário. Por isso, sublinhamos a importância da catalogação em atribuir os pontos de acesso de assunto para construção dos catálogos de assunto, sejam eletrônicos ou manuais utilizados para busca e recuperação de informações. [...]

Os cabeçalhos de assunto tiveram sua origem em virtude do uso freqüente das palavras encontradas nos títulos para denominação do assunto do documento. No entanto, o uso dessas palavras-chave mostrou-se insuficiente, pois muitos títulos apresentavam-se inexpressíveis ao seu conteúdo, o que acarretou a atribuição de termos não presentes no título da obra (GUIMARÃES, 1986). A partir dessa constatação, tornou-se necessário estabelecer regras para atribuição de cabeçalhos de assunto, porque anteriormente a isso eram atribuídos os cabeçalhos de acordo com o bom senso do próprio catalogador (CESARINO e PINTO, 1978).

Nota-se que a Catalogação de Assunto não se restringe apenas a construir os cabeçalhos que constituirão os catálogos de assunto. Ela exerce uma função singular na representação da informação, uma vez que foi a partir do estabelecimento de normas para sua elaboração que se originou as bases metodológicas para atribuição de assunto. [...]

Cutter ao lançar as "*Rules for a dictionary catalog*" em 1876, foi o precursor de tais regras a serem seguidas na elaboração dos cabeçalhos. Apesar do nome, não incluem apenas regras para catálogos dicionários. Essa obra se constitui em um código com 369 regras, de fácil interpretação, que inclui a Catalogação de Assunto e de materiais especiais. E segundo Foskett (1973, p.49) as "*Rules for a dictionary catalog"* de Cutter "formaram a base da prática norte-americana em matéria de Catalogação de Assuntos". De modo resumido as regras fundamentam-se em três princípios básicos:

> 1. **princípio específico** – os assuntos devem dar entrada pelo termo mais especifico e não pela classe a que está subordinado. Apesar de parecer óbvio, este princípio causou impacto porque na época era comum a adoção de cabeçalhos bastante gerais, que pouco representavam o assunto da obra em questão;
> 2. **princípio de uso** – os cabeçalhos devem refletir o vocabulário dos usuários, (GUIMARÃES, 1986, p.3), com referências cruzadas para outras formas de cabeçalhos relacionados. É o princípio da conveniência, de acordo com a necessidade dos usuários;
> 3. **princípio sindético** – deve-se estabelecer formas de ligação entre os termos correlatos (GUIMARÃES, 1986, p.3). Assim Cutter propôs o desenvolvimento nas listas de cabeçalhos de assunto de estruturas sindéticas que, através de uma rede bem construída de referências cruzadas, poderiam ajudar ou mesmo superar problema da separação dos assuntos correlatos. (CESARINO e PINTO, 1978, p. 274).

Esses princípios estabelecidos por Cutter se caracterizam como marco na Biblioteconomia Internacional, e passaram a nortear os processos de representação da informação, porque anteriormente a isso eram processos executados de acordo com o bom senso do próprio catalogador (CESARINO e PINTO, 1978). [...]

Deste ponto em diante, chega-se a uma outra indefinição na área, o processo resultante da análise de assunto é a Catalogação de Assunto ou a Indexação de Assunto, ou são processos idênticos? Como afirma Lancaster (2004, p.21):

> O processo que consiste em decidir do que trata um item e de atribuir-lhe um rótulo que represente esta decisão é conceitualmente o mesmo, quer o rótulo atribuído seja extraído de um esquema de classificação, de um tesauro ou de uma lista de cabeçalhos de assuntos, quer o item seja entidade bibliográfica completa ou parte dela, quer o rótulo seja subseqüentemente arquivado em ordem alfabética ou em outra seqüência (ou, com efeito, não arquivado de modo algum), quer o objeto do exercício seja organizar documentos em estantes ou registros em catálogos, índices impressos ou bases de dados eletrônicas.

Para Silva e Fujita (2004, p. 143): "[...] a Catalogação de Assuntos deve ser considerada como um ramo dentro do âmbito maior que é a Indexação Alfabética de Assuntos[...]", pois segundo a pesquisadora, desde a obra básica de Cutter *"Rules for a dictionary catalog"* existem mais de 100 anos de estudos até a idealização dos sistema PRECIS em 1974 por Derek Austin.

A esse respeito Lancaster (2004, p.20) afirma que a "Catalogação de Assuntos refere-se comumente à atribuição de cabeçalhos de assuntos para representar o conteúdo total de itens bibliográficos inteiros (livros, relatórios, periódicos, etc.) no catálogo das bibliotecas", cuja finalidade é permitir ao usuário a identificação do conteúdo dos documentos de maneira que possa ser recuperado de acordo com seus aspectos particulares, e assim estabelecer relações com outros materiais e recuperá-los em conjunto, enquanto a indexação de assunto se refere a representação de conteúdos específicos do item.

Milstead (1983, p.37) tenta elucidar um pouco essa questão da Catalogação de Assunto e da Indexação serem o mesmo processo de tratamento da informação, embora um pouco extensa a fala da autora, consideramos o registro pertinente. Para a autora, embora assuma uma posição herética, a catalogação e indexação são realmente o mesmo processo, e assim, afirma que a Catalogação de Assunto e a Indexação são conceitualmente a mesma atividade, no entanto, atualmente nos EUA, na prática elas possuem diferenças. Catalogação e Indexação são usualmente tratados como atividades distintas, em decorrência disso, catalogadores e indexadores geralmente não falam muito um do outro, e falham em não perceber o quanto poderiam aprender trabalhando unidos, pois são atividades que tem muita coisa em comum. Ela ainda explica:

> Naturalmente eu considero catalogação uma forma de indexação; se você ao invés quiser considerar indexação uma forma de catalogação, também está bem. É razoavelmente fácil encontrar na literatura explicações sobre a diferença entre catalogação e indexação. Estas explicações geralmente usam algumas variantes da premissa que um catálogo provê acesso ao documento inteiro enquanto o índice leva a conteúdos específicos do item. Um índice, de acordo com a derivação da palavra do Latim, é um guia, enquanto um catálogo é uma lista. De qualquer forma, a moderna Catalogação de Assunto é muito mais que uma lista porque tenta fornecer acesso ao conteúdo dos itens. A distinção parte-todo não é completamente verdadeira; no passado quando o trabalho era mais barato muitos catálogos davam acesso às partes dos trabalhos; enquanto muitos índices forneciam acesso somente ao nível do trabalho inteiro – os artigos de periódico, relatórios, capítulos de livros, etc. Indexação como praticada hoje difere da catalogação em um aspecto importante que em um sentido é a causa de todas as diferenças e é também o motivo porque este artigo é necessário. Catalogação nos Estados Unidos, tanto descritiva quando de assunto, é com poucas exceções padronizada na prática da *Library of Congress*, então a exploração de alternativas é limitada. Índices de outro lado são essencialmente originários de cada organização a qual trabalham. Então há uma grande abertura para inovação e mudança. Índices são muito mais customizáveis às necessidades específicas de grupos usuários e coleções do que catálogos de bibliotecas.

REFERENCIAS

CESARINO, M.A.N.; PINTO, M.C.M.F. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Rev. Esc. de Biblioteconomia da UFMG,** Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-88, set. 1978.

CUTTER, C. A**. Rules for a dictionary catalog**. 4. ed. reimp. Washington: GPO, 1972.

GUIMARÃES, J.A.C. Cabeçalhos de assunto. Marília: [S.n], 1986 (Texto didático)

FOSKETT, A. C. A abordagem temática da informação. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. Brasília : Briquet de Lemos, 2004. 452p.

MEY, E.S.A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília : Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987. 201p.

MILSTEAD, J.L. Indexing for Subject Cataloguers. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 3, n.4, p.37-43, 1983.

RANGANATHAN, S. R. **Classified catalogue code**: whit additional rules for dictionary catalogue code. Madras: Madras Library Association, 1958.

SILVA, M. dos R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

TAYLOR, A.G. On the subject of subjects. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 21, n. 6, p. 484-491, nov. 1995.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo